

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
CENÁRIO ECONÔMICO	5
A CEMIG	6
NOSSOS NEGÓCIOS.....	10
NOSSA ESTRATÉGIA	13
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	14
PROTEÇÃO DA RECEITA - GESTÃO DAS PERDAS.....	19
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	21
INVESTIMENTOS	30
MERCADO DE CAPITAIS	36
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS	39
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	40
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	40
GERENCIAMENTO DE RISCOS	41
SISTEMAS DE GESTÃO E MODELO DE EXCELÊNCIA	43
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	43
RESPONSABILIDADE SOCIAL	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO	57
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	59
BALANÇOS PATRIMONIAIS	60
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	63
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	64
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	65
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	68
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	69
1 . CONTEXTO OPERACIONAL	69
2 . BASE DE PREPARAÇÃO.....	76
3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	105
4 . DAS CONCESSÕES	108
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	111
6 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	112
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	113
CONSOLIDADO.....	113
8 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	114
9 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	115
10 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO.....	118
11 . CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	118

12 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	121
13 . INVESTIMENTOS	122
14 . IMOBILIZADO	133
15 . INTANGÍVEL	137
16 . FORNECEDORES	138
17 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	138
18 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	139
19 . ENCARGOS REGULATÓRIOS	143
20 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	143
21 . PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	149
22 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	156
23 . RECEITA	161
24 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	163
25 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	165
26 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	166
27 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS	167
28 . MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	175
29 . SEGUROS	177
30 . OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	178
31 . RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010	178
32 . REVISÕES TARIFÁRIAS DE TRANSMISSÃO	179
33 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	179
34 . EVENTOS SUBSEQUENTES	180
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	182
PARECER DO CONSELHO FISCAL	184
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES....	185
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	186

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores acionistas,

A Cemig submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação de importantes avanços que a Companhia vem realizando nos últimos anos, dentro da sua visão de “Estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor”, liderando a consolidação do setor elétrico.

Neste contexto, as aquisições têm um papel fundamental: concluímos no 1º semestre de 2010 o processo de oferta pública de aquisição de ações em circulação da Taesa, com a aquisição de 24,42% das ações em posse dos acionistas minoritários, no valor de R\$1 bilhão, elevando nossa participação para 56,69% do capital total da Empresa.

Outra aquisição importante concluída no ano foi o adicional de 13,03% no capital da Light – levando nossa participação na Companhia para 26,06%, distribuidora presente na segunda maior capital do País, Rio de Janeiro, e sede da próxima Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas de 2016. Um investimento de R\$749 milhões que consolida a posição da CEMIG como o maior grupo de distribuição de energia elétrica do Brasil, com mais de 10 milhões de consumidores atendidos nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ressaltamos o esforço da administração na agregação de valor nas novas aquisições, buscando sempre maximizar o retorno dos ativos através da melhoria na eficiência operacional. Como exemplo, podemos destacar os resultados da Taesa, que com a nossa gestão vem apresentando de forma contínua melhores indicadores de eficiência e rentabilidade.

Investimos continuamente para assegurar a qualidade e continuidade do fornecimento de eletricidade aos nossos clientes de Distribuição, com destaque para o Programa de Investimentos relativo ao 2º ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição, no período de 2008 a 2013, em valor superior a R\$3,2 bilhões de reais, com o objetivo de expansão e principalmente reforma e melhoria das atuais redes. Esses investimentos já se refletiram na melhoria dos indicadores de qualidade e atendimento da Cemig Distribuição em 2010, representando uma melhor prestação de serviços para a população do Estado de Minas Gerais. Reforçando essa atuação, a Cemig Distribuição foi classificada como “Finalista” do Prêmio Nacional da Qualidade pela FNQ – Fundação Nacional da Qualidade.

A Cemig é a maior fornecedora de eletricidade para os consumidores livres no país, detendo uma fatia de mais de 20% deste mercado. Apesar de menores preços de energia no mercado brasileiro ao longo de 2010, os resultados consolidados foram positivamente influenciados pelas receitas de intermediação em contratos de compra e venda de energia, ratificando a condição da Cemig como a maior comercializadora para o mercado livre do Brasil.

Na atividade de Distribuição a eficiência operacional é uma busca contínua da Companhia. Temos o desafio de reduzir os custos em um ambiente de demanda aquecida, que pressiona as despesas relacionadas a serviços prestados e de mão de obra contratada. Nesse cenário, implementamos planos de desligamento voluntário nos anos de 2009 e 2010 que nos permitiram reduzir o quadro de empregados em mais de 2 mil pessoas. Temos agora o desafio de consolidar esses ganhos, com medidas operacionais e disciplina financeira para que, já em 2011, possamos obter na Light e, principalmente na Cemig Distribuição, resultados melhores que os de 2010, quando tivemos alguns custos não recorrentes referentes a acordo judicial com consumidores livres que impactaram o resultado.

Fechamos o ano de 2010 com um lucro de R\$2,3 bilhões, o que representa o maior lucro nominal da história da Companhia. Da mesma forma, a geração de caixa, medida pelo Lajida, foi de R\$ 4,5 bilhões, superior as projeções financeiras da Companhia divulgadas aos acionistas em nosso encontro anual, no mês de maio, em Belo Horizonte. Temos confiança nas medidas em curso visando ao controle de custos e eficiência operacional, numa busca permanente pela eficácia de nossos processos que levarão à melhoria do resultado de nossas operações em 2011.

Nossa política de dividendos consubstanciada em nossos estatutos determina o pagamento de dividendos equivalentes a um mínimo de 50% do lucro líquido, com dividendos adicionais a cada dois anos, se as condições de caixa assim o permitirem. Em 2010 pagamos dividendos extraordinários de R\$900 milhões, que adicionados aos dividendos ordinários pagos, no valor de R\$931 milhões, alcançaram o montante total de R\$1,83 bilhão, representando R\$2,81 por ação. Esse pagamento expressivo de dividendos, adicionado a valorização de nossas ações, representa um retorno total de 11,56% aos acionistas em 2010.

Em 2010 nossas ações tiveram um volume de negociações na BOVESPA superior a R\$ 10 bilhões, o que faz das ações da Cemig, entre as do setor elétrico, a mais negociada no mercado de capitais brasileiro, sendo também a ação com maior liquidez entre as listadas na bolsa americana.

Fomos incluídos mais uma vez no Dow Jones Sustainability Index World - DJSI, completando 11 anos consecutivos de participação e motivo de orgulho para a Companhia pelo reconhecimento internacional das nossas práticas de gestão sustentáveis nas suas dimensões econômica, social e ambiental.

Reafirmando o posicionamento de empresa sustentável, a Cemig teve seu risco socioambiental classificado novamente como *Prime* pela agência alemã Oekom Research e foi selecionada para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/Bovespa pelo sexto ano consecutivo, do qual faz parte desde sua criação em 2005. A Cemig também foi selecionada no Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da BM&F Bovespa/BNDES correspondendo a 53,8% das ações das empresas do setor elétrico nesse Índice.

Em comemoração ao Ano Internacional da Biodiversidade eleito pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, foi aprovada a Política de Biodiversidade da Cemig, elaborada com a participação de vários segmentos da sociedade envolvidos com o tema, formalizando os princípios que regem as ações da Empresa direcionadas à conservação da biodiversidade. Como prova do reconhecimento internacional pelos programas voltados à biodiversidade, a Cemig foi uma das cinco empresas brasileiras selecionadas para apresentar trabalhos na Convenção da ONU sobre Biodiversidade – COP10 em Nagoya, Japão.

Temos a expectativa de que a economia brasileira continue a crescer em 2011, em especial os investimentos em infraestrutura, dos quais as inversões em energia elétrica representam um dos principais componentes. Entendemos que a Cemig tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a milhões de consumidores e parcela representativa dos grandes clientes industriais do Brasil, beneficiando-se das oportunidades de novos projetos, que aliadas às operações de fusões e aquisições reforçarão nossa posição de liderança no processo de consolidação do Setor Elétrico Brasileiro.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência, como também a confiança dos nossos mais de 100 mil acionistas, espalhados por todos os continentes e, em especial, ao nosso acionista controlador, o Governo de Minas Gerais. É a integração dos esforços de todos que faz da Cemig a melhor energia do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2010 foi marcado pelo acentuado crescimento econômico, deixando para trás os principais efeitos da crise financeira iniciada em 2008. No que se refere à economia mundial, apesar da recuperação mais lenta nos Estados Unidos e Europa, a contribuição dos países emergentes do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, foi crucial nesta recuperação, com crescimento elevando e atração de investimentos dos capitais internacionais.

No Brasil, o aumento do consumo interno contribuiu significativamente para a retomada do crescimento. O aumento da concessão do crédito fomentou o mercado, com destaque para a construção civil, um dos grandes responsáveis pelo aquecimento da economia em 2010.

O PIB brasileiro apresentou em 2010 um crescimento expressivo de 7,5%. Para o ano de 2011, as estimativas apontam para um crescimento próximo a 4%. O mercado de trabalho continuará aquecido, assim como os investimentos. Teremos um cenário externo mais favorável para o saldo da balança comercial, com alta nos preços das commodities e a retomada do crescimento das grandes economias, o que influenciará diretamente nas exportações brasileiras. Para o mercado de energia elétrica os impactos serão positivos com reflexos diretos no aumento no consumo. Investimentos serão necessários, principalmente no mercado de geração, para suportar o iminente crescimento da demanda.

As oportunidades de crescimento na economia brasileira para 2011 também serão fortemente impactadas, pelos investimentos nas reservas petrolíferas do Pré-Sal e pelas necessidades de investimentos na preparação da infraestrutura para a copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016, que contribuirão com a geração de novos empregos, com reflexos diretos no poder de compra e aquecimento da economia.

A CEMIG

A Cemig é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado em 2010 foi de aproximadamente R\$ 18 bilhões. Suas ações constam há onze anos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2010, foi a única empresa do setor na América Latina escolhida pelo Dow Jones Sustainability Index mantendo-se como a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte na seleta lista de empresas do DJSI World desde a sua criação em 1999.

A Cemig é hoje a maior empresa integrada do setor de energia elétrica, sendo o terceiro maior grupo gerador, com um parque gerador formado por 67 usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, com uma capacidade instalada de 6.896 GW, terceiro maior grupo transmissor com 8.768 km de linha, presença em 20 estados do Brasil e no Chile e o maior grupo distribuidor, sendo responsável por aproximadamente 12% do mercado nacional, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, através da sua controlada integral Cemig Distribuição S.A e da controlada em conjunto Light.

O Grupo Cemig é Constituído por 58 empresas e 10 consórcios e é controlado por uma holding (“Cemig”), com ativos e negócios em 20 estados brasileiros e no distrito federal e também no Chile. Possui, também, investimentos em distribuição de gás natural, transmissão de dados e provimento de soluções energéticas.

A Empresa possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde pequenas unidades solares para atendimento aos consumidores das localidades remotas até grandes usinas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem a ela para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade.

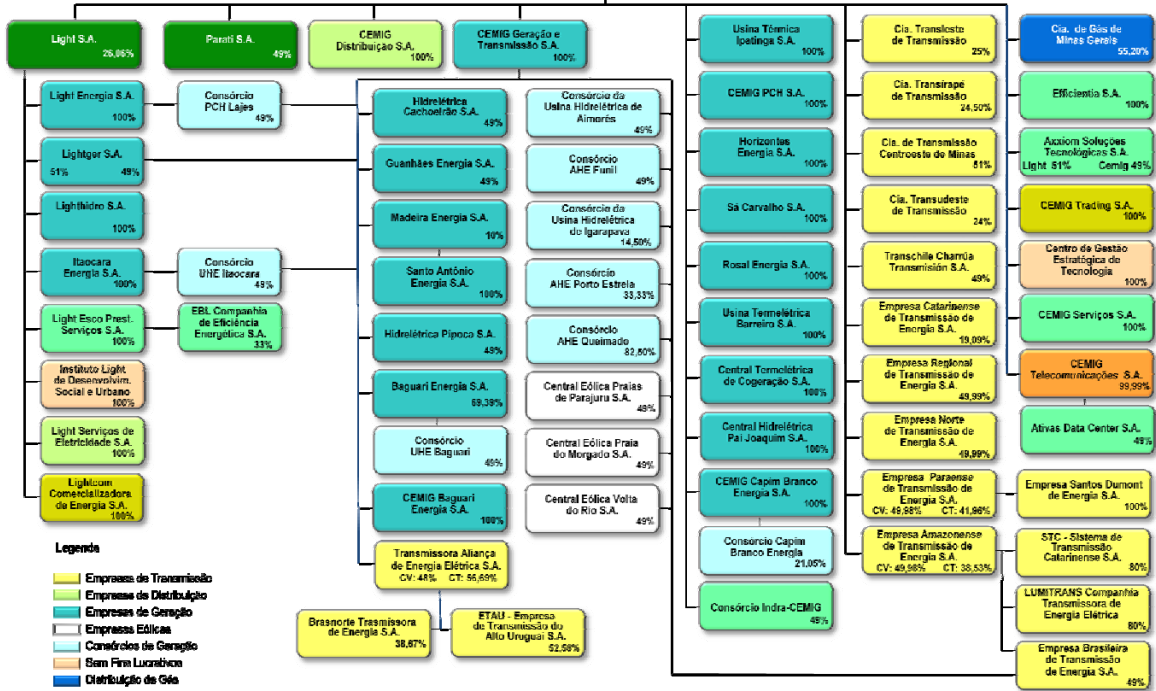
Estrutura Societária

A Cemig está em pleno processo de expansão no Brasil e no exterior. Sua estrutura societária no ano de 2010 apresenta a seguinte composição:

EMPRESAS E CONSÓRCIOS DO GRUPO CEMIG

CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em 31 de dezembro de 2010

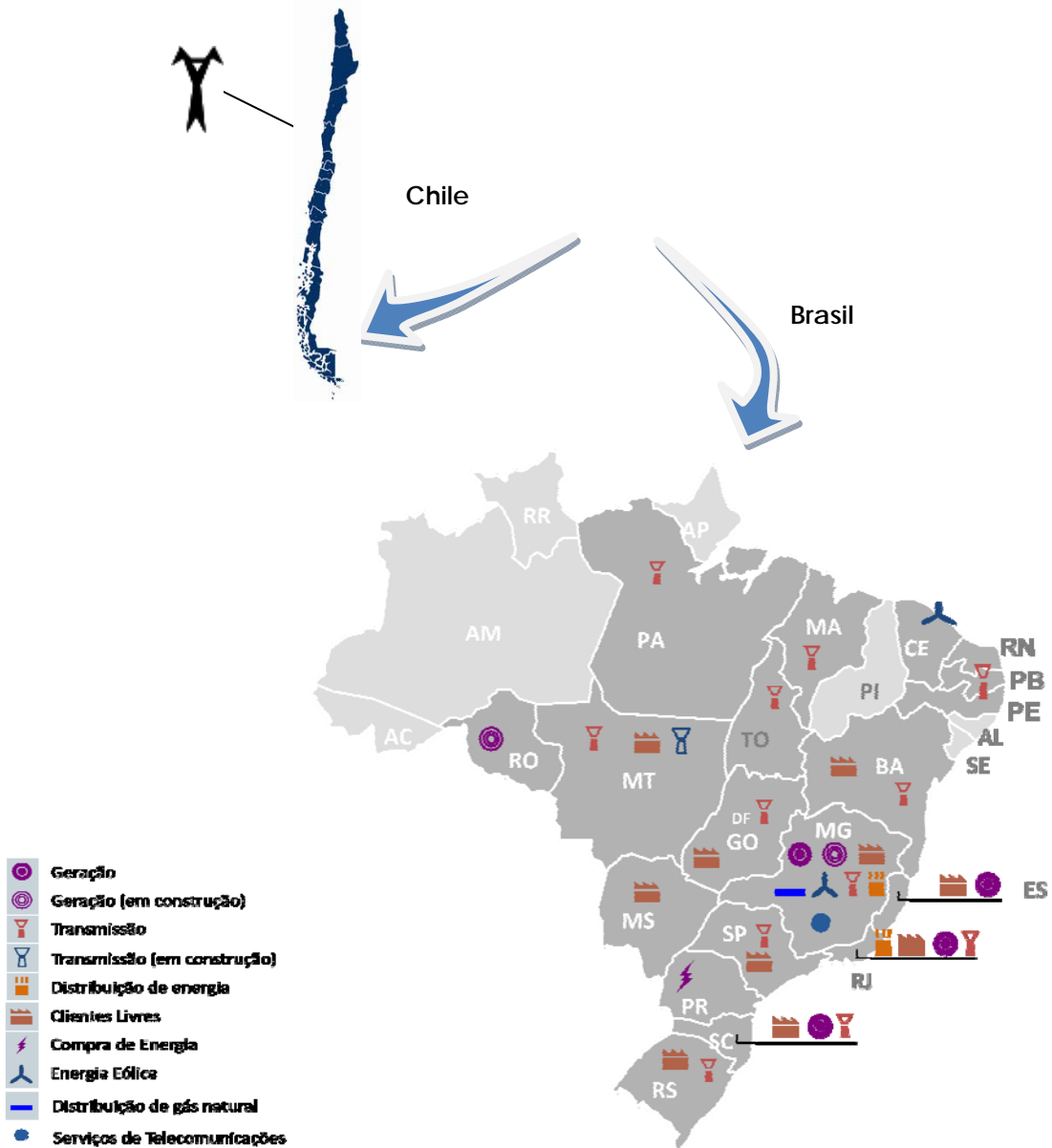


58 Empresas
10 Consórcios

Fonte: Superintendência de Gestão de Participações - GP

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, que começou a operar no ano de 2010.



Governança Corporativa

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2010, foram realizadas 27 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2010 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura interna de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos.

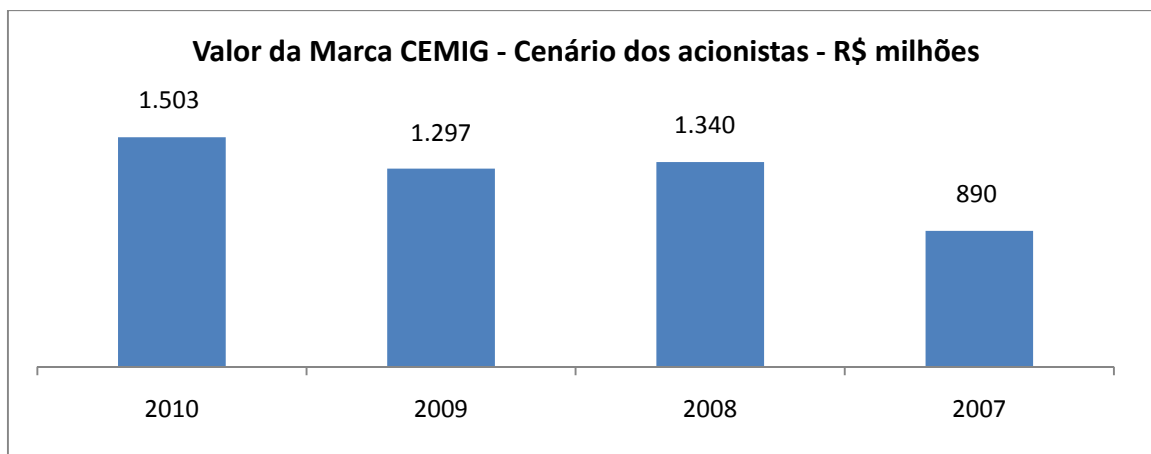
Valor da Marca CEMIG

A força da Marca Cemig vem crescendo a cada ano e pode ser percebida no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, parceiros, prefeituras), investidores e empregados.

O seu valor econômico foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico, a fim de conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado por ela em função do pacto feito com clientes e demais stakeholders, sendo o cálculo baseado no valor descontado dos lucros futuros atribuídos à marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

A determinação da contribuição da marca ao negócio vem sendo realizada, desde 2007, a partir de uma pesquisa quantitativa com os públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes direcionadores de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da Empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

O valor da Marca Cemig, em 2010, considerando-se a visão dos acionistas nos negócios de geração & transmissão e distribuição, é demonstrado no gráfico a seguir.



NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

Desde a sua criação, a Cemig sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica, através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Empresa marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais também contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural.

Pequenas, médias ou grandes usinas, gerada pela força da água, do calor ou dos ventos, são 6.896 MW de capacidade instalada, que colocam o Grupo Cemig em terceiro lugar entre as maiores geradoras do País.

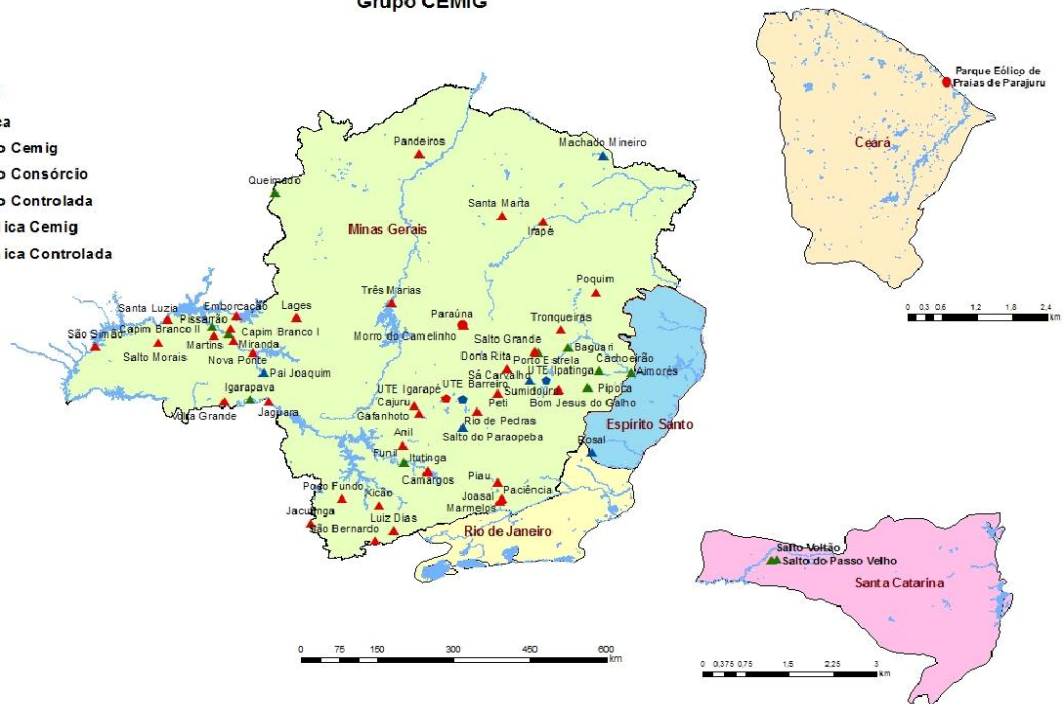
Por meio de suas controladas e coligadas de geração, a Cemig possui, em operação, 65 usinas, sendo 58 hidrelétricas, 3 termelétricas e 4 eólicas.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig.

Grupo CEMIG

Legenda

- Eólica
- ▲ Hidro Cemig
- ▲ Hidro Consórcio
- ▲ Hidro Controlada
- Térmica Cemig
- Térmica Controlada



Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional. A previsão do mercado para os próximos anos é de crescimento ainda mais acelerado, com a complementação da integração dos grandes projetos de geração no Norte do País ao sistema interligado nacional.

O ambiente de competição e a expansão do sistema com leilões de linhas trouxe um novo olhar para o setor de transmissão. A Cemig seguiu a tendência do mercado, buscando oportunidades de crescimento com agregação de valor, através da participação em empresas transmissoras, merecendo destaque a aquisição em 2009 de participação na Taesa e aumento de participação na TBE e também na Taesa em 2010.

A Cemig opera, através de suas controladas e coligadas de transmissão de energia elétrica, uma rede de transmissão, em 2010, de 8.678 km (7.506 em 2009), sendo o 3º maior grupo de transmissão de energia do País, presente em 13 estados no Brasil e no Chile.

Distribuição

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição e Light, atendendo a mais de 10 milhões de consumidores.

A Cemig Distribuição S.A. é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 457.463 km de redes de distribuição (97.901 em área urbana e 359.562 de redes rurais) e 17.096 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,1 milhões de consumidores.

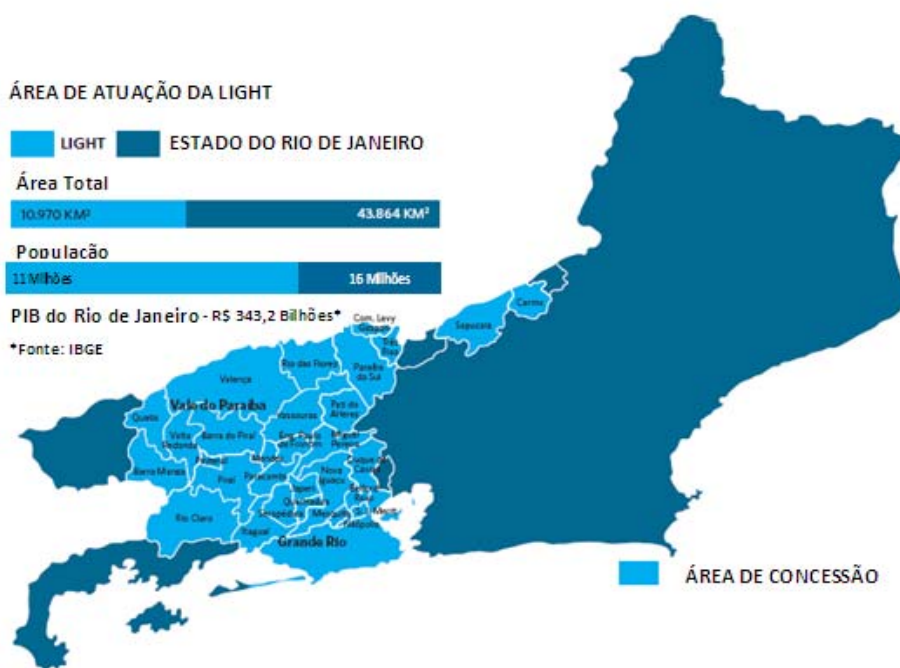
A Cemig Distribuição possui ainda o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2010, 39,8% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 2,8 milhões de consumidores.

Área de Atuação da Cemig Distribuição S.A.:



Nossa controlada em conjunto Light S/A, atua na distribuição de energia elétrica por meio da Light Serviços de Eletricidades S.A., são aproximadamente 4,1 milhões de consumidores atendidos em uma área de 10.970 km² do Estado do Rio de Janeiro, servindo cerca de 11 milhões de pessoas, de um total de 16,0 milhões de habitantes.

A Light divide sua área de concessão em três regiões: Metropolitana, Grande Rio e Vale do Paraíba, com o objetivo de tornar o atendimento mais eficaz e estar próxima do cliente.



Outros Negócios

Embora nosso principal negócio seja a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, dedicamo-nos também ao negócio de distribuição de gás natural em Minas Gerais por intermédio da Gasmig, nossa controlada. Ademais, atuamos no setor de telecomunicações por meio de nossa controlada Cemig Telecom (antiga Infovias), empresa criada para fins de prestação de serviços de rede de fibra óptica e de cabos coaxiais instalada ao longo de nossa rede de transmissão e distribuição por meio das quais serviços de telecomunicações podem ser prestados.

NOSSA ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico é pautado no Plano Diretor previsto para o período 2005/2035. Em 2009, a Cemig definiu uma nova visão que é “Estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor”.

A Cemig mantém o foco em ampliar sua participação no mercado de energia elétrica e gás no território nacional, dentro dos limites regulatórios e incrementar o processo de internacionalização.

A empresa busca a geração de valor para seus acionistas e a sociedade, com responsabilidade social e ambiental. Além disso, possui uma política consistente de distribuição de dividendos, definida pelo Plano Diretor e seu portfólio equilibrado de negócios permite uma adequada gestão de riscos empresariais.

Assim, a Cemig quer ser referência de crescimento no setor elétrico, buscando constantemente as oportunidades de aquisição de novos ativos, o aumento da participação nos leilões da expansão de geração e de transmissão e a eficiência operacional dos ativos.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Comercialização de Energia Elétrica

Leilões de Energia Elétrica

A Cemig D participou de três leilões do Ambiente de Contratação Regulada, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com período de fornecimento compreendido entre 2015 e 2044, onde foram comprados pela empresa:

Leilão	Montante (MW médios)	Preço médio (R\$/MWh)
Belo Monte	432,72	77,97
Leilão A-5 – 1º Semestre	46,78	99,48
Leilão A-5 – 2º Semestre	135,82	67,31

A Cemig GT promoveu no ano de 2010 um total 77 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 96.894 GWh e participou de um total de 55 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 70.799 GWh. Desta maneira a empresa comercializou um volume total de 167.693 GWh.

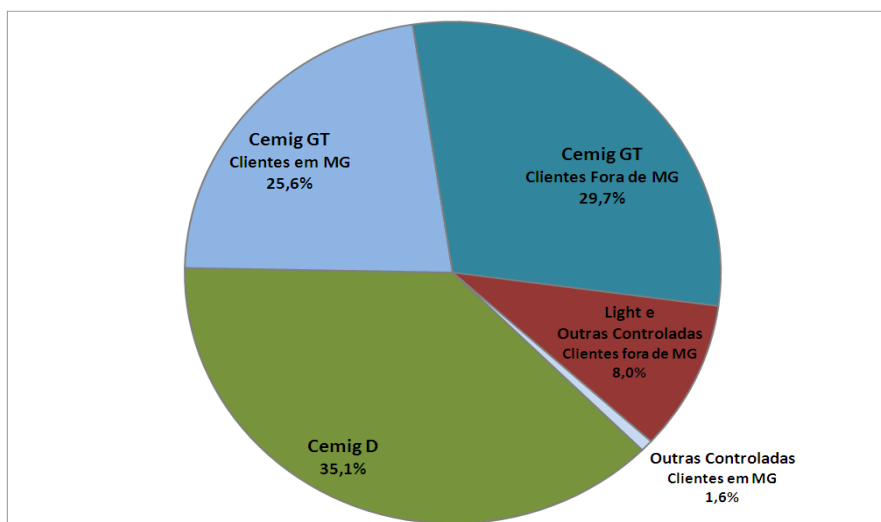
(Não auditado pelos auditores independentes)

Energia (GWh)	
Próprio – Curto Prazo	322
Próprio – Longo Prazo	96.572
Total Próprio	96.894
Terceiros – Curto Prazo	881
Terceiros – Longo Prazo	69.918
Total Terceiros	70.799
Total Geral	167.693

A estratégia de atuação da Cemig GT nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela Companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a disponibilidade a ser direcionada para os agentes deste mercado.

Todas as operações são analisadas considerando as melhores práticas de governança corporativa e devem agregar valor aos resultados projetados, maximizando a receita e o lucro líquido além de minimizar a volatilidade do fluxo de caixa operacional.

Mercado Cemig – Participação por Empresa



Fornecimento de Energia Elétrica

O detalhamento do mercado da Cemig e a sua evolução nos últimos anos são apresentados a seguir.

Venda de Energia – GWh							
Classe	2006	2007	2008	2009	2010	Relação % 2010	Var.% 2010/2009
Industrial	23.973	24.686	26.681	22.638	24.826	37,47	9,67
Residencial	7.430	8.649	9.011	9.744	9.944	15,01	2,05
Comercial	4.439	5.549	5.886	6.197	6.227	9,40	0,48
Rural	1.942	2.212	2.308	2.221	2.467	3,72	11,08
Outros	2.970	3.507	3.575	3.635	3.663	5,53	0,77
Total Vendido a Consumidores Finais	40.754	44.603	47.461	44.435	47.127	71,14	6,06
Suprimento (1)	11.472	13.236	12.249	16.402	18.982	28,65	15,73
Consumo próprio	37	53	52	51	53	0,08	3,92
Vendas no PROINFA	-	-	-	20	85	0,13	325,00
Total	52.263	57.892	59.762	60.908	66.247	100,00	8,77

Em dezembro de 2010, foram faturados 11,14 milhões de clientes, com crescimento de 2,8%, em relação a dezembro de 2009. Deste total, a Cemig D atende 7,06 milhões, com crescimento de 3,4%, a Light atende 4,07 milhões, com crescimento de 1,9%, e a Cemig GT e empresas Controladas e Coligadas tem 287 clientes, com crescimento de 30,5%.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

❑ **Residencial:**

O consumo residencial manteve-se em crescimento por todos os meses de 2010, em relação aos anos anteriores. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao aumento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia.

❑ **Industrial:**

A energia consumida pelos clientes cativos e livres representa a maior parte da energia distribuída.

O comportamento desse mercado no Estado de Minas Gerais decorre da expansão da atividade industrial, associada a:

- (i) crescimento das exportações em termos de volume e de valor monetário, este em virtude da elevação dos preços internacionais de matérias primas industriais (minério de ferro, níquel e ouro), de produtos agrícolas (café, açúcar e carne) e matérias primas semimanufaturadas;
- (ii) crescimento dos setores contemplados pela política governamental baseada em incentivos de isenção tributária, e
- (iii) expansão da produção de itens voltados para atendimento à demanda interna em atividades produtivas e consumo final;

A atividade Extrativa Mineral, que utiliza 15,2% da energia da classe industrial, apresentou crescimento de 28,8%. Todos os ramos da Indústria de Transformação, com exceção de Celulose e Papel e de Fumo, apresentaram expansão de consumo, com destaque para Ferroligas (44,5%), Químico (28,4%), Mecânico (23,3%), Material de Transporte (18,6%), Não Ferrosos (18,2%) e Siderurgia (16,5%).

❑ **Comercial:**

No Estado de Minas Gerais, os ramos da classe comercial e de serviços mais representativos apresentaram as seguintes taxas de crescimento de consumo no ano de 2010: Comércio Varejista (6,4%), Serviços de Alojamento e Alimentação (1,9%), Comércio Atacadista (9,7%), Serviços de Comunicação (0,2%), Serviços de Saúde (4,4%) e Serviços de Administração de Bens, Loteamento e Incorporação de Bens Imóveis (13,2%).

❑ **Rural:**

Esta classe apresentou crescimento de 11,1% no consumo faturado no ano de 2010 em relação a 2009, relacionado com a ligação de 42.636 novas unidades consumidores e com o aumento da demanda de irrigação em função de baixos índices pluviométricos e de temperaturas acima da média em Minas Gerais durante o ano.

□ Demais Classes:

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com 7,8% da energia distribuída, consumiram 3.663 GWh e, em conjunto, cresceram 0,8% no ano de 2010, frente a 2009.

Reajuste/revisão tarifária das distribuidoras e transmissoras*Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição.*

A ANEEL procedeu ao reajuste das tarifas de fornecimento e TUSD – tarifa de uso do sistema de distribuição - da Cemig d para o período de abril de 2010 a março de 2011, com impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

O resultado do reajuste tarifário anual já incorpora o impacto dos aprimoramentos dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários implementados por meio da assinatura do Terceiro Termo Aditivo aos Contratos de Concessão. Este Termo assegura a neutralidade dos itens de custo não-gerenciáveis da Parcela A em relação aos encargos setoriais.

Reajuste tarifário da Light SESA

Em 03 de novembro de 2010 a ANEEL aprovou o valor definitivo para o Reajuste Tarifário da Light SESA. O resultado homologado pela ANEEL considera um Reajuste Tarifário de 6,99%, constituído de dois componentes: o estrutural, de 8,31%; e o financeiro, que vigorará até outubro de 2011, negativo em 1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas vigentes da Light, de 4,77%, a proposta representa um aumento tarifário médio aos consumidores finais de 2,20%.

Revisão tarifária da Cemig GT

Primeira Revisão Tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão – RTP, para toda a base de ativos de transmissão da Cemig GT, foi aprovada pela Diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento parcial ao Recurso Administrativo, interposto pela Cemig GT, com alteração no reposicionamento da sua primeira RTP de 5,35% para 6,96%.

Segunda Revisão Tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da segunda Revisão Tarifária da Transmissão – RTP da Cemig GT, que fixou o reposicionamento tarifário da Receita Anual Permitida (RAP) em -15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$ 75.568 mil aos usuários do sistema de transmissão e será devolvido no ciclo tarifário de julho de 2010 a junho de 2011.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

Atualmente, as perdas não técnicas da Cemig Distribuição encontram-se em torno de 2,24% do montante de energia injetada no sistema de distribuição, estando abaixo do valor referencial estabelecido pela Aneel na Revisão Tarifária da Cemig e bem abaixo da média nacional, que situa-se em torno de 5,8%.

Apesar do grande aumento das perdas não técnicas após o racionamento de energia ocorrido em 2001, este percentual estabilizou-se na Cemig nos últimos 3 anos. Estima-se que os resultados da cobrança retroativa de consumo de energia durante o período de irregularidades totalizarão 190 GWh em 2010, possibilitando a recuperação de mais de R\$ 66 milhões.

Já o incremento do consumo de energia, que ocorre após a regularização das instalações que apresentavam perdas, deverá totalizar 100 GWh em 2010, ou aproximadamente R\$ 35 milhões.

Também, a receita adicional proveniente das atividades de gestão das perdas não técnicas em 2010, considerando ainda a cobrança de custo administrativo das irregularidades e os danos provocados em equipamentos de medição será de aproximadamente R\$ 118 milhões.

Em 2010, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da empresa à prática de irregularidades e às perdas de energia, foram implementadas várias ações relacionadas a aprimoramento da ferramenta para seleção de alvos de inspeção no Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de

cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, com a substituição de aproximadamente 80.000 medidores obsoletos e medição de alimentadores de média tensão e outros.

Qualidade no fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) da Cemig Distribuição:

Ano	Com expurgo		Sem expurgo	
	DEC	FEC	DEC	FEC
2009	14,10	6,76	17,30	7,93
2010	13,08	6,59	15,23	7,40
Redução	(7,2%)	(20,5%)	(12,0%)	(6,7%)

Cerca de 54% das interrupções sustentadas de energia em 2010 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 31% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 15% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 27%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 8% do total.

A melhoria dos indicadores de qualidade é consequência do maior investimento da Companhia em manutenção preventiva e reforma de redes. Para 2011 estão previstos também investimentos significativos que possam auxiliar na redução do número de interrupções não programadas, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante é a alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico, o que permitirá o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de atendimento

Dando prosseguimento às ações para efetivação de seu Plano Estratégico, a Cemig Distribuição tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade e presença junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

Nesse sentido, além dos canais já existentes, tais como Fale com a Cemig D; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento, Agência Virtual e Postos de Atendimento Simplificado (PAS), a Cemig vem trabalhando fortemente no estreitamento do relacionamento com os clientes através:

- Implantação da Representatividade da Cemig D que prevê atendimento presencial em todos os 774 municípios de sua área de concessão através da implantação de Pontos de Atendimento Cemig Fácil – PCFA, onde, por meio do credenciamento de agentes para a realização de atendimento exclusivo e personalizado, permitindo a implantação de 194 pontos de atendimento em cidades mineiras com menos de 10.000 unidades consumidoras;
- Consolidação da Rede de Integração - Olho no Cliente em Ação com o objetivo de alinhar pessoas, processos e iniciativas em prol da melhoria do atendimento aos clientes, sendo composta por equipes multidisciplinares de todas as gerências da Diretoria de Distribuição. Essa rede formaliza referências e representantes de cada processo que, buscando a solução dos problemas técnicos e/ou operacionais, privilegia a desburocratização através do investimento em ferramentas já existentes e no contato entre as pessoas envolvidas.

A AGÊNCIA VIRTUAL, que já tem 22 serviços disponíveis e registra cerca de 580 mil atendimentos mensais, é um dos pilares do Projeto Representatividade. Através da Internet, os estabelecimentos contratados acessam os sistemas comerciais da Cemig e registram as solicitações dos clientes.

Para que possamos atingir 100% dos municípios com número de unidades consumidoras totais iguais ou acima de 10.000, será necessária a abertura de 19 novas Agências de atendimento, com prazo de conclusão previsto para março de 2011, sendo o custo de adequação civil, de responsabilidade da empresa contratada.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS, cujo principal ítem é a exclusão de ativos e passivos regulatórios, estão descritos em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras da Companhia.

Lucro do Período

A Cemig apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$2.258 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$2.134 milhões no exercício de 2009, representando um aumento de 5,81%.

Receita operacional

A Composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2010	2009
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	14.954	15.008
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.658	1.332
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	1.555	903
Outras Receitas operacionais (c)	791	652
Deduções à receita operacional (d)	(6.095)	(5.737)
Receita Operacional Líquida	12.863	12.158

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$14.954 milhões em 2010 em comparação a R\$15.008 milhões em 2009, o que representa uma redução de 0,36%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$13.352 milhões em 2010 comparados a R\$13.233 milhões em 2009, uma variação de 0,90%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 6,06% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- redução de 3,35% na tarifa média em 2010, R\$282,01 em comparação a R\$291,79 em 2009. Essa redução decorre do maior volume de itens regulatórios incluídos na tarifa em 2009, como por exemplo, a Recomposição Tarifária Extraordinária e custos não gerenciáveis da distribuidora - CVA.

Receita com suprimento

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 2,49%, 14.204.530 MWh em 2010 comparados a 13.859.700 MWh em 2009. sendo, entretanto verificada uma redução no preço médio de venda de energia, R\$101,72/MWh em 2010 na comparação com R\$117,87/MWh em 2009. Essa redução foi decorrente principalmente dos contratos de venda de energia através dos leilões de ajuste para as distribuidoras, realizados exclusivamente em 2009, com um preço médio de R\$145,00 por MWh. Dessa forma, ocorreu uma redução de 11,57% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$1.444 milhões em 2010 na comparação com R\$1.633 milhões em 2009.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$1.658 milhões comparados a R\$1.332 milhões em 2009, um aumento de 24,47%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de uso da rede de transmissão

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 72,20% correspondente a R\$652 milhões (R\$1.555 milhões em 2010 comparados a R\$903 milhões em 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2010 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 e maio de 2010 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas em 2010.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Fornecimento de Gás	398	307
Serviço Taxado	16	17
Serviço de Telecomunicações	131	115
Prestações de Serviços	179	129
Aluguel e Arrendamento	60	72
Outras	7	12
	791	652

Impostos incidentes sobre a Receita Operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$6.095 milhões em 2010 comparados a R\$5.737 milhões em 2009, representando um aumento de 6,24%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os gastos com à CCC foram de R\$532 milhões em 2010 comparados a R\$493 milhões em 2009, representando um aumento de 7,91%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que na atividade de distribuição a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com a CDE foram de R\$423 milhões em 2010, comparados a R\$408 milhões em 2009, representando um aumento de 3,68%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que na atividade de distribuição a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Vide a composição dos impostos incidentes sobre a receita na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis consolidadas.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2010 o montante de R\$9.217 milhões comparados a R\$8.467 milhões em 2009, com aumento de 8,86%. Este resultado decorre, principalmente, dos aumentos nos Custos não controláveis com energia comprada para revenda. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 24 das demonstrações contábeis Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$3.722 milhões em 2010 comparados a R\$3.199 milhões em 2009, representando um aumento de 16,35% em função principalmente de uma maior compra de energia pelas distribuidoras no ambiente regulado. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide a composição dessa despesa na nota explicativa nº 24 das demonstrações contábeis consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$729 milhões em 2010 comparados a R\$853 milhões em 2009, uma redução de 14,54%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$1.211 milhões em 2010 comparados a R\$1.318 milhões em 2009, uma redução de 8,12%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, com uma despesa naquele ano de R\$206 milhões contra R\$40 milhões em 2010 (ajuste na provisão reconhecida no ano anterior), associado à redução da quantidade de empregados (controladora, Cemig GT e D), que passou de 9.746 em 2009 para 8.859 em 2010.

Depreciação/Amortização

A Despesa com Depreciação e Amortização não apresentou variação entre 2010 e 2009, sendo de R\$896 milhões nos dois períodos.

Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$107 milhões em 2010 comparados a R\$150 milhões em 2009, representando uma redução de 28,67%. Estas Despesas representam, basicamente, os juros incidentes sobre as Obrigações Atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos Planos, estimados por Atuário externo. A redução dessa despesa decorre da maior expectativa de rendimento dos ativos do Plano em 2010 em relação às obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$138 milhões em 2010 comparados a R\$124 milhões em 2009, um aumento de 11,29%. Este resultado decorre, substancialmente, da celebração de Acordo, para encerrar Processo judicial, com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, com o registro de despesa no valor de R\$178 milhões em 2010, sendo parcialmente compensado por uma reversão na provisão de prêmio de aposentadoria em 2010 de R\$22 milhões em comparação a uma provisão de R\$41 milhões em 2009. Vide a composição das provisões na nota explicativa nº 24 das demonstrações contábeis consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$225 milhões em 2010 comparados a R\$166 milhões em 2009, representando um aumento de 35,54%. Esta variação deve-se, a maior quantidade de gás vendido em função da maior operação das Usinas térmicas, clientes da Gasmig, em 2010.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

LAJIDA - R\$ milhões	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	2.258	2.134	5,81
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	564	1.131	(50,13)
+ Resultado Financeiro	825	355	132,39
+ Amortização e Depreciação	896	895	-
+ Participação de Minoritários	-	73	-
= LAJIDA	4.543	4.588	(0,98)
Itens não recorrentes:			
+ Acordo judicial com cliente industrial	178	-	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	26	-	-
+ Programa de Desligamento voluntário - PDV	40	206	(80,58)
= LAJIDA AJUSTADO	4.787	4.794	(0,15)

O LAJIDA da Cemig em 2010 não apresentou variação significativa em relação ao de 2009, um decréscimo de 0,98%.

Os principais efeitos, não recorrentes, que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, em 2010, na Cemig D, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial, relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;
- Reconhecimento de Despesa com ICMS, em 2010, referente à subvenção de desconto na tarifa de Consumidor de Baixa Renda, no montante de R\$26 milhões, em decorrência de adesão à Programa de Anistia, implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Registro de Provisões, em 2010 e 2009, nos valores de R\$40 milhões e R\$206 milhões, respectivamente, referentes ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$825 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$354 milhões em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na Receita com aplicações financeiras: R\$392 milhões em 2010 em comparação a R\$272 milhões em 2009, com uma variação de 44,12%, decorrente de maior volume de recursos aplicados em 2010;
- Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$1.075 milhões em 2010 comparados a R\$799 milhões em 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos de financiamento, destacando-se a emissão pela Cemig Geração e Transmissão, em outubro de 2009, de Notas Promissórias (“Commercial Papers”), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor;
- Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$144 milhões em 2010 comparados a R\$9 milhões em 2009. Este aumento decorre, substancialmente, do maior volume de recursos captados e da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, principalmente o IGPM que passou de uma variação negativa de 1,72% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 das demonstrações contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$564 milhões em relação ao lucro de R\$2.822 milhões, representando um percentual de 19,99%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.131 milhões em relação ao lucro de R\$3.337 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,89%.

O menor percentual de impostos em 2010 em relação ao lucro deve-se a créditos fiscais que foram reconhecidos em 2010, no valor de R\$288.505. Esses créditos referem-se a prejuízos fiscais que não estavam registradas nas demonstrações contábeis e foram reconhecidos em 2010 em função de comprovação da sua realização através das projeções de resultados da Companhia.

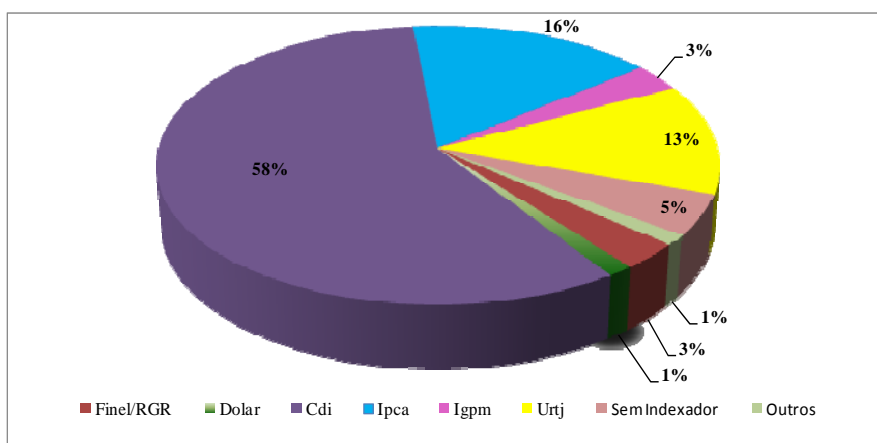
As taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Em 2010, foram captados R\$ 904 milhões na Cemig D, sendo R\$ 66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$ 189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Pólo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Foram captados pela Cemig GT R\$ 2.949 milhões, sendo R\$ 2.700 milhões através de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da Terna Participações S.A.

Principais indexadores da dívida – 31/12/2010



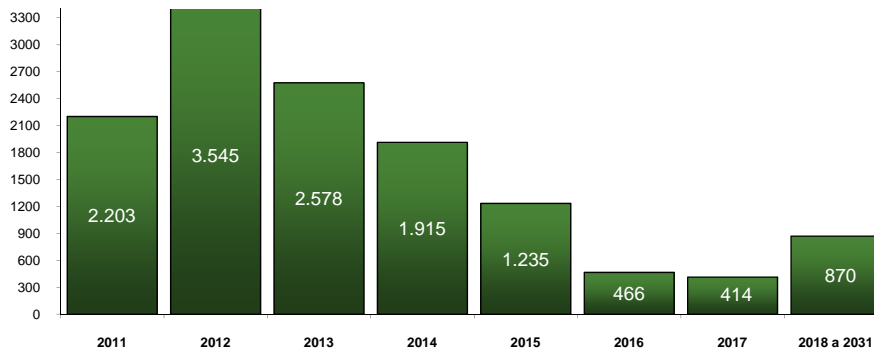
A posição da dívida de 1% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

A grande concentração da dívida no CDI, de 58%, decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, e das emissões de títulos e valores mobiliários (debêntures) que se seguiram, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2010 (R\$ milhões)**



A Companhia se empenhará em promover um escalonamento adequado da sua dívida, ajustado à sua geração de caixa anual.

As avaliações de crédito (“ratings”) da Cemig e suas principais controladas refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, e são apontados pelas principais agências de rating.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial, que não é relevante, através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

INVESTIMENTOS

Novas aquisições

Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA

A Cemig GT realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de ações e units, em poder dos minoritários, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica. A operação culminou na aquisição de 24,42% das ações, até então em posse dos acionistas minoritários, pelo montante de R\$ 1.002 mil, equivalentes a R\$ 15,57 por ação. O ágio apurado na negociação foi de R\$ 523 mil.

Com esta Operação, a Cemig GT, juntamente com o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

Aquisição de participação acionária – Ativas Data Center S.A.

Em 8 de julho de 2010, a Cemig Telecomunicações S.A. assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Ativas Participações S.A., visando a compra de 49% do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A, cujo objetivo social é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, para atendimento a médias e grandes corporações. O investimento inicial foi de R\$ 6.753 mil.

Fechamento da aquisição de 25% do capital votante da Light S.A.

A Cemig adquiriu, em 25 de março de 2010, 12,50% do capital total e votante da Light, até então de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões (“AGC”). O preço pago pela Cemig referente à compra das ações foi de R\$ 718.518 mil, correspondendo a R\$ 29,54 por ação, realizado.

Em novembro de 2010 a Companhia adquiriu um percentual adicional de 0,53% do Capital total e votante da Light, também de titularidade da AGC. O preço, correspondente aos 0,53% do capital total da Light, foi de R\$ 30.471 mil.

Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Cemig Geração e Transmissão adquiriu da Light.S.A, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$ 19.960 mil.

Opção de compra adicional de ações da LIGHT

A Cemig fez a opção de adquirir a totalidade das cotas do fundo Luce Investment Fund, que detém 75% das quotas do Luce Brasil Fundo De Investimento em Participações. Exercida a opção, a Cemig adquirirá ações ordinárias que representam 9,75% do capital total e votante, pelo preço de US\$340.455 mil, dos quais serão deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio, eventualmente, pagos ou declarados pela Light S.A. a partir de 01 de dezembro de 2009 até o exercício da opção.

A opção foi exercida em 6 de outubro de 2010, a Enlighted Partners Venture Capital Llc, controladora indireta da Luce Empreendimentos E Participações S.A., informou sua decisão pelo exercício da opção de venda de quotas do Luce Brasil Fundo De Investimento Em Participações.

O fechamento dessa operação está condicionado ao atendimento de determinados requisitos contratualmente estabelecidos, bem como à aprovação dos órgãos competentes, assim como, nos casos em que for necessário, dos agentes financiadores e debenturistas da Light e de suas controladas.

Além das novas aquisições, a Cemig efetuou no ano de 2010 outros investimentos conforme segue:

Geração

Expansão da Geração: principais empreendimentos concluídos em 2010.

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Investimento até 2010 R\$ milhões	Entrada total em operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	181	maio/10
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	17	outubro/10

Expansão da Geração: principais empreendimentos em construção.

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Investimento até 2010 R\$ milhões	Início/ previsto de operação
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	1º sem/2012
PCH Paracambi	25 MW	49,00%	37	2ºsem/2011
PCHs Dolores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré (*)	44 MW	49,00%	10	(*)

(*) Empreendimentos em fase de estudo de viabilidade.

Os investimentos em expansão da geração, relacionados nas tabelas acima, referem-se a participação da Cemig no Empreendimento, com recursos próprios.

Revitalização do parque gerador da Cemig

A Cemig vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização.

Foi elaborado um grande e detalhado diagnóstico das usinas, que teve como objetivo levantar os investimentos necessários para revitalização das instalações. A boa qualidade da manutenção das usinas tem gerado excelentes resultados para a Cemig GT, porém a garantia de bons índices de disponibilidade futura requer um programa estruturado de reformas e modernizações, considerando a idade das instalações. O total de recursos necessários para estas revitalizações será da ordem de R\$ 1,7 bilhão, distribuído ao longo dos próximos 15 anos.

Programa de ampliação de PCHs

Visando a expansão da geração, através da exploração mais eficiente dos ativos existentes, foi estruturado o programa de ampliação de PCHs, que se encontra em fase de conclusão dos projetos básicos e dos estudos ambientais. No programa foram identificadas 19 PCHs da Cemig GT e 4 PCHs da Horizontes Energia S.A., que juntas totalizam 106 MW de potência instalada e que, com a ampliação, passarão à potência instalada de aproximadamente 303 MW, representando um acréscimo de 197 MW.

Em relação aos benefícios identificados no programa de ampliação das PCHs destacam-se a redução dos custos de manutenção e operação das usinas, a eliminação

das perdas com o Mecanismo de Redução de Energia Assegurada – MRA, o custo evitado com manutenções e reformas de equipamentos e estruturas civis, entre outros.

Plano Diretor de Automação

Entre as diversas metas cumpridas pela equipe DGT, destacamos o Plano de Automação das Usinas e Subestações da Cemig. O investimento plurianual total na automação das usinas das grandes e pequenas usinas é da ordem de R\$ 17 milhões.

Em Transmissão

A rede de transmissão da Companhia compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira. A Cemig transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes.

Plano Diretor de Automação na Transmissão

Com a implementação da modalidade de tele assistência das subestações de transmissão da Cemig GT finalizada em maio de 2010, o Centro de operações (“COS”) passou a controlar remotamente todas as subestações operadas pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

No segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig GT, a Aneel autorizou a realização de investimentos em melhorias no valor de R\$ 38.772 mil anuais para o ciclo 2009-2012, alcançando o montante de R\$ 155.087 mil no período.

Investimentos em Subestações e Linhas de Transmissão

Principais empreendimentos concluídos.

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2010 R\$ milhões	Início da operação
LT Furnas - Pimenta	51,00%	18	25/03/2010
LT Charrúa – Nueva Temuco	49,00%	41	21/01/2010
LT EBTE	49,00%	103	12/2010
LT Pirapora 2 – Várzea da Palma 1	100,00%	3	03/07/2010
SE S. G. do Pará	100,00%	11	22/05/2010
SE Jaguará	100,00%	9	07/08/2010

Principais empreendimentos em construção.

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2010 R\$ milhões	Início da operação
SE Barreiro	100,00%	4	2011
SE Conselheiro Lafaiete	100,00%	7	2011

Em Distribuição

Dentre os programas de investimentos executados na atividade de distribuição, destacam-se os seguintes:

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Na Cemig, a 1ª fase do programa (LPT I) teve um custo aproximado de R\$ 1.700 milhões até 31 de dezembro de 2008, com a ligação de cerca de 190 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 800 mil pessoas. A Cemig executou ligações nos 774 municípios da sua área de concessão, o que coloca a empresa em posição de grande destaque, entre as concessionárias brasileiras, na execução do Programa.

Do mesmo modo que na primeira fase de implantação, quando a meta traçada revelou-se aquém da realidade, no intuito de dar continuidade ao Programa, constatou-se uma demanda adicional de 95 mil domicílios/estabelecimentos para serem atendidos.

Desse adicional, a Cemig já tem a segunda etapa do Programa contratada junto à Eletrobrás para até abril de 2011. Essa etapa viabiliza o atendimento a 70 mil novos domicílios/estabelecimentos, com investimentos da ordem de R\$ 796 milhões.

Complementar e paralelamente aos 70 mil novos consumidores, em função de um esforço adicional da empresa para cumprir prazos e metas estabelecidos pelo poder concedente, a Cemig contratou da terceira etapa do Programa, abrangendo mais 25 mil atendimentos que deverão ser concluídos até dez/2011, com investimentos da ordem de R\$ 355,7 milhões.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, é um programa do Governo Federal de financiamento para as Prefeituras Municipais através das Concessionárias e engloba projetos de melhoria, extensão e obras especiais de Iluminação Pública, com previsão de duração até 2010. Desde a implantação do Programa Reluz, em 2001, a Cemig Distribuição já realizou a modernização de 215.000 pontos de iluminação pública, em 290 municípios, com investimentos de cerca de R\$ 60 milhões, levando a uma redução anual de 29.000 MWh no consumo de energia.

Programa Cresceminas

O Projeto Cresceminas, caracterizado também como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado, tem como principal objetivo a ampliação da disponibilidade de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, a disponibilização de mais 620 MVA, com 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações existentes, 2.052 km de novas redes de distribuição e melhorias e reforços em 2.750 km de redes de média tensão. O conjunto de obras beneficiará aproximadamente 310 municípios (40,1% do total do estado).

Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 759 milhões, para o período 2006 a 2012, sendo que desse montante, já foram completados investimentos de R\$ 384 milhões em Alta Tensão e R\$ 260 milhões em Média Tensão.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana, mantendo a área urbana da concessão da Cemig Distribuição universalizada.

Neste Programa, no ano de 2010, foram atendidos 195.000 consumidores em área urbana com investimentos em torno de R\$ 93 milhões, com a instalação de 10 mil postes e com extensão de cerca de 380 Km de redes ao sistema elétrico de distribuição.

Programa Campos de Luz

A Cemig, em parceria com o Governo de Minas Gerais concluiu, em dezembro de 2008, o Programa Campos de Luz, que consistiu na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e também em campos de comunidades carentes. Dentre os benefícios proporcionados pelo Programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade aos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

A Cemig D iluminou, em conjunto com a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude – SEEJ mais 128 campos de futebol amador ao longo do ano de 2010, acumulando um total geral de 730 campos iluminados desde 2008.

Gás Natural

Em 2010, a GASMIG vivenciou um aumento dos volumes totais de gás comercializados. Uma conjugação de quatro fatores contribuiu para esse aumento: (i) o aquecimento da economia mineira associada à retomada da produção industrial após a crise econômica mundial; (ii) o início de fornecimento de gás para novos clientes, com a entrada em operação dos gasodutos do Sul de Minas, em janeiro e do Vale do Aço, em setembro; (iii) a participação da Companhia nos leilões de gás promovidos pela PETROBRAS, possibilitando o aumento do consumo e a manutenção das tarifas ao longo do ano; e (iv) o ganho de competitividade do gás natural frente aos energéticos concorrentes, como o óleo combustível. Como resultado de todos esses fatores, o mercado de gás natural não térmico da GASMIG registrou, em 2010, um crescimento de 48,2% no volume comercializado, em comparação ao ano anterior. Por sua vez, o mercado total, que também leva em conta o volume de gás vendido às usinas termelétricas, registrou um crescimento ainda maior, com uma elevação de 74,6% em relação a 2009, com a retomada do despacho das termelétricas em 2010, especialmente a partir de agosto.

Em janeiro de 2010 teve início de operação do gasoduto do Sul de Minas, empreendimento que contribuiu com um volume agregado de 20,1 milhões de m³ (correspondente a uma participação de 3,4%) nas vendas de gás natural, para o segmento industrial, com a ligação de novos clientes.

No tocante a novos projetos, destaca-se especialmente, a conclusão do gasoduto de distribuição do Vale do Aço, perfazendo um total de 286,8 Km de redes construídas. Este gasoduto interliga os municípios de Ouro Branco, Ouro Preto, Mariana, Rio Piracicaba, Coronel Fabriciano, João Monlevade, Timóteo, Ipatinga, e Belo Oriente. Dos R\$337,3 milhões investidos em 2010 pela GASMIG, o Vale do Aço foi responsável por R\$ 300,4 milhões (89% do total).

A operação do gasoduto do Vale do Aço teve início em setembro de 2010 e contribuiu para uma elevação de 34,6 milhões de m³ (correspondente a uma participação de 5,8%) nas vendas de gás para o segmento industrial em 2010. Esse empreendimento foi responsável pela incorporação de grandes clientes industriais.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, sendo que a partir de 2001 no nível 2 daquela Bolsa.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, totalizou R\$ 3.412 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2009 e 2010, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2009	Fechamento 2010
Cemig PN	CMIG4	R\$	26,12	26,71
Cemig ON	CMIG3	R\$	19,60	20,75
ADR PN	CIG	US\$	15,65	16,59
ADR ON	CIG.C	US\$	11,86	12,44
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	12,57	12,30

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2010 as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$ 10 bilhões, com uma média diária de quase R\$ 42 milhões. Esse volume faz com que nossas ações seja a mais líquida do setor elétrico e uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

Vale ressaltar que o volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque se equipara aos volumes no mercado brasileiro, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

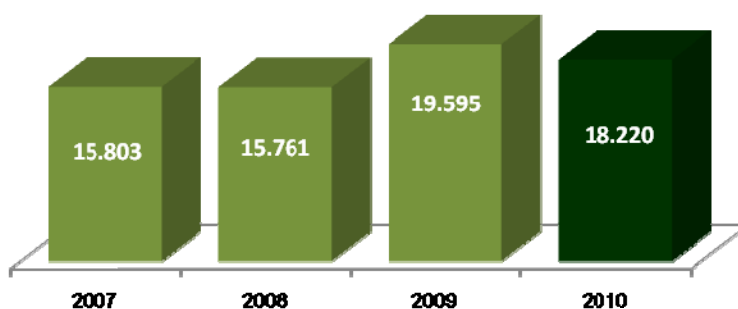
Com uma tímida valorização de 1,04% no acumulado do ano frente a forte valorização obtida em 2009 o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo ficou aquém das

expectativas do mercado para o ano de 2010, afetado principalmente pela instabilidade econômica e das incertezas causadas por países europeus.

As ações da Cemig apresentaram desempenho superior ao índice da Bolsa de Valores de São Paulo, com as suas ações ordinárias, CMIG3 e as preferenciais, CMIG4, subindo 5,85% e 2,26% respectivamente. O retorno total para o acionista de CMIG3 e CMIG4 foi de 19,56% e 12,54%, respectivamente, no ano de 2010.

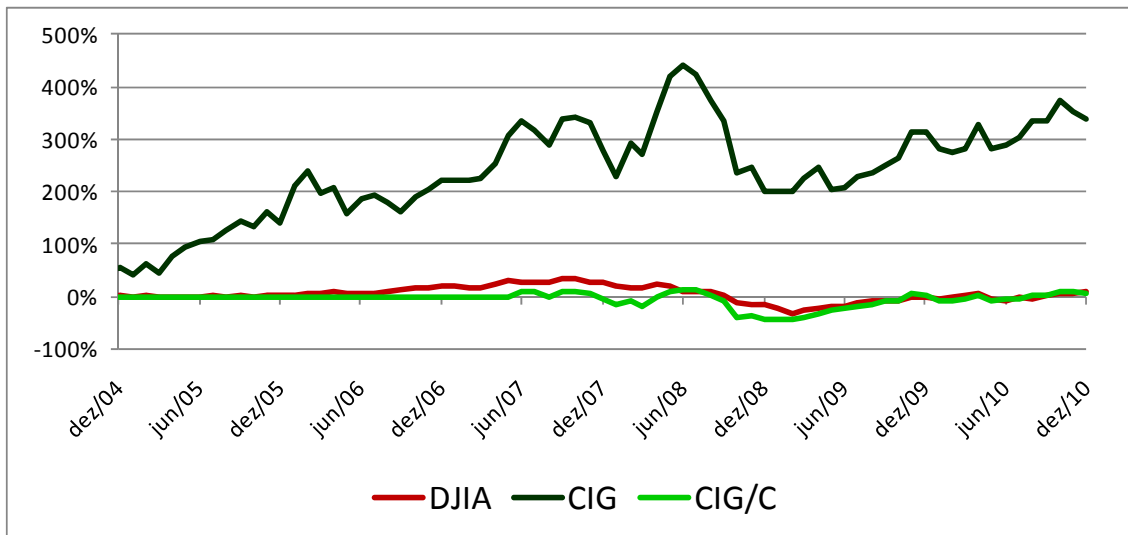
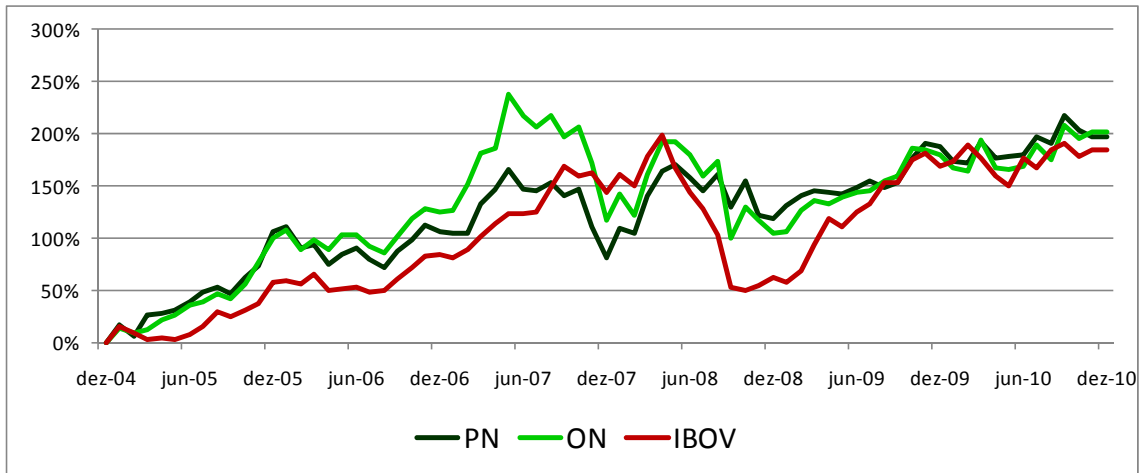
	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2010	2,26%	5,87%	6,01%	4,89%	1,04%	11,02%	11,98%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor das ações preferenciais no último dia de negociação de cada ano, apresentando uma queda no ano de 2010 de 7,02% em comparação ao ano de 2009. Se analisarmos a variação nos últimos 4 anos, nosso valor de mercado apresentou um crescimento de 15%.



Econômica – cotações não ajustadas, com valores em R\$ milhão

Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.

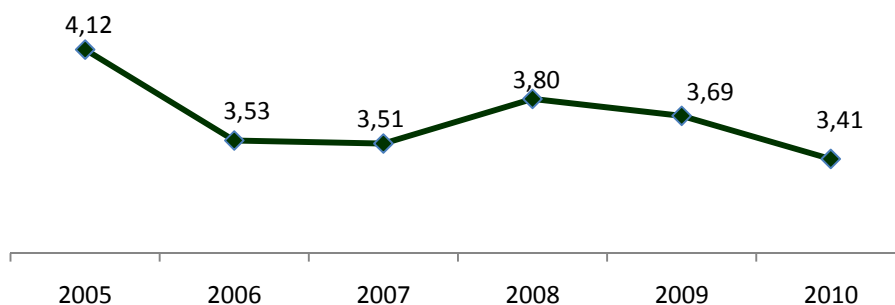


POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

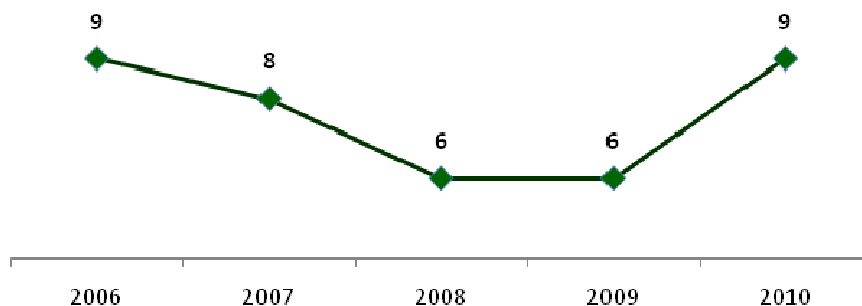
A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.

Lucro por ação - R\$



Dividend Yield



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2010 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$2.258 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- ❑ R\$1.196 milhões (52,97% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- ❑ R\$113 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- ❑ R\$238 milhões para absorção de prejuízos acumulados em relativos à adoção das novas normas de contabilidade.
- ❑ R\$711 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2010 R\$ mil	% em relação à auditoria	2009 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	1.210	100,00	1.688	100,00
Serviços adicionais:				
- SOX	238	19,67	199	11,79
- CVA	159	13,14	-	-
Total Geral	1.607	132,81	1.887	111,79

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes na matriz corporativa da Cemig se referem aos eventos que possam impedir o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. A cadeia valor da Cemig abrange as áreas de negócios: Controladora, Geração, Comercialização, Transmissão e Distribuição. São avaliados por sua probabilidade de ocorrência e por seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor. A Cemig atua sobre os riscos: (I) diminuindo seu impacto e/ou sua probabilidade mediante o refinamento dos controles; (II) implementando planos de ação; (III) transferindo-os por meio de contratação de seguros; (IV) aceitando-os (devido à efetividade do ambiente de controles e ao nível permitido de exposição financeira) ou; (V) evitando-os, subsidiando a Alta Administração nas tomadas de decisão para continuidade nos negócios.

A mensuração de riscos para a Cemig é definida pela Metodologia ORCA, fundamentada em quatro dimensões: Objetivos, Riscos, Controles e Alinhamento.

Ainda que a estrutura adotada para a gestão dos riscos corporativos da Cemig seja matricial e descentralizada, seu monitoramento é centralizado pela Gerência de Riscos Corporativos, o que gera informações relevantes com visão sistêmica. Essa estrutura permite que o processo de gestão de riscos corporativos interaja com outros componentes da gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão, de Gerenciamento de Riscos Financeiros, além do atendimento à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

A Cemig analisa, também, os fatores de riscos levando-se em consideração os drivers de valor sob o foco desses agentes e a correspondente identificação dos riscos já mapeados, com o objetivo de permitir o aprimoramento da gestão, a partir do entendimento que os stakeholders enxergam como ameaça estratégica, possibilitando a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos.

Lei Sarbanes-Oxley e Certificação de Controles Internos

A Cemig obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2009, conforme parecer datado de 28/06/2010, da KPMG Auditores Independentes, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 30 de junho de 2010, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e com base nos critérios do “Public Company Accounting Oversight Board” (PCAOB), do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit)

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

Para a certificação de 2010, a ser concluída em 2011, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado pela Auditoria Externa da KPMG Auditores Independentes o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, desse exercício.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://ri.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Cada representante da Cemig (empregados, gerentes e administradores), no ato da posse do cargo ou no momento da celebração do contrato de trabalho, presta compromisso solene e assina declarando conhecer, observar e acatar os valores e princípios constantes da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da Cemig.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades relativas à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional é monitorado pela Comissão de Ética da Cemig.

A Comissão de Ética, composta por um grupo de gerentes da Companhia, é a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da Cemig – Canal de Denúncia Anônima.

SISTEMAS DE GESTÃO E MODELO DE EXCELÊNCIA

Dentre os diversos modelos existentes para suportar a gestão, a Cemig optou, em 1999 por utilizar os modelos baseados nas normas ISO da Série 9000 e 14000, assim como a OHSAS 18001. Considerando que a Empresa vem se estruturando cada vez mais na gestão baseada em processos, os sistemas de gestão se transformam na principal ferramenta dessa gestão, uma vez que essas normas são estruturadas em requisitos baseados na gestão de processos.

Para a certificação dos sistemas se considera:

- a NBR ISO 9001 – Certificação em gestão da qualidade - cerca de 80% dos processos da empresa estão certificados.
- a NBR ISO 14001 – Certificação em gestão ambiental – 100% das grandes Usinas e linhas de transmissão são certificadas.
- a OHSAS 18001 – Certificação em gestão de saúde e segurança do trabalho – 100% das grandes Usinas e das linhas de transmissão são certificadas.

Além das auditorias externas, os sistemas de qualidade passam por verificações internas periódicas. Em 2010 foram realizadas 92 auditorias externas e 108 verificações internas. Além disso, a Cemig investe significativamente na capacitação dos colaboradores. Só em 2010 foram investidas mais de 60.000 horas de treinamentos relativas aos sistemas de gestão.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

Com foco no mapa estratégico corporativo a Cemig procura usar a tecnologia como fator de agregação de valor e diferencial competitivo.

A revolução digital com o surgimento do conceito das redes elétricas inteligentes será uma realidade nas residências brasileiras nos próximos anos. Essa nova arquitetura de distribuição de energia que integra e possibilita ações a todos os usuários a ela conectados, de modo a fornecer energia eficiente, econômica e sustentável, é objeto de diversos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Cemig, que conta com a parceria de outras empresas como o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), Fitec (Fundação para Inovação Tecnológica) e a universidade Puc Minas. Preparar as distribuidoras para essa revolução é também o objetivo da parceria firmada entre a Light e a Cemig, que através do desenvolvimento de um grande projeto de P&D, investirão recursos nessa nova tecnologia.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel e também veículos elétricos.

Alinhada às preocupações globais acerca das mudanças climáticas, a Cemig busca alternativas para viabilizar um futuro sustentável, como por exemplo evitar a utilização de combustíveis fósseis (recurso não renovável) na geração de energia.

Divulgado em novembro de 2010, o 24º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais (BEEMG), mostra que 53% da oferta de energia no Estado é proveniente de fontes renováveis. No país, este número é 46%, e no mundo, apenas 12,7%, evidenciando a matriz energética mineira como uma referência em termos de sustentabilidade e explicitando o diferencial competitivo do Estado.

Workshop Projeto Copa do Mundo 2014

A Cemig está se preparando para atuar na infraestrutura energética para a Copa do Mundo 2014. Para isso a empresa já conta com equipes que estão encarregadas de fornecer as soluções de suprimento energético para todas as demandas que serão exigidas pelo evento. Dentre esses se situa o projeto Mineirão Solar, que prevê a utilização da cobertura do novo Mineirão para a instalação de painéis fotovoltaicos e cuja energia será conectada à rede de distribuição e comercializada pela empresa.

Para dar o conhecimento e nivelar as informações, aconteceu em julho um workshop interno para divulgar além do projeto do Mineirão Solar, as iniciativas que outros órgãos da Cemig estão elaborando para garantir a segurança e qualidade de suprimento da energia elétrica.

Energia Eólica

Pioneira no setor, a Cemig foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, em 1994. Atualmente, a Empresa desenvolve, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

A Cemig lançou em maio de 2010 o Atlas Eólico de Minas Gerais, um mapeamento completo sobre a circulação geral dos ventos no território mineiro. Os dados coletados demonstram que a concentração das condições necessárias à implantação desses empreendimentos em áreas consideradas mais promissoras permite vislumbrar oportunidades de investimento, com a diluição dos custos de acesso e conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O levantamento tem grande relevância por orientar

empreendedores e investidores em energia eólica. Além disso, fornece uma idéia do montante energético que Minas Gerais dispõe.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

O programa conta com a parceria da Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que divulga as nossas demandas para a captação de propostas. Essas propostas são analisadas posteriormente pelo corpo técnico da Cemig, os chamados Fóruns Tecnológicos.

Por meio do edital público aberto, no período de 13/09 a 24/10/2010, foi lançado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Cemig/ANEEL 2011, com a captação de 195 novas propostas, recebidas através do IEL/Fiemg.

Em 2010, além dos projetos em andamento foram celebrados 55 novos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento dos programas de P&D Cemig D e Cemig GT 2009 e 2010.

Ao longo dos dez anos de existência do Programa de P&D Cemig/Aneel, foram aplicados cerca de R\$ 500 milhões, em 300 projetos de pesquisa, que resultaram no desenvolvimento de 43 novos equipamentos ou materiais, 49 sistemas, 79 novas metodologias e melhorias de processo.

Eficiência energética

O programa Energia Inteligente, da Cemig, é concebido sobre a ótica de que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

O programa Energia Inteligente traduz a preocupação da Cemig em atender aos clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. Isso traz benefícios aos clientes, ao meio ambiente e à Cemig. Alguns dos ganhos são: Redução de custos para o cliente e para o setor elétrico; Maior qualidade no fornecimento / atendimento ao cliente; Desenvolvimento sustentável do estado de Minas Gerais; Menores impactos ambientais com a postergação de investimento para expansão de rede.

Em 2010, foram realizados investimentos em Projetos do Programa de Eficiência Energética na ordem de R\$ 65 milhões que proporcionaram redução no consumo de energia de 71.333 MWh/ano e redução na Demanda de Ponta de 29,135 MW. Com esse Programa foram reduzidas, de forma indireta, a emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE de 7.440 ton CO₂e, uma vez que os programas foram realizados em instalações de terceiros. Também foi conseguida uma economia com energia, suficiente para abastecer aproximadamente 50.000 residências com consumo médio de 120 kWh/mês.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação da Cemig com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela Cemig são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Considerando que o provimento de pessoal da Cemig é baseado nos pilares mobilidade interna, seleção interna e concurso público, a Cemig, após realizar os processos de mobilidade e de seleção interna no decorrer do ano de 2009, iniciou em 2010 a recomposição do quadro de empregados através da realização dos concursos públicos para o preenchimento de cargos especializados nas empresas subsidiárias Cemig GT e Cemig D. Foram admitidos profissionais para atuarem nas áreas de Planejamento Energético e de Coordenação e Gestão de Transportes.

Adicionalmente, com a criação da empresa subsidiária Cemig Serviços S.A, realizou-se o concurso público 03/2010, visando a composição do seu quadro de pessoal com a oferta de 767 novos postos de trabalhos, para cargos de Auxiliar de Triagem, Agente de Unidades Consumidoras, Encarregados de Serviços de Unidades Consumidoras, Técnico Administrativo, Técnico de Segurança do Trabalho e Administrador, em diversas regiões do estado de Minas Gerais. O processo admissional iniciará em meados de 2011, quando essa subsidiária estará com a infra-estrutura pronta para entrar em operação.

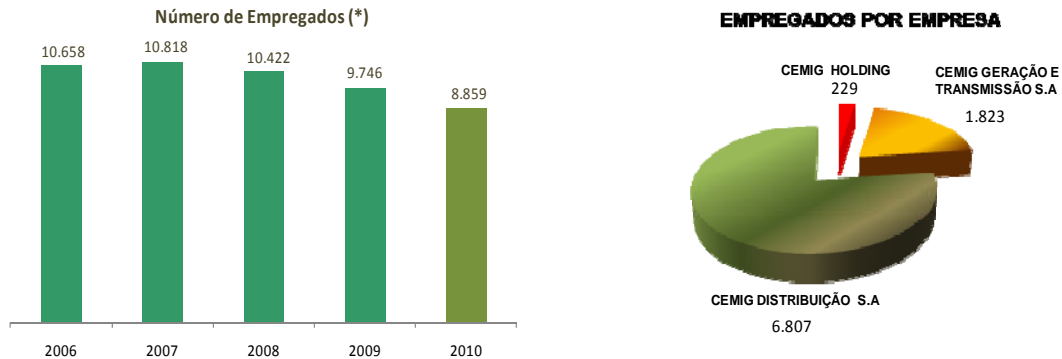
A Cemig, anualmente, investe no programa de estágios curriculares, oferecendo aos estudantes de nível universitário e aos técnicos profissionalizantes, oportunidades de complementação do ensino e da aprendizagem. No ano de 2010 foram recebidos 455 novos estagiários.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

O Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig (PDLC) foca o desenvolvimento dos empregados das empresas do grupo Cemig designados para o exercício das funções de supervisores, gestores, gerentes e superintendentes, bem como dos empregados potenciais sucessores participantes do programa “Gestão Sucessória”, contemplando uma série de programas educacionais, dos quais se podem citar: Cemig Liderança em Gestão – Celig, Programa de Gestão Avançada, Programa de

Desenvolvimento das Habilidades Pessoais para Potenciais Sucessores, Programa Trilhas da Liderança e Trilhas Internacionais.

Quadro de empregados



(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Cultura e Sociedade

O quadro final dos patrocínios socioculturais de 2010, com investimentos superiores a R\$ 25,7 milhões, reforçou a característica da Cemig de continuidade nos projetos culturais estruturadores, na medida de que todos os projetos de manutenção de espaços de educação permanente, como Museus, Bibliotecas e Teatros foram mantidos e também todos os festivais de extensão universitária.

Foram atendidas demandas em todos os segmentos da cultura e em cerca de 30 municípios de Minas, além de BH, e contemplados projetos inovadores como o das Lendas do São Francisco, de Ronaldo Fraga, primeiro projeto de Moda aprovado junto ao Ministério da Cultura.

Nos patrocínios culturais a Empresa financiou ações com recursos próprios como convênios de apoio as ações do Instituto Estrada Real e a parceria com a Secretaria de Estado da Cultura na Instalação do “Centro de Arte Popular Cemig”, que virá a compor os “Circuitos Culturais da Praça da Liberdade” – ação estratégica do Governo de Minas.

Os patrocínios em Cultura alcançaram o total de 192 projetos e os projetos sociais foram de aproximadamente 180.

As palavras de ordem foram continuidade, alinhamento com a estratégia da Empresa nos atributos Reputação e dimensão social e a atenção as políticas públicas, que garantem a perenidade e legitimação das ações.

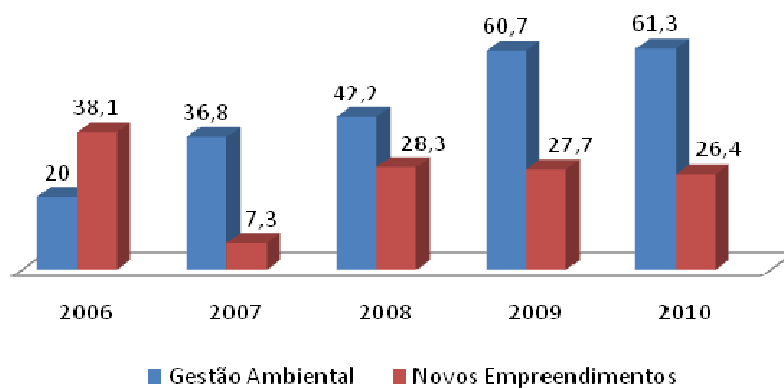
Meio Ambiente

A Cemig possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são

traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig e do mundo.

A Cemig desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais e os programas de preservação da flora e fauna, os programas direcionados à preservação de peixes e arborização urbana.

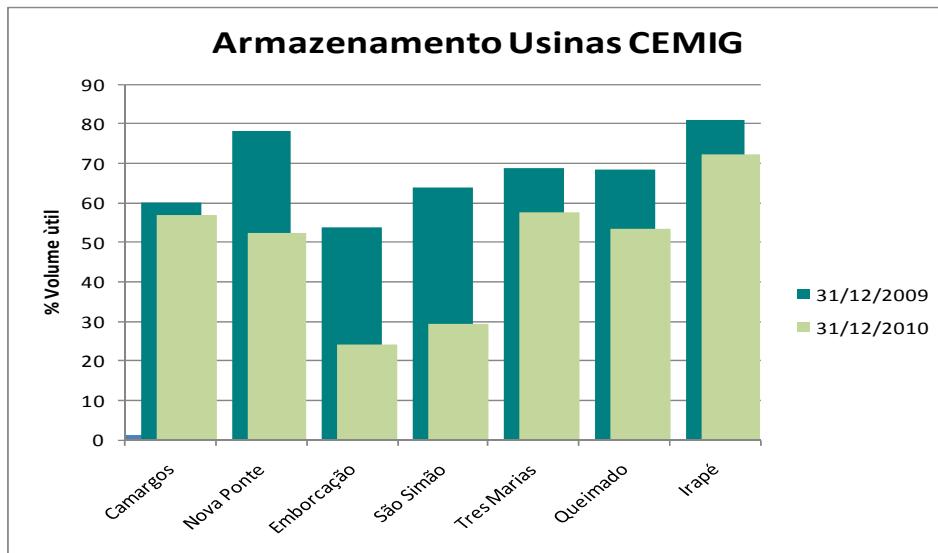
Recursos Aplicados em Meio Ambiente (R\$ milhões)



Dimensão Ambiental

A Cemig realiza uma série de atividades que visam à sustentabilidade ambiental. Dentre elas está o Programa de Educação e Comunicação Ambiental junto às comunidades do entorno dos seus reservatórios, estudantes, pescadores, ONGs, pesquisadores e formadores de opinião. A qualidade de água dos principais reservatórios é monitorada regularmente, em uma rede que contempla oito bacias hidrográficas de Minas Gerais e uma em Santa Catarina – Uruguai, 35 sub-bacias diferentes, perfazendo o total de 52 reservatórios e mais de 247 estações de coleta.

No gráfico a seguir pode ser observado o nível dos principais reservatórios de nossas usinas no exercício de 2010 comparado ao exercício de 2009.



Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2010 a Cemig obteve a renovação da Licença de Operação (LO) da UHE Irapé, a LOC do Sistema de Transmissão Regional Centro. O licenciamento ambiental das instalações de geração e transmissão da Cemig perfaz o total de 73%, apresentando aumento de 20% em relação a 2009.

A Cemig possui 178 certificados de outorga vigentes, desses, nove foram obtidos em 2010 e dez estão em processo de aprovação pelo órgão competente.

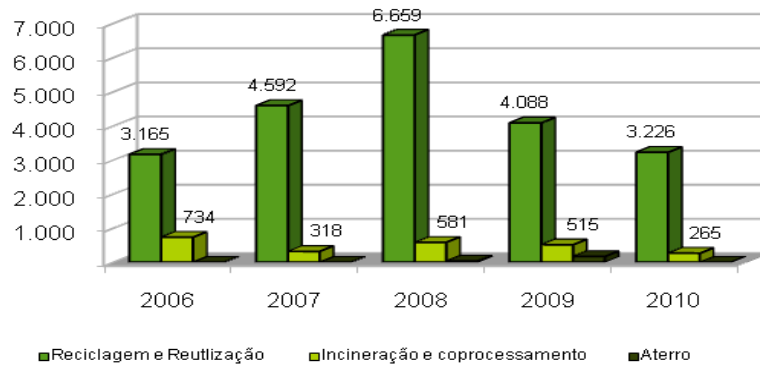
Gestão de Resíduos

Em 2010, foram encaminhadas para reciclagem 680 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram recicladas 256 mil lâmpadas incandescentes.

Foram alienadas ou recicladas 3.226 toneladas de materiais e equipamentos, 21,1% a menos que em 2009, devido à redução na geração de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, reatores e baterias, além de uma diminuição da alienação de óleos diversos. Foram regenerados e reutilizados pela própria Cemig 420 mil litros de óleo mineral isolante, retirados dos equipamentos elétricos.

No gráfico a seguir estão apresentados o total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para destinação final – 2006 a 2010 – (toneladas).

Resíduos Gerados por Tipo de Destinação



Programas para a Ictiofauna

A Cemig desenvolve, desde 2007, o Programa Peixe Vivo, com o compromisso de aumentar esforços na busca de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes, em parceria com as comunidades, pescadores e universidades.

O programa de peixamentos coordenado pelas Estações de Piscicultura de Volta Grande, Machado Mineiro e Itutinga, nos últimos cinco anos, soltou uma média de 520 mil indivíduos. Em 2010 foram soltos 522.851 indivíduos totalizando 11.749 kg de peixes soltos nos reservatórios da Cemig em 65 peixamentos.

A Cemig está criando o Centro de Excelência em Ictiologia de Volta Grande (CEIVG), no Triângulo Mineiro. A intenção da Companhia é tornar o Centro uma referência nacional na gestão de recursos pesqueiros, desenvolvendo e transferindo tecnologia. Em parceria com órgãos ambientais e universidades, que terão o Centro como suporte de campo, será assegurado conhecimento e avanços no manejo da ictiofauna das bacias dos rios Grande, Araguari e Paranaíba.

Flora e Fauna

Para ampliar o conhecimento e a disponibilização de informações sobre a fauna e flora em suas áreas de atuação, a Cemig mantém estações ambientais que somam mais de quatro mil hectares em dois importantes biomas; a Mata Atlântica e o Cerrado. O conhecimento adquirido nesses estudos é compartilhado com a sociedade por meio de parcerias e projetos de educação ambiental executados pela companhia.

Por meio de uma parceria firmada entre a Cemig e o IBAMA, na Estação Ambiental de Peti, é desenvolvido o Projeto ASAS - Área de Soltura de Aves Silvestres que em 2010 recebeu 638 animais provenientes de apreensões do tráfico de animais. Por meio do projeto, os animais são recebidos, recuperados e reintroduzidos na natureza em locais criteriosamente definidos em semelhança ao habitat natural das espécies.

Na UHE Baguari, em seu Projeto de Reflorestamento das Margens do Reservatório, foram plantadas 97.275 mudas de 72 espécies diferentes da Mata Atlântica nas áreas de entorno do reservatório totalizando 112,52 hectares.

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, perfazendo um total de 41 reservatórios e mais de 150 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

Arborização Urbana

A Cemig lançou em 2009, o Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – o Premiar- que tem como objetivo conduzir as políticas da Cemig voltadas para o manejo da arborização urbana junto a sistemas elétricos, com foco no convívio harmônico entre as árvores e a rede elétrica. A Cemig adota alternativas tecnológicas em redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea.

Além disso, a Cemig realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais.

Em 2010, o Premiar recebeu o prêmio de gestão ambiental 2010, promovido pela ONG Zeladoria do Planeta e patrocinou e apoiou a realização do Seminário Internacional de Planejamento Urbano, Arborização e Sistemas Elétricos – SIPASE;

O Geoárvores Web, lançado em 2010, é uma ferramenta que reúne informações sobre árvores, rede elétrica e limites territoriais de Belo Horizonte. As análises geradas por esse programa dão suporte às atividades de gestão e planejamento do Premiar, influenciando inclusive na tomada de decisões acerca do manejo de árvores urbanas.

Educação Ambiental

Desde 2001, a Cemig e suas subsidiárias integrais em parceria com a Fundação Biodiversitas desenvolvem o Programa Cemig de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente, que em 2010 contemplou 318 escolas da região de Campo das Vertentes e Sul de Minas. Mais de 91 mil alunos receberam materiais pedagógicos especialmente elaborados para o programa e mais de 5,6 mil professores foram treinados.

Em 2010 o programa definido para a Semana do Meio Ambiente foi o Premiar. O tema geral do evento, “Viver em harmonia é uma arte”, foi baseado na convivência urbana com as árvores. Já o Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas estações ambientais e usinas recebeu em 2010, 23.077 alunos e professores de diferentes escolas da capital e interior. Durante as visitas foram transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2009, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

A Cemig foi selecionada, pelo 11º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2010/2011, juntamente com outras 318 empresas de 27 países. A Cemig continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais, em todo o mundo, sendo o processo de pesquisa e seleção auditado pela Deloitte. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

Fazer parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade reflete o compromisso da Cemig com a geração atual e com as gerações futuras. A Cemig busca continuamente aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial, alinhando-se às melhores práticas de gestão corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

A Cemig foi selecionada, pela sexta vez consecutiva como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A Cemig se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

A nova carteira reúne 47 ações de 38 companhias. Elas representam 18 setores e somam R\$ 1,17 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 46,1% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA em 24/11/2010.

As participantes da nova carteira do ISE foram selecionadas entre 53 empresas, com análise das suas atuações nas dimensões econômica, ambiental, mudanças climáticas, social, governança corporativa e a natureza de seus produtos.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A Cemig foi considerada, pela sétima vez consecutiva, uma das dez companhias mais transparentes do Brasil. A Companhia conquistou em 2010 o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa), conferido à Empresa pela qualidade e clareza de suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2009, na categoria empresas de capital aberto com faturamento acima R\$ 8 bilhões.

A escolha deveu-se à apuração técnica e independente da Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras – Fipecafi, ligada à Universidade de São Paulo – USP, que analisaram mais de 700 balanços de empresas que atuam no Brasil, em todos os setores da economia.

As demonstrações financeiras elaboradas com qualidade e transparência reduzem a percepção de riscos dos investidores, implicam em ganhos para a companhia no momento de captação de recursos e impacta positivamente no valor de suas ações.

Prêmio Índice de Satisfação Percebida pela ANEEL

A Empresa ficou em segundo lugar no Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) em 2010, na categoria “Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras”.

Promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Iasc premia as distribuidoras de energia mais bem avaliadas pelos consumidores brasileiros durante o ano. A Cemig obteve um índice de 70,26 de satisfação, ficando acima da média na categoria, que foi de 65,87.

Prêmio Brasil de Meio Ambiente

A Cemig Geração e Transmissão foi escolhida como vencedora do 4º Prêmio Brasil de Meio Ambiente na categoria “Melhor Trabalho de Preservação em Fauna e Flora”. A concessionária concorreu com o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 com o objetivo de preservar as espécies nativas de peixes nas bacias hidrográficas onde a Empresa tem usinas, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento.

Índice Carbono Eficiente – ICO2

A Cemig foi selecionada para compor o Índice Carbono Eficiente – ICO2 para o período 2010-2011. O Índice Carbono Eficiente é composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50 que aderirem à iniciativa, levando em consideração, na ponderação das ações participantes, as emissões de Gases de Efeito Estufa das empresas.

Na nova carteira do Índice Carbono Eficiente para o período 2010-2011, a Cemig aumentou a sua participação, em relação ao IBrX-50, de 1,196% para 2,275% correspondendo a 53,8% das ações das empresas do setor elétrico no ICO2.

A participação expressiva da Cemig nesse Índice reflete o compromisso da empresa em desenvolver ações para minimização das emissões de Gases de Efeito Estufa com destaque para a geração de energia por fontes renováveis.

Prêmio Abap de Sustentabilidade: Multiplicadores, Marketing Sustentável e Marca Sustentável

A Cemig foi vencedora do 2º Prêmio Abap de Sustentabilidade, promovido pela Associação Brasileira das Agências de Publicidade - Capítulo Minas Gerais, vencendo três categorias, Multiplicadores, Marketing Sustentável e Marca Sustentável.

O 2º Prêmio Abap de Sustentabilidade, que visa reconhecer e destacar o trabalho desenvolvido pelas empresas em prol do desenvolvimento cultural e socioambiental do Estado .

Prêmio IR Magazine Awards Brasil 2010 – Melhor encontro com comunidade de analistas

Confirmando sua excelência na comunicação com analistas e nas relações com seus investidores, a Cemig conquistou o prêmio IR Magazine Awards Brazil 2010, na categoria “Melhor encontro com a comunidade de analistas (empresas large cap)”.

O reconhecimento nessa categoria se deve ao 14º Encontro Anual Cemig – Apimec, promovido pela Empresa e pela Associação de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), em maio de 2009, contando com a participação de analistas e profissionais do mercado financeiro do Brasil e do exterior.

O IR Magazine Awards Brazil é promovido pela IR Magazine – a revista internacional mais importante sobre relações com investidores, em conjunto com a Revista RI – principal publicação brasileira sobre o tema, e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri). Na sexta edição da premiação, a lista de indicados contou com a participação de 41 empresas, sendo 11 delas reconhecidas como as melhores do ano.

Classificação entre as 10 melhores empresas em desenvolvimento humano

O Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO) foi criado em 2007 pela Revista Gestão RH. Idealizada conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mensura o desenvolvimento humano nos países (educação, saúde, longevidade e renda per capita), a pesquisa tem por objetivo analisar as principais práticas adotadas no mercado corporativo, utilizando como base o ranking das “1000 Maiores Empresas Brasileiras – Melhores & Maiores”, da Revista Exame.

Na quarta edição da pesquisa, a Cemig figurou entre as “10 Melhores Empresas em IDHO”, recebendo destaque ainda na dimensão “Capital Humano”. O levantamento

abrange cinco dimensões: Sustentabilidade, Cidadania Corporativa, Governança Corporativa, Capital Humano e Transparência.

12º Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual – Menção Honrosa governança Corporativa

A Cemig teve seu Relatório Anual de 2009 reconhecido pelo 12º Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual, concedido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). A Empresa ficou em 2º lugar no ranking das companhias abertas, além de ter recebido Menção Honrosa por sua governança corporativa. A premiação é o maior reconhecimento que uma empresa brasileira pode receber por seu relatório anual.

A colocação demonstra que o Relatório Anual da Empresa tem clareza, transparência, qualidade de informações e caráter inovador, critérios avaliados pela Abrasca. Já a menção honrosa significa que a Cemig é um exemplo de governança corporativa e que busca as melhores práticas. A Companhia participa do Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual desde 2002.

Prêmio Nacional da Qualidade

A Cemig Distribuição foi classificada como finalista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2010. Esse reconhecimento é resultado da análise final da comissão julgadora e representa que a Empresa atendeu de forma balanceada aos Fundamentos da Excelência, demonstrando bons resultados no desempenho de sua gestão, podendo ser considerada como referencial de excelência em muitas práticas e resultados.

Concedido todos os anos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o PNQ é o mais importante prêmio de gestão no Brasil. A pontuação obtida em 2010, a mais alta dentre as participações anteriores da Cemig, representará também uma pontuação significativa no Prêmio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Status de Prime

A Cemig recebeu, pela segunda vez consecutiva, o status de Prime (B-) pela Oekom-Research, agência alemã de rating de sustentabilidade. Com a classificação Prime, a Cemig se qualifica a receber investimentos das instituições que consideram os critérios da Oekom. Somados, os investimentos dessas instituições representam 90 bilhões de euros.

O status de Prime é concedido às empresas consideradas líderes mundiais em seus setores industriais e que atendem aos padrões específicos de sustentabilidade. No caso da Cemig, o rating obtido foi Prime (B-) o que classifica a Empresa como uma das líderes no setor de companhias de serviços públicos (“utilities”) mundial, que engloba as prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2010			2009		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	12.863.330			12.158.312		
Resultado Operacional (RO)	3.646.795			3.691.792		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.071.921			1.090.580		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	78.643	7,34	0,61	74.055	6,79	0,61
Encargos sociais compulsórios	268.002	25,00	2,08	236.536	21,69	1,95
Previdência privada	107.038	9,99	0,83	150.142	13,77	1,23
Saúde	43.002	4,01	0,33	35.173	3,23	0,29
Segurança e medicina no trabalho	11.001	1,03	0,09	10.957	1,00	0,09
Educação	1.256	0,12	0,01	202	0,02	0,00
Cultura	24.987	2,33	0,19	926	0,08	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	38.687	3,61	0,30	29.472	2,70	0,24
Creches ou auxílio-creche	1.814	0,17	0,01	1.767	0,16	0,01
Participação nos lucros ou resultados	325.085	30,33	2,53	238.554	21,87	1,96
Outros	31.256	2,92	0,24	15.799	1,45	0,13
Total - Indicadores Sociais Internos	930.771	86,83	7,24	793.583	72,77	6,53
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	401	0,01	0,00	2.805	0,08	0,02
Cultura	18.578	0,51	0,14	28.588	0,77	0,24
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	58.460	1,60	0,45	13.972	0,38	0,11
Total das Contribuições para a Sociedade	77.440	2,12	0,60	45.365	1,23	0,37
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.929.903	190,03	53,87	6.928.957	187,69	56,99
Total - Indicadores Sociais Externos	7.084.782	194,27	55,08	6.974.322	188,91	57,36
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação	86.686	2,38	0,67	90.322	2,93	0,77
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			8.859			9.746
Nº de admissões durante o período			6			-
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			455			419
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			3.255			4.011
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.149			1.325
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			14,28			12,55
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			2.798			3.020
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			12,54			11,98
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			54			49

6) Informações relevantes quanto ao exercício da	2010			Metas 2011		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			18,12			ND
Número total de acidentes de trabalho			96			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são Exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2010:		12.562.498	Em 2009:		12.269.294
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	56,31% governo 11,93% colaboradores (as) 8,99% retido	8,99% acionistas 13,78% terceiros		59,49% governo 12,54% colaboradores (as) 10,39% retido		7,59% acionistas 9,99% terceiros

7) Outras Informações

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2010, cerca de R\$ 25,43 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- III. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2010, 595 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2010, aproximadamente 105 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.
- IV. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução.
- V. Foram alienados ou reciclados 2.900 toneladas de material e equipamentos. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Vilela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
Eduardo Borges de Andrade	Ricardo Antônio Mello Castanheira
Otávio Marques de Azevedo	Renato Torres de Faria
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Newton Brandão Ferraz Ramos
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Saulo Alves Pereira Junior	Tarcísio Augusto Carneiro

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Distribuição e Comercialização
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
Fuad Jorge Noman Filho	Diretor de Gás
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
ATIVO
(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.979.693	4.424.959	2.283.937	302.741	656.704	256.906
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira		321.858	-	-	55	-	-
Consumidores e Revendedores	7	2.262.585	2.277.907	2.018.296	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		400.556	366.984	433.104	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	625.332	222.173	140.603	-	-	-
Tributos Compensáveis	8 a	374.430	357.027	318.650	5.233	8.208	11.573
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 b	489.813	530.325	457.597	-	-	-
Dividendos a Receber		-	-	-	230.405	1.362.451	1.436.822
Estoques		41.080	35.032	35.830	16	17	17
Outros Créditos		590.229	402.567	475.431	13.889	14.124	21.582
TOTAL DO CIRCULANTE		8.085.576	8.616.974	6.163.448	552.339	2.041.504	1.726.900
NÃO CIRCULANTE							
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	1.837.088	1.823.644	1.800.873	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	11	-	-	-	946.571	872.638	810.593
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	1.800.567	1.107.775	1.728.175	345.472	132.816	176.044
Tributos Compensáveis	8 a	139.883	115.200	98.369	426	426	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 b	83.438	117.732	173.683	80.117	111.469	173.683
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.027.206	693.365	439.830	195.517	153.340	130.040
Consumidores e Revendedores	7	95.707	161.239	90.529	-	-	-
Outros Créditos		114.207	115.114	132.003	31.737	85.351	68.372
Ativo Financeiro da Concessão	12	7.315.756	5.508.462	2.890.881	-	-	-
Investimentos	13	24.206	25.955	36.689	11.313.969	9.449.272	8.244.664
Imobilizado	14	8.228.513	8.302.923	8.039.089	2.066	1.879	2.034
Intangível	15	4.803.687	3.705.267	3.950.388	838	1.544	2.543
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.470.258	21.676.676	19.380.509	12.916.713	10.808.735	9.608.399
TOTAL DO ATIVO		33.555.834	30.293.650	25.543.957	13.469.052	12.850.239	11.335.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
PASSIVO
 (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Fornecedores	16	1.121.009	852.195	891.821	1.687	14.275	7.134
Encargos Regulatórios	19	384.415	324.234	488.835	-	-	-
Participações nos Lucros		116.183	97.878	116.955	5.129	3.774	4.502
Impostos, Taxas e Contribuições	17 a	403.533	419.491	419.565	32.836	32.838	31.990
Imposto de Renda e Contribuição Social	17 b	137.035	127.108	114.035	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		1.153.895	953.789	960.129	1.153.895	953.789	960.129
Empréstimos e Financiamentos	18	1.573.885	5.878.470	881.880	373.599	23.358	6.740
Debêntures	18	628.681	780.576	398.268	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		243.258	353.291	293.894	12.478	18.423	16.117
Obrigações Pós-emprego	20	99.220	94.041	83.097	3.703	4.108	3.907
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		69.271	78.305	98.628	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	6.687	10.839	10.003
Outras Obrigações		472.973	320.219	439.378	14.655	20.605	20.623
TOTAL DO CIRCULANTE		6.403.358	10.279.597	5.186.485	1.604.669	1.082.009	1.061.145
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	19	142.481	152.303	20.521	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	18	6.244.475	4.044.281	4.824.307	36.794	55.190	73.587
Debêntures	18	4.779.449	589.620	1.240.283	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17 a	692.803	326.627	123.109	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	17 b	1.065.399	988.631	1.046.455	-	-	-
Provisões e Contingências Judiciais	21	370.907	562.027	721.729	187.553	383.911	397.362
Concessões a Pagar		117.802	79.817	75.689	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	2.061.608	1.914.986	2.039.279	92.349	87.433	87.308
Outras Obrigações		201.419	190.260	159.455	71.554	76.195	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.676.343	8.848.552	10.250.827	388.250	602.729	558.287
TOTAL DO PASSIVO		22.079.701	19.128.149	15.437.312	1.992.919	1.684.738	1.619.432

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES	22						
Capital Social		3.412.073	3.101.884	2.481.508	3.412.073	3.101.884	2.481.508
Reservas de Capital		3.953.850	3.969.099	3.983.021	3.953.850	3.969.099	3.983.021
Reservas de Lucros		2.873.253	3.177.248	2.859.920	2.873.253	3.177.248	2.859.920
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.210.605	1.343.383	1.495.823	1.210.605	1.343.383	1.495.823
Ajustes Acumulados de Conversão		(772)	150	61	(772)	150	61
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	27.124	27.124	27.124	27.124	27.124
Prejuízos Acumulados		-	(453.387)	(1.131.590)	-	(453.387)	(1.131.590)
		<u>11.476.133</u>	<u>11.165.501</u>	<u>9.715.867</u>	<u>11.476.133</u>	<u>11.165.501</u>	<u>9.715.867</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	390.778	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.476.133	11.165.501	10.106.645	11.476.133	11.165.501	9.715.867
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>33.555.834</u>	<u>30.293.650</u>	<u>25.543.957</u>	<u>33.469.052</u>	<u>32.850.239</u>	<u>25.543.957</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		2010	2009	2010	2009
RECEITA	23	12.863.330	12.158.312	432	345
CUSTOS OPERACIONAIS	24				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	24c	(3.721.585)	(3.199.373)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(728.839)	(853.035)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(225.398)	(166.535)	-	-
		<u>(4.675.822)</u>	<u>(4.218.943)</u>	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	24a	(967.117)	(925.949)	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(312.781)	(238.554)	-	-
Materiais		(125.613)	(106.360)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		-	(4.070)	-	-
Serviços de Terceiros	24b	(804.921)	(639.108)	-	-
Depreciação e Amortização		(866.709)	(871.668)	-	-
Provisões Operacionais	24d	(14.202)	(45.837)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(140.404)	(146.083)	-	-
Outras	24e	(190.000)	(79.969)	-	-
		<u>(3.421.747)</u>	<u>(3.057.598)</u>	-	-
				-	-
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO		(200.002)	(119.176)		
CUSTO TOTAL		<u>(8.297.571)</u>	<u>(7.395.717)</u>	-	-
LUCRO BRUTO		4.565.759	4.762.595	432	345
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(283.180)	(183.899)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(367.141)	(676.909)	30.618	(46.008)
Outras Despesas Operacionais		(268.643)	(209.995)	(9.339)	(17.972)
		<u>(918.964)</u>	<u>(1.070.803)</u>	<u>21.279</u>	<u>(63.980)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro		<u>3.646.795</u>	<u>3.691.792</u>	<u>21.711</u>	<u>(63.635)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	2.104.382	2.326.906
Receitas Financeiras	25	849.098	833.166	63.494	41.467
Despesas Financeiras	25	(1.673.607)	(1.187.657)	(66.213)	(44.948)
Resultado antes dos Impostos		2.822.286	3.337.301	2.123.374	2.259.790
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(871.930)	(895.561)	(118.746)	(115.749)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	307.620	(235.402)	253.348	(10.504)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>2.257.976</u>	<u>2.206.338</u>	<u>2.257.976</u>	<u>2.133.537</u>
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		2.257.976	2.133.537	2.257.976	2.133.537
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	72.801	-	-
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária		3,41	3,69	3,41	3,69
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária		3,41	3,69	3,41	3,69

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		2010	2009	2010	2009
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.257.976	2.206.338	2.257.976	2.133.537
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		(922)	89	(922)	89
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa		1.393	-	1.393	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.258.447	2.206.427	2.258.447	2.133.626
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores		2.258.447	2.133.626	2.258.447	2.133.626
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores		-	72.801	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em Milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Prejuízos Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2009	2.481.508	3.983.021	2.859.920	1.495.823	61	(1.131.590)	27.124	9.715.867	390.778	10.106.645
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.133.537	-	2.133.537	72.801	2.206.338
Outros resultados abrangentes:										
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	89	-	-	89	-	89
Total do lucro abrangente do exercício	-	-	-	-	89	2.133.537	-	2.133.626	72.801	2.206.427
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido										
Dividendos (R\$ 1,50 por ação)	-	-	-	-	-	(930.702)	-	(930.702)	-	(930.702)
Outras mutações no Patrimônio Líquido										
Cisão da RME – Eliminação de acionistas não controladores									(463.579)	(463.579)
Aumento de Capital	620.376	(13.922)	(606.454)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de controladas em conjunto – Efeito reflexo da adoção das novas normas contábeis	-	-	-	-	-	246.710	-	246.710	-	246.710
Constituição de Reservas										
Reserva Legal	-	-	93.070	-	-	(93.070)	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	830.712	-	-	(830.712)	-	-	-	-
Realização de Reservas										
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(152.440)	-	152.440	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.101.884	3.969.099	3.177.248	1.343.383	150	(453.387)	27.124	11.165.501	-	11.165.501
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.257.976	-	2.257.976	-	2.257.976
Outros resultados abrangentes:										
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(922)	-	-	(922)	-	(922)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	1.393	-	-	-	1.393	-	1.393
Total do lucro abrangente do exercício	-	-	-	1.393	(922)	2.257.976	-	2.258.447	-	2.258.447
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido										
Dividendos ordinários (R\$ 1,65 por ação)	-	-	-	-	-	(1.128.988)	-	(1.128.988)	-	(1.128.988)
Dividendos extraordinários (R\$1,32 por ação)	-	-	(900.000)	-	-	-	-	(900.000)	-	(900.000)
Dividendo adicional proposto (R\$ 0,10 por ação)	-	-	67.086	-	-	(67.086)	-	-	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido										
Aumento do Capital Social	310.189	(15.249)	(294.940)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de controladas em conjunto – Efeito reflexo da adoção das novas normas contábeis	-	-	-	-	-	81.173	-	81.173	-	81.173
Constituição de Reservas										
Reserva Legal	-	-	112.899	-	-	(112.899)	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	710.960	-	-	(710.960)	-	-	-	-
Realização de Reservas										
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(134.171)	-	134.171	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.210.605	(772)	-	27.124	11.476.133	-	11.476.133

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.257.976	2.206.338	2.257.976	2.133.537
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	(307.620)	235.402	(253.348)	10.504
Depreciação e Amortização	895.581	895.150	222	1.738
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	502	21.990	823	9
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(2.104.382)	(2.326.906)
Juros e Variações Monetárias	66.535	(149.272)	(40.596)	(44.900)
Provisões para Perdas Operacionais	(77.801)	(167.846)	(138.479)	(29.121)
Amortização de Ágio nas aquisições	71.746	34.007		-
Obrigações Pós-emprego	208.048	242.849		15.212
Outros	-	-	14.636	(9)
	<u>3.114.967</u>	<u>3.318.618</u>	<u>(263.148)</u>	<u>(239.936)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(32.243)	(259.611)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	115.964	126.501	-	-
Créditos tributários	-	-	-	32.727
Tributos Compensáveis	32.720	(71.985)	34.327	65.579
Concessionários – Transporte de energia	(33.572)	66.120	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(399.639)	(245.391)	(100.056)	(7.630)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	2.266.708	1.701.911
Outras	(124.630)	19.839	50.287	(38.689)
	<u>(441.400)</u>	<u>(364.527)</u>	<u>2.251.266</u>	<u>1.753.898</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	268.814	(39.626)	(12.588)	7.141
Impostos, Taxas e Contribuições	1.516	543.691	40.690	33.572
Salários e Contribuições Sociais	(110.033)	59.397	(5.945)	2.306
Encargos Regulatórios	60.181	(164.601)		-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	285.747	(259.479)	241	(1.779)
Obrigações Pós-emprego	(56.247)	(356.198)	(10.125)	(14.886)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(9.034)	(20.323)		-
Outros	342.294	(147.094)	68.429	323.054
	<u>783.238</u>	<u>(384.233)</u>	<u>80.702</u>	<u>349.408</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>3.456.805</u>	<u>2.569.858</u>	<u>2.068.820</u>	<u>1.863.370</u>

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	(891.415)	(508.801)
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(321.860)	-	(55)	-
Em Ativos Financeiros	(1.557.931)	(1.390.499)	-	-
Em Imobilizado	(347.479)	(702.271)	(699)	(584)
Em Intangível	(2.297.772)	(1.606.712)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(4.525.042)</u>	<u>(3.699.482)</u>	<u>(892.169)</u>	<u>(509.385)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	6.227.342	5.223.190	350.000	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(4.775.489)	(1.015.502)	(18.396)	-
Aporte em FIDC	-	-	(33.336)	(17.145)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.828.882)	(937.042)	(1.828.882)	(937.042)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(377.029)</u>	<u>3.270.646</u>	<u>(1.530.614)</u>	<u>(954.187)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.445.266)</u>	<u>2.141.022</u>	<u>(353.963)</u>	<u>399.798</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
No fim do exercício	<u>2.979.693</u>	<u>4.424.959</u>	<u>302.741</u>	<u>656.704</u>
	<u>(1.445.266)</u>	<u>2.141.022</u>	<u>(353.963)</u>	<u>399.798</u>
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	803.131	688.040	7.744	10.539
Imposto de Renda e Contribuição Social		731.305		40.499
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado		2.439		-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2010		2009		2010		2009	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	18.958.057		17.895.720		432		347	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104.983)		(123.514)		-		5.080	
	<u>18.853.074</u>		<u>17.772.206</u>		<u>432</u>		<u>5.427</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.721.585)		(3.199.373)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(728.839)		(853.035)		-		-	
Serviços de Terceiros	(923.315)		(819.227)		(14.967)		(17.692)	
Gás Comprado para Revenda	(225.398)		(166.535)		-		-	
Materiais	(133.660)		(113.634)		(372)		(294)	
Matéria Prima	-		(4.070)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(550.638)		(324.760)		99.076		285	
	<u>(6.283.435)</u>		<u>(5.480.634)</u>		<u>83.737</u>		<u>(17.701)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.569.639		12.291.572		84.169		(12.274)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(895.581)		(895.150)		(222)		(1.738)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	11.674.058		11.396.422		83.947		(14.012)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		2.104.382		2.326.906	
Receitas Financeiras	888.440		872.872		102.038		75.017	
	<u>888.440</u>		<u>872.872</u>		<u>2.206.420</u>		<u>2.401.923</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.562.498		12.269.294		2.290.367		2.387.911	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	1.499.676	11,93	1.538.594	12,54	52.815	2,31	42.272	1,77
Remuneração direta	1.041.447	8,29	921.159	7,51	20.916	0,92	15.691	0,66
Benefícios	339.538	2,70	322.776	2,63	18.945	0,83	11.621	0,49
FGTS	78.439	0,62	88.566	0,72	3.108	0,13	3.857	0,16
Outras	40.252	0,32	206.093	1,68	9.846	0,43	11.103	0,46
Impostos, Taxas e Contribuições	7.073.605	56,31	7.298.371	59,49	(87.520)	(3,82)	170.964	7,16
Federais	3.885.486	30,93	4.256.903	34,70	(87.726)	(3,83)	170.888	7,16
Estaduais	3.174.390	25,27	3.034.980	24,74	189	0,01	71	-
Municipais	13.729	0,11	6.488	0,05	17	-	5	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.731.241	13,78	1.225.990	9,99	67.096	2,93	41.138	1,72
Juros	1.673.607	13,32	1.187.657	9,68	66.213	2,89	40.358	1,69
Aluguéis	57.634	0,46	38.333	0,31	883	0,04	780	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	2.257.976	17,98	2.206.339	17,98	2.257.976	98,58	2.133.537	89,35
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.128.988	8,99	930.702	7,59	1.128.988	49,29	930.702	38,98
Participação Dos Acionistas Não Controladores	-	-	72.801	0,58	-	-	-	-
Ajuste de Aplicação das normas internacionais de contabilidade	-	-	272.134	2,22	-	-	272.134	11,40
Lucros Retidos	1.128.988	8,99	930.702	7,59	1.128.988	49,29	930.701	38,98
	<u>12.562.498</u>	<u>100,00</u>	<u>12.269.294</u>	<u>100,00</u>	<u>2.290.367</u>	<u>100,00</u>	<u>2.387.911</u>	<u>100,00</u>

Ver nota explicativa 33 para maiores informações sobre a DVA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação, em 31 de dezembro de 2010:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em Conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari

(Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”);

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em abril de 2010;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico, denominado PCH Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, em Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais. Entrada em operação comercial em outubro de 2010;

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As Usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011;

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) - Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com previsão de início de operação comercial em dezembro de 2011;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia

elétrica, através das linhas de Transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em abril de 2011;

Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages em Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda e Central Eólica Fontainha Ltda;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Cemig GT (49%);

- Lighthidro Ltda. (“Light Hidro”) - Empresa em fase pré operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas;
 - Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
 - Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
 - Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
 - Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
 - Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
 - Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
 - Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (“Pai Joaquim”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”)(Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;

- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. – (“Lumitrans”) (Controlada).
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).
- Transchile Charrua Transmisi3n S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010.

A CEMIG ainda possui participação societária na empresa relacionada abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2010:

- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada - participação de 100%) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes.
- Parati S.A Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 49%) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

(b) Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um

ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. Vide notas 31 e 32.

2 . BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da controladora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 (“Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade”) foi aplicado.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS estão descritos em maiores detalhes no item 2.7 desta Nota.

Em 16 de março de 2011, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.3 . Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 . Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na nota explicativa 2.9 – concessões.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 11 - Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais;
- Nota 14 - Depreciação;
- Nota 15 – Amortização;
- Nota 20 - Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 21 - Provisões; e
- Nota 23 - Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

2.5 . Isenções

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – A Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da interpretação em função do volume e idade dos seus ativos de distribuição na Cemig D e Light SESA e de transmissão da Cemig GT, denominados concessões antigas. Dessa forma, foram utilizados os saldos contábeis desses ativos na data de transição.
- Avaliação do valor justo dos ativos de geração – ICPC 10 - A Interpretação incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) seja estabelecido um valor justo daqueles bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, pertencentes a Cemig GT, Rosal, Sá Carvalho, Light e Cemig PCH. Para os demais ativos, a Companhia entende que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados;
- Isenção de combinação de negócios – CPC 15 – A Companhia não aplicou retroativamente o CPC 15 para as combinações de negócios que ocorreram em data anterior a data de transição.

2.6 . Harmonização das normas contábeis brasileiras às IFRS

Como relatado na nota explicativa 2.1, estas são as primeiras demonstrações contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 2.9 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia é apresentada na nota seguinte.

2.7 . Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das Orientações Técnicas de nºs 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição, transmissão de energia e de alguns contratos de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de distribuição de energia e gás:

Na atividade de distribuição a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia e gás efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e gás consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, que não estarão integralmente depreciados até o final da concessão,

registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no Imobilizado e o Ativo Financeiro constituído foi transferida para o Ativo Intangível.

Na Cemig Distribuição, apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016, em atendimento ao CPC 04. Para a controlada Light, foi utilizada como data de vencimento da concessão o ano de 2026.

Os valores registrados no Ativo Intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, foi até a data de vencimento da concessão utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços. Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, a Companhia entende que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual considerou como nula para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como conta redutora do ativo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição deve ser amortizado até o vencimento da concessão e, caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como Ativo Financeiro, em conta redutora;
- a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como ativo intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre Financeiro e Intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do Imobilizado, a alteração mencionada não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

Aplicação na atividade de transmissão:

Na atividade de transmissão, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização (para os

casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, pois a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um Ativo Financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Cemig GT, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

Concessões de transmissão novas:

Para as novas concessões de transmissão, os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Os impactos no Patrimônio Líquido em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa.

Concessões de transmissão antigas:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que em função do volume e idade dos ativos não haveria condições de aplicar a ICPC 01 de forma retroativa. Dessa forma, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um Ativo Financeiro. Os impactos no Patrimônio Líquido em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa, sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto

no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2009, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente amortizados durante o período de vigência da concessão. Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no Ativo Imobilizado, foram transferidos para o Ativo Intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

b) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC 10 – Ativo Imobilizado

A Companhia fez uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, registrados nas controladas e controladas em conjunto Cemig GT, Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa especializada para avaliação dos ativos de geração e definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas pela ANEEL.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no montante de R\$1.495.823, líquido dos efeitos fiscais, com o ajuste também reflexo no Patrimônio Líquido da CEMIG em 1º de janeiro de 2009.

c) Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - Outorgas Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente ao longo do prazo de vigência do contrato como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que

representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

O Ativo Intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

d) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

A Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de despesas para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

e) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$29.792.

f) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e aos outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$642.574 em contrapartida ao Patrimônio Líquido referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$24.148. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 20.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

g) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework)

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo IASB desde 2005.

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

h) Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

Conciliação do Balanço Patrimonial

A conciliação do Balanço Patrimonial para os ajustes efetuados em função da adoção das novas práticas contábeis são como segue:

A composição dos efeitos no Patrimônio Líquido estão demonstrados no item 2.8 desta nota.

ATIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 IFRS	01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.283.937	-	2.283.937	256.906	-	256.906
Consumidores e Revendedores	H	2.042.157	(23.861)	2.018.296	-	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	H	329.350	(329.350)	-	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia	H	463.165	(30.061)	433.104	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	140.603	140.603	-	-	-
Tributos Compensáveis		318.557	93	318.650	11.573	-	11.573
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		525.292	(67.695)	457.597	-	-	-
Despesas Antecipadas - CVA	H	778.545	(778.545)	-	-	-	-
Revendedores - Transações com Energia Livre	H	15.076	(15.076)	-	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	H	188.792	(188.792)	-	18.381	(18.381)	-
Dividendos a Receber		-	-	-	1.436.822	-	1.436.822
Ativo Regulatório – PIS- PASEP/COFINS	H	46.240	(46.240)	-	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	H	133.423	(133.423)	-	-	-	-
Estoques		35.830	-	35.830	17	-	17
Outros Créditos		517.158	(41.727)	475.431	21.582	-	21.582
TOTAL DO CIRCULANTE		7.677.522	(1.514.074)	6.163.448	1.745.281	(18.381)	1.726.900
NÃO CIRCULANTE							
Contas a Receber do Governo do Estado		1.800.873	-	1.800.873	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		-	-	-	810.593	-	810.593
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	H	218.688	(218.688)	-	-	-	-
Despesas Antecipadas - CVA	H	296.762	(296.762)	-	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	E C F	748.014	980.161	1.728.175	145.976	30.068	176.044
Revendedores - Transações com Energia Livre	H	4.107	(4.107)	-	-	-	-
Tributos Compensáveis	H	98.369	-	98.369	426	-	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		173.683	-	173.683	173.683	-	173.683
Depósitos Vinculados a Litígios		382.176	57.654	439.830	87.831	42.209	130.040
Consumidores e Revendedores		90.529	-	90.529	-	-	-
Outros Créditos	H	142.795	(10.792)	132.003	68.372	-	68.372
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	2.890.881	2.890.881	-	-	-
Investimentos		36.689	-	36.689	7.857.745	386.919	8.244.664
Imobilizado	E D A B	12.055.792	(4.016.703)	8.039.089	2.034	-	2.034
Intangível	D A C	615.469	3.334.919	3.950.388	2.543	-	2.543
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.663.946	2.716.563	19.380.509	9.149.203	459.196	9.608.399
TOTAL DO ATIVO		24.341.468	1.202.489	25.543.957	10.894.484	440.815	11.335.299

PASSIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 IFRS	01/01/2009 GAAP Anterior	Ajustes	01/01/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Fornecedores		891.821	-	891.821	7.134	-	7.134
Encargos Regulatórios		488.835	-	488.835	-	-	-
Participações nos Lucros		116.955	-	116.955	4.502	-	4.502
Impostos, Taxas e Contribuições	A	435.492	(15.927)	419.565	31.990	-	31.990
Imposto de Renda e Contribuição Social	A	191.841	(77.806)	114.035	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		960.129	-	960.129	960.129	-	960.129
Empréstimos e Financiamentos		881.880	-	881.880	6.740	-	6.740
Debêntures		398.268	-	398.268	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		293.894	-	293.894	16.117	-	16.117
Passivo Regulatório - CVA	H	488.284	(488.284)	-	-	-	-
Obrigações Pós-emprego		83.097	-	83.097	3.907	-	3.907
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		98.628	-	98.628	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	10.003	-	10.003
Outras Obrigações	H	478.947	(39.569)	439.378	20.623	-	20.623
TOTAL DO CIRCULANTE		5.808.071	(621.586)	5.186.485	1.061.145	-	1.061.145
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios		20.521	-	20.521	-	-	-
Passivo Regulatório - CVA	H	156.883	(156.883)	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos		4.824.307	-	4.824.307	73.587	-	73.587
Debêntures		1.240.283	-	1.240.283	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	A B C	122.732	-	122.732	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		248.653	798.179	1.046.832	-	-	-
Provisões para Contingências	H	661.935	59.794	721.729	355.153	42.209	397.362
Concessões a Pagar	C	-	75.689	75.689	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	F	1.396.704	642.575	2.039.279	52.935	34.373	87.308
Outras Obrigações	H	166.929	(7.474)	159.455	30	-	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.838.947	1.411.880	10.250.827	481.705	76.582	558.287
TOTAL DO PASSIVO		14.647.018	790.294	15.437.312	1.542.850	76.582	1.619.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES							
Capital Social		2.481.508	-	2.481.508	2.481.508	-	2.481.508
Reservas de Capital	B	3.983.021	-	3.983.021	3.983.021	-	3.983.021
Reservas de Lucros	A C D	2.859.920	-	2.859.920	2.859.920	-	2.859.920
Ajuste Acumulado de Conversão	F H	61	-	61	61	-	61
Aj. Avaliação Patrimonial		-	1.495.823	1.495.823	-	1.495.823	1.495.823
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	-	27.124	27.124	-	27.124
Prejuízos Acumulados		-	(1.131.590)	(1.131.590)	-	(1.131.590)	(1.131.590)
		9.351.634	364.233	9.715.867	9.351.634	364.233	9.715.867
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		342.816	47.962	390.778	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.694.450	412.195	10.106.645	9.351.634	364.233	9.715.867
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.341.468	1.202.489	25.543.957	10.894.484	440.815	11.335.299

ATIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.424.959	-	4.424.959	656.704	-	656.704
Consumidores e Revendedores	H	2.107.342	170.565	2.277.907	-	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	H	227.444	(227.444)	-	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia	H	395.649	(28.665)	366.984	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	222.173	222.173	-	-	-
Tributos Compensáveis		343.655	13.372	357.027	8.208	-	8.208
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		550.325	(20.000)	530.325	-	-	-
Despesas Antecipadas - CVA	H	754.373	(754.373)	-	-	-	-
Revendedores - Transações com Energia Livre	H	46.028	(46.028)	-	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	H	141.889	(141.889)	-	7.525	(7.525)	-
Dividendos a Receber		-	-	-	1.362.451	-	1.362.451
Revisão Tarifária da Transmissão	H	83.303	(83.303)	-	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido		-	-	-	-	-	-
Estoques		35.032	-	35.032	17	-	17
Outros Créditos		334.416	68.151	402.567	14.124	-	14.124
TOTAL DO CIRCULANTE		9.444.415	(827.441)	8.616.974	2.049.029	(7.525)	2.041.504
NÃO CIRCULANTE							
Contas a Receber do Governo do Estado		1.823.644	-	1.823.644	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		-	-	-	872.638	-	872.638
Despesas Antecipadas - CVA	H	199.915	(199.915)	-	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	E C F	572.146	535.629	1.107.775	111.920	20.896	132.816
Tributos Compensáveis	H	115.200	-	115.200	111.895	-	111.895
Impostos de Renda e Contribuição Social a recuperar		112.719	5.013	117.732	-	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios		627.567	65.798	693.365	95.461	57.879	153.340
Consumidores e Revendedores		161.239	-	161.239	-	-	-
Ativo Regulatório – PIS- PASEP/COFINS	H	46.240	(46.240)	-	-	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão	H	35.976	(35.976)	-	-	-	-
Outros Créditos	H	126.925	(11.811)	115.114	78.286	7.065	85.351
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	5.508.462	5.508.462	-	-	-
Investimentos		25.955	-	25.955	8.540.385	908.887	9.449.272
Imobilizado	E D A B	13.862.757	(5.559.834)	8.302.923	1.891	(12)	1.879
Intangível	D A C	1.711.575	1.993.692	3.705.267	1.544	-	1.544
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		19.421.858	2.254.818	21.676.676	9.814.020	994.715	10.808.735
TOTAL DO ATIVO		28.866.273	1.427.377	30.293.650	11.863.049	987.190	12.850.239

PASSIVO	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
CIRCULANTE							
Fornecedores		852.195	-	852.195	14.275	-	14.275
Encargos Regulatórios		324.234	-	324.234	-	-	-
Participações nos Lucros		97.878	-	97.878	3.774	-	3.774
Impostos, Taxas e Contribuições	A	429.399	(9.908)	419.491	32.838	-	32.838
Imposto de Renda e Contribuição Social	A	187.481	(60.373)	127.108			
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		953.789	-	953.789	953.789	-	953.789
Empréstimos e Financiamentos		4.244.123	1.634.347	5.878.470	23.358	-	23.358
Debêntures		35.570	745.006	780.576	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		353.291	-	353.291	18.423	-	18.423
Passivo Regulatório - CVA	H	656.404	(656.404)	-	-	-	-
Obrigações Pós-emprego		94.041	-	94.041	4.108	-	4.108
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		78.305	-	78.305	-	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão		-	-	-	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	10.839	-	10.839
Provisões para Contingências RTE e Parcela "A"		-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações		414.794	(94.575)	320.219	20.605	-	20.605
TOTAL DO CIRCULANTE		8.721.504	1.558.093	10.279.597	1.082.009	-	1.082.009
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios		152.303	-	152.303	-	-	-
Passivo Regulatório - CVA	H	228.111	(228.111)	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos		5.678.628	(1.634.347)	4.044.281	55.190	-	55.190
Debêntures		1.334.626	(745.006)	589.620	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	A B C	340.905	(14.360)	326.545	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	A B C	261.792	726.921	988.713			
Provisões para Contingências	H	495.096	66.931	562.027	326.032	57.879	383.911
Concessões a pagar	C	-	79.817	79.817	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	F	1.178.946	736.040	1.914.986	48.118	39.315	87.433
Outras Obrigações	H	198.857	(8.597)	190.260	76.195	-	76.195
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.869.264	(1.020.712)	8.848.552	505.535	97.194	602.729
TOTAL DO PASSIVO		18.590.768	537.381	19.128.149	1.587.544	97.194	1.684.738
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES							
Capital Social		3.101.884	-	3.101.884	3.101.884	-	3.101.884
Reservas de Capital	B	3.969.099	-	3.969.099	3.969.099	-	3.969.099
Reservas de Lucros	H D A C F	3.177.248	-	3.177.248	3.177.248	-	3.177.248
Ajuste Acumulado de Conversão		150	-	150	150	-	150
Aj. Avaliação Patrimonial		-	1.343.383	1.343.383	-	1.343.383	1.343.383
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	-	27.124	27.124	-	27.124
Prejuízos Acumulados		-	(453.387)	(453.387)	-	(453.387)	(453.387)
		<u>10.275.505</u>	<u>889.996</u>	<u>11.165.501</u>	<u>10.275.505</u>	<u>889.996</u>	<u>11.165.501</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.866.273	1.427.377	30.293.650	11.863.049	987.190	12.850.239

Resultado

A conciliação da Demonstração do Resultado para os ajustes efetuados no balanço de abertura e referente à 31/12/2009 são como segue:

A composição dos efeitos no Resultado estão demonstrados no item 2.8 desta nota.

	Item	Consolidado			Controladora		
		31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 BRGAAP
RECEITA	H A	11.705.083	453.229	12.158.312	345	-	345
CUSTOS OPERACIONAIS							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	H	(3.706.021)	506.648	(3.199.373)	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	H	(831.477)	(21.558)	(853.035)	-	-	-
Gás Comprado para Revenda	A	(166.810)	275	(166.535)	-	-	-
		<u>(4.704.308)</u>	<u>485.365</u>	<u>(4.218.943)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	E	(904.824)	(21.125)	(925.949)	-	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		-	(238.554)	(238.554)			
Obrigações Pós-emprego	F	(91.145)	91.145	-	-	-	-
Materiais	E	(100.197)	(6.163)	(106.360)	-	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(4.070)	-	(4.070)	-	-	-
Serviços de Terceiros	H E E A B	(641.641)	2.533	(639.108)	-	-	-
Depreciação e Amortização	C	(712.232)	(159.436)	(871.668)	-	-	-
Provisões Operacionais	H	(27.386)	(18.451)	(45.837)	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(146.083)	-	(146.083)	-	-	-
Outras	H E A B C	(98.462)	18.493	(79.969)	-	-	-
		<u>(2.726.040)</u>	<u>(331.558)</u>	<u>(3.057.598)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO		-	(119.176)	(119.176)	-	-	-
CUSTO TOTAL		(7.430.348)	34.631	(7.395.717)	-	-	-
LUCRO BRUTO		4.274.735	487.860	4.762.595	345	-	345
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas		(183.899)	-	(183.899)	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(676.909)	-	(676.909)	(28.234)	(17.774)	(46.008)
Outras Despesas Operacionais		(111.175)	(98.820)	(209.995)	(17.972)	-	(17.972)
		<u>(971.983)</u>	<u>(98.820)</u>	<u>(1.070.803)</u>	<u>(46.206)</u>	<u>(17.774)</u>	<u>(63.980)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro							
		3.302.752	389.040	3.691.792	(45.861)	(17.774)	(63.635)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	-	2.046.912	279.994	2.326.906
Receitas Financeiras	C D	883.404	(50.238)	833.166	41.467	-	41.467
Despesas Financeiras		(1.102.726)	(84.931)	(1.187.657)	(40.357)	(4.591)	(44.948)
Lucro antes dos Impostos		3.083.430	253.871	3.337.301	2.002.161	257.629	2.259.790
Imposto de Renda e Contribuição Social		(895.561)	-	(895.561)	(115.749)	-	(115.749)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	H F D B A E	(15.111)	(220.291)	(235.402)	(12.187)	1.683	(10.504)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(238.554)	238.554	-	(12.822)	12.822	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.934.204	272.134	2.206.338	1.861.403	272.134	2.133.537
Lucro Atribuível aos Acionistas Controladores		1.861.403	272.134	2.133.537			
Lucro Atribuível aos Acionistas não Controladores		72.801	-	72.801	-	-	-

2.8. Reapresentação das Informações Trimestrais – ITRs do exercício de 2010

A Companhia optou por apresentar suas informações trimestrais de 2010 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, conforme facultado pela CVM através da Deliberação nº 603.

Em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, constantes do item 2.7 desta nota, a Companhia irá reapresentar os ITRs de 2010, comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme previsto na Deliberação CVM 626.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2010 e 2009 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como segue abaixo demonstrados. Esses efeitos não foram auditados pelos auditores independentes, mas sim submetidos à revisão dos auditores, realizada em conformidade à NPA 06 do IBRACON.

	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Lucro acumulado até o período	336.242	860.036	1.427.074	1.861.403
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(37.998)	(75.996)	(113.994)	(151.992)
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	(39)	(79)	(118)	(157)
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	839	1.679	2.518	3.358
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	16.088	32.177	48.265	64.353
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	4.184	8.368	12.552	16.736
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(503)	(1.007)	(1.510)	(2.013)
Encargos Capitalizados - CPC20	494	988	1.482	1.976
Obrigações pós emprego	(15.421)	(30.842)	(46.264)	(61.685)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	100.390	200.780	301.169	401.558
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	68.034	136.068	204.100	272.134
Lucro líquido ajustado	404.276	996.104	1.631.174	2.133.537

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Lucro acumulado até o período	419.223	709.739	1.263.059	2.017.780
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(33.478)	(66.955)	(100.433)	(133.910)
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	3.299	6.598	9.896	13.195
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	(394)	(787)	(1.181)	(1.574)
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	61.028	122.056	183.084	244.113
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(122)	(243)	(365)	(487)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(2.096)	(4.191)	(6.287)	(8.382)
Encargos Capitalizados - CPC20	2.122	4.243	6.365	8.486
Obrigações pós emprego	(10.860)	(21.721)	(32.581)	(43.441)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	40.549	81.099	121.648	162.196
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	60.048	120.099	180.146	240.196
Lucro líquido ajustado	479.271	829.838	1.443.205	2.257.976

	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Patrimônio líquido	9.687.876	10.210.838	10.768.280	10.275.505
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.395.387	1.357.389	1.319.391	1.281.393
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	5.513	5.474	5.434	5.395
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	6.631	7.470	8.310	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	256.396	290.607	324.818	359.029
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	4.184	8.368	12.552	16.736
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(26.288)	(26.792)	(27.295)	(27.798)
Encargos Capitalizados - CPC20	494	988	1.482	1.976
Obrigações pós emprego	(439.521)	(454.943)	(470.364)	(485.785)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(578.125)	(475.450)	(372.774)	(270.099)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	624.671	713.111	801.554	889.996
Patrimônio líquido ajustado	10.312.547	10.923.949	11.569.834	11.165.501

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Patrimônio líquido	10.730.983	11.019.775	11.539.970	10.311.888
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.189.960	1.156.483	1.123.005	1.089.528
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	8.694	11.993	15.291	18.590
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	8.755	8.362	7.968	7.574
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	451.980	513.008	574.036	635.064
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	16.614	16.492	16.371	16.249
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(29.894)	(31.989)	(34.085)	(36.180)
Encargos Capitalizados - CPC20	4.098	6.219	8.341	10.462
Obrigações pós emprego	(496.645)	(507.506)	(518.366)	(529.226)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(169.484)	(128.934)	(88.385)	(47.836)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	984.078	1.044.128	1.104.176	1.164.225
Patrimônio líquido ajustado	11.715.061	12.063.903	12.644.146	11.476.113

2.9. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma

transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferências estão descritos na nota explicativa nº 22.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e

toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira e os saldos de Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Caixa e Equivalentes de Caixa, exceto as Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios e Ativo Financeiro da Concessão.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos disponíveis para venda – são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ou empréstimos e recebíveis. Os investimentos da Companhia em determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia mantém instrumentos

derivativos de hedge financeiros para proteger parte de suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior referente a controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais

consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível, não sendo depreciados ou amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos vinculados à concessão

Atividade de distribuição

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre Ativo Financeiro e Ativo Intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão

Para as novas concessões de transmissão, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos são integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente a receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Atividade de gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará

integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

h) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulado e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

A Companhia decidiu por reavaliar os Ativos Imobilizados pelo custo atribuído

dos seus ativos de geração mais antigos na data do balanço de abertura do exercício de 2009. Para os ativos de geração mais novos, o entendimento da Companhia é de que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados.

A Companhia não alterará a sua política de dividendos em função da adoção do valor justo como custo atribuído para os ativos antigos de geração.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza

tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas na rubrica de despesa com pessoal.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

m) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas demonstrações contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a

refletir a essência da operação.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias

ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de transmissão (concessões antigas) e distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro da concessão, intangível, imobilizado, e ativos intangíveis que não são ágios.

s) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2010 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações contábeis da CEMIG, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013 - Simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor justo. Eventuais alterações no valor justo de passivos avaliados ao valor justo não teriam impacto no resultado, pois seriam reconhecidas no lucro abrangente.

- IFRIC 14 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação". Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". Esta alteração não terá impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada nos balanços patrimoniais.

As referências efetuadas nestas demonstrações contábeis das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As demonstrações contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas de Dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas demonstrações contábeis são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	2010		2009		01/01/2009	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto							
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00	-	100,00	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	49,00
Guanhães Energia	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00	-	10,00	-	10,00
Hidrelétrica Pítopca	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00	-	49,00	-	-
TAESA	Proporcional	-	56,69	-	32,27	-	-
Transmissora Alterosa de Energia	Proporcional	-	-	-	49,00	-	-
Light Ger	Proporcional	-	49,00	-	-	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00	-	-	-	-
Rosal Energia	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquin	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Rio Minas Energia	Proporcional	-	-	-	-	25,00	-
Lidil Comercial	Integral	-	-	-	-	-	25,00
Light S.A.	Integral	-	-	-	-	-	13,03
GASMIG	Proporcional	55,19	-	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-	25,00	-	25,00	-
Companhia Transsudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-	24,00	-	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-	24,50	-	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	26,06	-	13,03	-	-	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Light Energia	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Light Esco	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,03	-	-
Light Hidro	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	13,03	-	-
Lightcom	Integral	-	26,06	-	-	-	-
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	-	-	-
Transchile	Proporcional	49,00	-	49,00	-	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-	51,00	-	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	Proporcional	38,53	-	36,35	-	17,17	-
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	Integral	-	30,82	-	29,08	-	13,74
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82	-	29,08	-	13,74
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia - EBTE	Proporcional	-	19,65	-	18,54	-	8,76
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	Proporcional	41,96	-	40,19	-	19,25	-
Empresa Santos Dumont Energia - ESDE	Integral	-	41,96	-	-	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	Proporcional	49,99	-	36,69	-	18,35	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	Proporcional	49,99	-	36,69	-	18,35	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	Proporcional	19,09	-	13,37	-	7,50	-
Axxiom	Proporcional	49,00	-	49,00	-	49,00	-

4 . DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas (1)			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Usina Eólica (1)			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	-
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio (2)	Aracajú – CE	12/2001	-
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	12/2001	-
Usinas Termelétricas (1)			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2005	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)			
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032

TRANSMISSÃO

Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	11/2000	11/2030
STC – LT Barra Grande	Santa Catarina	06/2006	06/2036
Lumitrans – LT Machadinho	Santa Catarina	07/2004	07/2034
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia	02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo	05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Projetos em Andamento – Transmissão			
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038
ESDE – LT Barbacena2-Juiz de Fora 1	Minas Gerais	11/2009	11/2039

DISTRIBUIÇÃO

Cemig Distribuição			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light SESA			
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Grande Rio	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Vale do Paraíba	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e controladas em conjunto e também nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2010	Valor Presente em 2010	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	350.900	98.021	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	28.705	8.370	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	8.344	2.963	01/2004 a 12/2032	IGP-M
Baguari (Consórcio)	5.204	1.397	09/2009 a 09/2042	IPC-A
Capim Branco (Consórcio)	19.769	6.306	09/2007 a 08/2035	IGP-M

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de

custos, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado, Baguari e Capim Branco em 2010 corresponderam a R\$117, R\$1.187, R\$349, R\$161 e R\$723, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$116, R\$1.119, R\$356, R\$157 e R\$720, (valor nominal de R\$123, R\$1.188, R\$370, R\$167 e R\$767), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 31/12/2010								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
RECEITA OPERACIONAL								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.968.075	-	6.796.075	-	-	3	(238.985)	10.525.168
Receita de Uso da Rede - Consumidores Cativos	-	-	4.428.619	-	-	-	-	4.428.619
Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres	180.162	1.340.134	1.947.183	-	-	-	(254.229)	3.213.250
Outras Receitas Operacionais	142.303	3.573	115.220	397.659	130.735	23.200	(21.670)	791.020
Total - Receita Operacional	4.290.540	1.343.707	13.287.097	397.659	130.735	23.200	(514.884)	18.958.057
Deduções à Receita Operacional	(878.628)	(216.143)	(4.888.691)	(82.230)	(25.494)	(3.541)	-	(6.094.727)
Total - Rec Operacional Líquida	3.411.912	1.127.564	8.398.406	315.429	105.241	19.662	(514.884)	12.863.330
CUSTOS OPERACIONAIS								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(382.247)	-	(3.569.814)	-	-	(9)	230.485	(3.721.585)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(270.964)	46	(712.125)	-	-	-	254.204	(728.839)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(225.398)	-	-	-	(225.398)
Total - Custos Operacionais	(653.211)	46	(4.281.939)	(225.398)	-	(9)	484.689	(4.675.822)
CUSTOS E DESPESAS DE OPERAÇÃO								
Pessoal e Administradores	(184.137)	(132.402)	(821.044)	(18.152)	(11.043)	(44.562)	-	(1.211.340)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(49.492)	(26.035)	(235.631)	-	(912)	(13.015)	-	(325.085)
Entidade de Previdência Privada	(23.695)	-	(73.689)	-	-	(9.654)	-	(107.038)
Materiais	(13.739)	(11.449)	(106.408)	(978)	(626)	(460)	-	(133.660)
Serviços de Terceiros	(132.091)	(55.912)	(723.533)	(5.072)	(16.642)	(17.300)	27.235	(923.315)
Depreciação e Amortização	(401.334)	6.772	(458.463)	(8.309)	(32.951)	(1.296)	-	(895.581)
Provisões Operacionais	4.479	(3.799)	(251.918)	-	997	112.176	-	(138.065)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(140.404)	-	-	-	-	-	-	(140.404)
Outras	(57.498)	(235.353)	(351.253)	1.247	(11.865)	(14.463)	2.960	(666.225)
Total - Custo de Operação	(997.911)	(458.178)	(3.021.939)	(31.264)	(73.042)	11.426	30.195	(4.540.713)
CUSTO TOTAL	(1.651.122)	(458.132)	(7.303.878)	(256.662)	(73.042)	11.417	514.884	(9.216.535)
LUCRO BRUTO	1.760.790	669.432	1.094.528	58.767	32.199	31.079	-	3.646.795
Resultado Financeiro Líquido	(252.755)	(294.386)	(299.040)	17.045	1.766	2.861	-	(824.509)
Lucro antes dos Impostos	1.508.035	375.046	795.488	75.812	33.965	33.940	-	2.822.286
Imposto de Renda e Contribuição Social	(434.750)	(80.118)	(209.030)	(16.152)	(5.284)	(126.596)	-	(871.930)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.935	4.418	(12.695)	-	(542)	253.504	-	307.620
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.136.220	299.346	573.763	59.660	28.139	160.848	-	2.257.976

6 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Contas Bancárias	94.605	111.056	330.772
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	2.516.342	4.104.763	1.871.418
Letras Financeiras do Tesouro	121.586	90.211	46.463
Letras do Tesouro Nacional	-	7.284	585
Outros	247.160	111.645	34.699
	2.885.088	4.313.903	1.953.165
	2.979.693	4.424.959	2.283.937

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Contas Bancárias	10.164	21.817	17.361
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	289.642	634.373	239.317
Letras Financeiras do Tesouro	566	170	118
Letras do Tesouro Nacional	-	180	1
Outros	2.369	164	109
	292.577	634.887	239.545
	302.741	656.704	256.906

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que varia entre 100% a 110%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº27.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado IFRS						
Classe de Consumidor	Saldo a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2010	2009	01/01/2009
Residencial	458.868	178.603	385.253	1.022.724	767.191	824.026
Industrial	280.316	62.258	368.134	710.708	827.674	848.747
Comércio, Serviços e Outras	261.911	50.878	153.081	465.870	398.905	407.593
Rural	55.272	17.554	28.890	101.716	100.860	102.509
Poder Público	65.380	16.076	57.201	138.657	119.254	117.312
Iluminação Pública	43.822	5.375	35.441	84.638	46.326	85.176
Serviço Público	141.227	13.871	38.889	193.987	173.308	83.058
Subtotal – Consumidores	1.306.796	344.615	1.066.889	2.718.300	2.433.518	2.468.421
Suprimento a Outras Concessionárias	127.805	33.902	33.375	195.082	398.098	110.928
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(555.090)	(555.090)	(392.470)	(470.524)
	1.434.601	378.517	545.174	2.358.292	2.439.146	2.108.825
Ativo Circulante				2.262.585	2.277.907	2.018.296
Ativo não Circulante				95.707	161.239	90.529

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Residencial	248.835	144.792	190.765
Industrial	97.875	102.810	116.105
Comércio, Serviços e Outras	116.476	93.580	102.069
Rural	17.334	13.873	14.490
Poder Público	25.683	12.440	19.811
Iluminação Pública	18.512	18.749	18.803
Serviço Público	30.375	6.226	8.481
	555.090	392.470	470.524

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2010 é como segue:

	Consolidado IFRS
Saldo em 31 de dezembro de 2009	392.470
Aquisição adicional na Light em 2010	106.574
Constituição de Provisão	104.983
Baixa de Contas a Receber	(48.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	555.090

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 27.

8 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a Recuperar	223.395	222.093	196.261
PIS-PASEP	26.730	21.894	14.471
COFINS	116.723	101.785	93.130
Outros	7.582	11.255	14.788
	<u>374.430</u>	<u>357.027</u>	<u>318.650</u>
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	84.746	70.408	97.372
PIS-PASEP/COFINS	55.137	44.792	997
	<u>139.883</u>	<u>115.200</u>	<u>98.369</u>
	<u>514.313</u>	<u>472.227</u>	<u>417.019</u>

a) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a Recuperar	3.843	3.806	3.806
PASEP	-	-	1.132
COFINS	-	-	5.250
Outros	1.390	4.402	1.385
	<u>5.233</u>	<u>8.208</u>	<u>11.573</u>
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	426	426	426
	<u>5.659</u>	<u>8.634</u>	<u>11.999</u>

b) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda	353.196	400.518	349.328
Contribuição Social	136.617	129.807	108.269
	<u>489.813</u>	<u>530.325</u>	<u>457.597</u>
Não Circulante			
Imposto de Renda	66.439	106.317	163.276
Contribuição Social	16.999	11.415	10.407
	<u>83.438</u>	<u>117.732</u>	<u>173.683</u>
	<u>573.251</u>	<u>648.057</u>	<u>631.280</u>

b) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Não Circulante			
Imposto de Renda	63.120	100.054	163.276
Contribuição Social	16.997	11.415	10.407
	<u>80.117</u>	<u>111.469</u>	<u>173.683</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das Transmissoras, cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de

outubro de 2003 e que, por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil, foram permitidas a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2010 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados nos exercícios, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência, para circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2011.

9 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG, suas Controladas e Controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Créditos Tributários:			
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	570.611	93.571	234.346
Provisão para Contingências	125.412	151.263	197.415
Obrigações Pós-Emprego	349.989	334.031	315.846
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	191.866	139.730	163.509
Ágio na incorporação de controlada	84.166	-	-
Instrumentos Financeiros	33.043	51.031	57.136
Variação Cambial	124.957	118.320	109.385
Tributos com exigibilidade suspensa	143.109	23.480	-
Ajustes das novas normas contábeis e Outros	177.414	196.349	650.538
	1.800.567	1.107.775	1.728.175

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Créditos Tributários:			
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	260.966	5.259	41.676
Provisão para Contingências	56.354	94.204	100.296
Obrigações Pós-Emprego	18.105	15.951	15.126
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.899	16.078	17.805
Outros	1.148	1.324	1.141
	345.472	132.816	176.044

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido, em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
2011	492.482	60.563
2012	307.151	48.905
2013	288.740	33.764
2014	290.219	35.243
2015 a 2016	313.404	58.428
2017 a 2018	49.996	49.996
2019 e 2020	58.575	58.573
	1.800.567	345.472

A Controladora possui, em 31 de dezembro de 2010, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações contábeis, no montante de R\$100.839 (R\$427.703 em 31 de dezembro de 2009 e R\$445.386 em 01 de janeiro de 2009), que referem-se, basicamente, à perda efetiva, em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios, no primeiro trimestre de 2006, conforme Nota explicativa nº 11. Em função da cessão, a provisão para perdas na recuperação dos valores, constituída em exercícios anteriores, tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Em função do estudo de realização dos créditos tributários mencionado acima, a Companhia reconheceu parcela dos créditos tributários que não estavam registrados nas suas Demonstrações Financeiras no montante de R\$288.505.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

Consolidado – IFRS	2010	2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.822.286	3.337.301
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(959.577)	(1.134.682)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Contribuições e Doações Indedutíveis	(8.596)	(8.900)
Incentivo Fiscal	21.808	29.579
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.573	31.484
Amortização de Ágio	(9.642)	(9.086)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	4.366	5.901
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	288.505	-
Outros	97.253	(45.259)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(564.310)	(1.130.963)
Alíquota Efetiva	19,99%	33,89%

Controladora – BRGAAP	2010	2009
-----------------------	------	------

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.123.374	2.259.790
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(721.947)	(768.329)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	575.640	639.485
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.448)	(826)
Incentivo Fiscal	2.529	1.933
Créditos Fiscais não Reconhecidos	307	7
Amortização de Ágio	(11.138)	(8.346)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(4.343)	7
Reconhecimento Prejuízo Fiscal / Base Negativa	288.505	-
Outros	6.497	9.816
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	134.602	(126.253)
Alíquota Efetiva	-6,34%	5,59%

Adesão da Light SESA ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Controlada indireta, Light SESA, aprovou a adesão desta ao programa de redução e parcelamento de tributos, conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial, incluído no Refis, foi de R\$585.639. Visto que R\$262.428 foram compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo, que resultará em desembolsos futuros de caixa, é de R\$323.211.

A Light SESA vem procedendo aos pagamentos mínimos, acrescidos do pagamento das parcelas oriundas da migração do PAES - Previdenciário (REFIS II), no valor consolidado de R\$1.752, uma vez que aguarda intimação da Receita Federal do Brasil para a devida consolidação.

10 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista	212.142	202.446	164.834
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob JCP	13.714	13.714	-
PASEP/COFINS	550.944	296.794	95.090
Outros	57.289	13.485	26.710
Outros	193.117	166.926	153.196
	1.027.206	693.365	439.830

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista	46.142	37.209	24.132
Obrigações Fiscais	61.592	11.444	25.337
Outros	87.783	104.687	80.571
	195.517	153.340	130.040

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

11 . CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC, foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii)

amortização dos dois Aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro Aditivos, respectivamente; (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do terceiro Aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor, existente em 31 de dezembro de 2004, e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes a R\$5.070.376 em 31 de dezembro de 2010 (R\$4.329.078 em 31 de dezembro de 2009 e R\$4.190.762 em 01 de janeiro de 2009).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª, no valor de R\$100.163, a valores de 31 de dezembro de 2010.

A amortização do débito é feita, prioritariamente, pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros extraordinários sobre capital próprio. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do Contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2010, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do Contrato com vencimento previsto para 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2011.

A assinatura do Quarto Aditivo Contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social. Neste são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser, também, atendidas, anualmente, sendo as principais, conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações, também, conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

A Assembleia Geral Extraordinária, em 05 de maio de 2010, autorizou que o índice requerido para o exercício de 2010, no que se refere a cláusula restritiva “investimentos de capital e aquisição de ativos/Lajida”, fosse equivalente a 90%, tendo em vista o programa de investimentos da Companhia previsto para o ano. Dessa forma, nenhuma das cláusulas restritivas para o ano de 2010 foi descumprida.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um FIDC. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A composição do FIDC é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	890.517	951.006	990.280
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	938.704	790.699	773.774
- Dividendos retidos pelo Fundo	7.867	81.939	72.819
	946.571	872.638	810.593
TOTAL	1.837.088	1.823.644	1.800.873

A movimentação do FIDC é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	1.800.873
Atualização monetária das quotas seniores	104.372
Atualização monetária das quotas subordinadas	44.900
Aporte nas quotas subordinadas	17.145
Amortização das quotas seniores	(143.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.823.644
Atualização monetária das quotas seniores	88.812
Atualização monetária das quotas subordinadas	40.596
Aporte nas quotas subordinadas	33.336
Amortização das quotas seniores	(149.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.837.088

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos, em 21 de dezembro de 2010, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$67.399. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$18.835 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$86.234 das cotas seniores somente foi efetivada em janeiro de 2011.

Encontram-se registrados, no Passivo Circulante, os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus

acionistas em função do resultado do exercício de 2010. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$251.426 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$163.427 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos, devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentam o saldo do FIDC, integralmente registrado na CEMIG, sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante e não Circulante. Da mesma forma, na Consolidação, a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e, em contrapartida, foi registrado, como encargos de dívida, o valor da atualização monetária das quotas seniores.

12 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item 2.7 (a), os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Concessões de distribuição	2.509.339	2.122.755	1.588.404
Concessões de gás	287.425	40.095	31.900
Concessões de transmissão novas	4.399.627	2.837.558	679.746
Concessões de transmissão antigas	744.697	730.227	731.434
	7.941.088	5.730.635	3.031.484
Ativo Circulante	625.332	222.173	140.603
Ativo não Circulante	7.315.756	5.508.462	2.890.881

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro variou entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

13 . INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto			
Cemig Geração e Transmissão	5.050.645	4.570.432	4.528.583
Cemig Distribuição	2.376.898	2.094.605	1.487.504
Light	867.918	426.031	341.342
Cemig Telecom	287.718	276.043	264.978
GASMIG	444.043	435.876	324.644
Rosal Energia	137.543	124.331	165.420
Sá Carvalho	121.843	108.565	160.731
Horizontes Energia	70.017	67.154	66.734
Usina Térmica Ipatinga	36.865	31.699	66.319
Cemig PCH	93.145	81.164	101.706
Cemig Capim Branco Energia	34.797	13.881	53.940
Companhia Transleste de Transmissão	24.040	23.157	20.198
UTE Barreiro	7.695	4.584	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	12.937	12.707	10.244
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	108.291	486	484
Companhia Transirapé de Transmissão	10.602	10.500	8.319
Transchile	28.908	27.627	34.141
Efficientia	8.944	6.577	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	6.281	5.594	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.953	17.064	7.154
Cemig Trading	7.416	35.053	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	63.950	59.298	23.703
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	168.069	113.666	46.390
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	29.914	21.947	8.878
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	303.575	267.762	97.102
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	24.353	17.410	8.874
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.970	2.574	2.710
Cemig Serviços	45	99	-
	10.347.375	8.855.886	7.992.077
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	22.103	27.628	33.154
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	60.292	63.253	25.174
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	131.853	94.539	37.420
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	34.014	22.900	8.569
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	352.942	370.274	141.430
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	22.412	14.792	6.840
Ágio na Aquisição de Participação na Light	342.978	-	-
	966.594	593.386	252.587
	11.313.969	9.449.272	8.244.664

a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.050.645	607.934	1.084.110
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.376.898	158.707	441.002
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.330.144	491.838	575.150
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.718	16.400	28.140
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	137.543	2.500	15.712
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	121.843	7.224	20.502
GASMIG	409.255.483	55,19	643.780	804.534	92.267	108.095
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	70.017	3.477	6.339
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	36.865	3.783	8.940
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	93.145	2.500	14.481
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	34.797	16.098	37.014
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	96.159	15.116	17.905
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	23.328	7.695	-	(7.498)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.903	8.962	9.520
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	108.291		107.805
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	43.272	302	7.526
Transchile	47.233.672	49,00	78.701	58.995		1.419
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	8.944	1.504	3.871
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.281	808	1.494
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	35.200	-	123
Cemig Trading	160.297	100,00	160	7.416	31.656	38.880
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,96	82.544	152.414	21.398	43.462
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	145.663	336.212	48.017	95.031
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	49,99	23.400	59.845	15.949	17.594
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	38,53	323.579	787.892	137.540	199.790
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	127.551	7.093	29.587
Axiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	6.060	-	(1.192)
Cemig Serviços	100.000	100	100	45	-	(53)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.570.432	917.054	1.103.156
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.094.605	202.306	776.214
Light	203.934.060	13,03	2.225.822	3.269.616	432.340	588.803
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	276.043	16.019	28.229
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	124.331	22.208	21.151
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	108.565	29.603	27.404
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	789.774	23.516	84.966
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	67.154	7.918	8.335
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	31.699	8.023	8.445
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	81.164	14.826	14.284
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	13.881	33.883	33.824
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	92.628	6.896	18.459
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.584	-	3.861
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	52.946	483	10.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	4	(1)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.857	-	8.920
Transchile	33.340.000	49,00	63.226	56.381	-	(6.333)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.577	5.011	5.276
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.594	8.909	9.378
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	33.458	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	31.092	31.092
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	69.569	147.544	9.632	41.507
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	120.128	309.801	19.441	92.748
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	59.817	902	19.308
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	273.469	736.621	19.975	204.073
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	130.217	2.934	30.612
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.253	-	(1.188)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	99	-	(1)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 01 de janeiro de 2009		
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	4.528.583
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	1.487.504
Light	709.309.572	25,00	709.310	1.365.368
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	264.978
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	165.420
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	160.731
GASMIG	409.255.000	55,19	263.852	588.230
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.734
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.319
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	101.706
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	53.940
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	80.792
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	42.683
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	484
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	33.955
Transchile	27.840.000	49,00	62.407	69.676
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	14.027
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	19,25	69.063	123.132
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.128	252.807
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	48.381
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	17,17	273.469	565.533
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	7,50	42.095	118.320
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	5.531

A movimentação dos Investimentos, em Sociedades controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	01.01.2009	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2009
Cemig Geração e Transmissão	4.528.583	1.103.156	-	(1.227.708)	166.401	4.570.432
Cemig Distribuição	1.487.504	776.214	-	(169.113)	-	2.094.605
Cemig Telecom	264.978	28.229	-	(16.019)	(1.145)	276.043
Rosal Energia	165.420	21.151	(40.000)	(22.208)	(32)	124.331
Sá Carvalho	160.731	27.404	(50.000)	(29.570)	-	108.565
GASMIG	324.644	41.344	82.789	(12.979)	78	435.876
Horizontes Energia	66.734	8.335	-	(7.918)	3	67.154
Usina Térmica Ipatinga	66.319	8.445	(35.000)	(8.023)	(42)	31.699
Cemig PCH	101.706	14.284	(20.000)	(14.826)	-	81.164
Cemig Capim Branco Energia	53.940	33.824	(40.000)	(33.883)	-	13.881
Companhia Transleste de Transmissão	20.198	4.615	-	(1.724)	68	23.157
UTE Barreiro	1.943	3.861	-	-	(1.220)	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	10.244	2.586	-	(116)	(7)	12.707
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	484	(1)	-	(4)	7	486
Companhia Transirapé de Transmissão	8.319	2.185	-	-	(4)	10.500
Transchile	34.141	(10.049)	7.122	-	(3.587)	27.627
Efficientia	6.266	5.276	-	(5.011)	46	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	153.578	9.378	(145.000)	(8.909)	-3.453	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	7.154	-	9.910	-	-	17.064
Light	341.342	74.648	-	(15.534)	25.575	426.031
Cemig Trading	192	65.953	-	(31.092)	-	35.053
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	23.703	13.179	20.243	(3.871)	6.044	59.298
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	46.390	30.024	32.578	(9.701)	14.375	113.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	8.878	5.777	5.952	(331)	1.671	21.947
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	97.102	54.280	75.187	(7.987)	49.180	267.762
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	8.874	3.391	3.515	(1.013)	2.643	17.410
Axiom Soluções Tecnológicas	2.710	(582)	490	-	(44)	2.574
Cemig Serviços	-	(1)	100	-	-	99
	7.992.077	2.326.906	(92.114)	(1.627.540)	256.557	8.855.886

	31/12/09	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31/12/10
Cemig Geração e Transmissão	4.570.432	1.084.110		(607.934)	4.037	5.050.645
Cemig Distribuição	2.094.605	441.002		(158.707)	(2)	2.376.898
Cemig Telecom	276.043	28.140		(16.400)	(65)	287.718
Rosal Energia	124.331	15.712		(2.500)		137.543
Sá Carvalho	108.565	20.502		(7.224)		121.843
GASMIG	435.876	59.660		(50.922)	(571)	444.043
Horizontes Energia	67.154	6.339		(3.477)	1	70.017
Usina Térmica Ipatinga	31.699	8.940		(3.783)	9	36.865
Cemig PCH	81.164	14.481		(2.500)		93.145
Cemig Capim Branco Energia	13.881	37.014		(16.098)		34.797
Companhia Transleste de Transmissão	23.157	4.476		(3.779)	186	24.040
UTE Barreiro	4.584	(7.498)	11.410	-	(801)	7.695
Companhia Transudeste de Transmissão	12.707	2.284		(2.151)	97	12.937
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486	107.805				108.291
Companhia Transirapé de Transmissão	10.500	1.843		(1.815)	74	10.602
Transchile	27.627	(2.808)			4.089	28.908
Efficientia	6.577	3.871		(1.504)		8.944
Central Termelétrica de Cogeração	5.594	1.494		(808)	1	6.281
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.064	63			826	17.953
Light	426.031	132.760	389.804	(128.173)	47.496	867.918
Cemig Trading	35.053	4.019		(31.656)	-	7.416
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	59.298	15.656	413	(8.906)	(2.511)	63.950
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	113.666	39.416	29.062	(24.004)	9.929	168.069
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	21.947	7.261	4.998	(7.973)	3.681	29.914
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	267.762	74.070	3.566	(52.994)	11.171	303.575
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	17.410	4.407	4.064	(1.354)	(174)	24.353
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.574	(584)	980			2.970
Cemig Serviços	99	(53)			(1)	45
	8.855.886	2.104.382	444.297	(1.134.662)	77.472	10.347.375

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009, cuja consolidação foi proporcional são como segue:

2010	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	195.324	33.904	17.875	3.868	19.426	9.496
Não circulante	1.109.943	123.379	68.300	45.264	78.333	128.509
Total do ativo	<u>1.305.267</u>	<u>157.283</u>	<u>86.175</u>	<u>49.132</u>	<u>97.759</u>	<u>138.005</u>
Passivo						
Circulante	177.171	12.033	11.823	13.932	12.310	12.236
Não circulante	323.562	49.091	31.080	-	31.546	66.774
Patrimônio líquido	804.534	96.159	43.272	35.200	53.903	58.995
Total do passivo	<u>1.305.267</u>	<u>157.283</u>	<u>86.175</u>	<u>49.132</u>	<u>97.759</u>	<u>138.005</u>
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	571.507	26.383	14.518	19.349	16.981	10.277
Custo das vendas	(438.157)	(41)	(994)	(17.463)	(2.728)	(4.457)
Lucro bruto	133.350	26.342	13.524	1.886	14.253	5.820
Despesas gerais e administrativas	(37.631)	(3.083)	(1.922)	(1.539)	(503)	(2.937)
Resultado financeiro líquido	41.642	(3.767)	(3.216)	1	(3.286)	(1.676)
Lucro operacional	137.361	19.492	8.386	348	10.464	1.207
Imposto de renda e contribuição social	(29.266)	(1.581)	(860)	(225)	(944)	212
Lucro líquido do exercício	<u>108.095</u>	<u>17.911</u>	<u>7.526</u>	<u>123</u>	<u>9.520</u>	<u>1.419</u>

2010	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	2.382.392	414.354	76.722	103.070	169.230	35.607	4.712
Não circulante	7.216.756	1.144.370	145.652	136.530	403.393	67.742	3.098
Total do ativo	<u>9.599.148</u>	<u>1.558.724</u>	<u>222.374</u>	<u>239.600</u>	<u>572.623</u>	<u>103.349</u>	<u>7.810</u>
Passivo							
Circulante	2.190.997	180.444	39.856	29.410	82.436	19.425	1.617
Não circulante	4.078.007	590.388	54.967	57.776	153.975	24.079	133
Patrimônio Líquido	3.330.144	787.892	127.551	152.414	336.212	59.845	6.060
Total do passivo	<u>9.599.148</u>	<u>1.558.724</u>	<u>222.374</u>	<u>239.600</u>	<u>572.623</u>	<u>103.349</u>	<u>7.810</u>
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	6.508.584	422.894	56.646	61.091	137.570	25.270	8.255
Custo das vendas	(4.633.841)	(120.970)	(3.619)	(5.558)	(8.212)	(3.053)	(4.474)
Lucro bruto	1.874.743	301.924	53.027	55.533	129.358	22.217	3.781
Despesas gerais e administrativas	(632.730)	(8.853)	(2.064)	(2.171)	(3.932)	(854)	(4.926)
Resultado financeiro líquido	(319.394)	(51.754)	(7.352)	(4.039)	(16.674)	(2.629)	27
Lucro operacional	922.619	241.317	43.611	49.323	108.752	18.734	(1.118)
Imposto de renda e contribuição social	(347.469)	(41.527)	(14.024)	(5.861)	(13.721)	(1.140)	(74)
Lucro líquido do exercício	<u>575.150</u>	<u>199.790</u>	<u>29.587</u>	<u>43.462</u>	<u>95.031</u>	<u>17.594</u>	<u>(1.192)</u>

31/12/2009	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	454.843	35.084	17.281	2.231	18.917	21.150
Não circulante	774.445	119.673	65.459	34.117	75.523	141.960
Total do ativo	<u>1.229.288</u>	<u>154.757</u>	<u>82.740</u>	<u>36.348</u>	<u>94.440</u>	<u>163.110</u>
Passivo						
Circulante	177.703	11.710	7.861	2.890	7.284	42.450
Não circulante	261.811	50.419	32.022	-	34.210	64.279
Patrimônio líquido	789.774	92.628	42.857	33.458	52.946	56.381
Total do passivo	<u>1.229.288</u>	<u>154.757</u>	<u>82.740</u>	<u>36.348</u>	<u>94.440</u>	<u>163.110</u>
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	437.683	26.754	14.477	33.141	16.686	-
Custo das vendas	<u>(323.327)</u>	<u>(2.966)</u>	<u>(2.506)</u>	<u>(33.141)</u>	<u>(2.657)</u>	-
Lucro bruto	114.356	23.788	11.971	-	14.029	-
Despesas gerais e administrativas	<u>(39.960)</u>	<u>(1.020)</u>	<u>(518)</u>	<u>(853)</u>	<u>(529)</u>	<u>(6.333)</u>
Resultado financeiro líquido	40.719	(2.054)	(1.374)	731	(1.463)	-
Lucro operacional	115.115	20.708	10.078	(122)	12.036	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(27.939)</u>	<u>(984)</u>	<u>(513)</u>	-	<u>(582)</u>	-
Lucro líquido do exercício	<u>87.176</u>	<u>19.730</u>	<u>9.566</u>	<u>(122)</u>	<u>11.455</u>	<u>(6.333)</u>

31/12/2009	Rio Minas	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	1.452.818	380.179	76.379	77.830	166.147	29.031	1.795
Não circulante	3.682.230	1.045.234	145.791	160.308	398.494	68.277	4.267
Total do ativo	<u>5.135.048</u>	<u>1.425.413</u>	<u>222.170</u>	<u>238.138</u>	<u>564.641</u>	<u>97.308</u>	<u>6.062</u>
Passivo							
Circulante	928.334	180.444	49.489	34.249	85.350	22.789	809
Não circulante	2.502.590	508.348	42.465	56.345	169.490	14.702	-
Patrimônio Líquido	1.704.124	736.621	130.216	147.544	309.801	59.817	5.253
Total do passivo	<u>5.135.048</u>	<u>1.425.413</u>	<u>222.170</u>	<u>238.138</u>	<u>564.641</u>	<u>97.308</u>	<u>6.062</u>
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	3.235.655	412.050	56.967	61.129	135.672	23.965	4.711
Custo das vendas	<u>(2.303.650)</u>	<u>(127.466)</u>	<u>(4.678)</u>	<u>(7.012)</u>	<u>(8.652)</u>	<u>(2.351)</u>	<u>(2.628)</u>
Lucro bruto	932.005	284.584	52.289	54.117	127.020	21.614	2.083
Despesas gerais e administrativas	<u>(386.809)</u>	<u>(7.662)</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(2.046)</u>	<u>(3.569)</u>	<u>(665)</u>	<u>(3.177)</u>
Resultado financeiro líquido	(44.273)	(36.347)	(7.374)	(3.614)	(14.116)	(1.928)	(94)
Lucro operacional	500.923	240.575	43.268	48.457	109.335	19.021	(1.188)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(193.980)</u>	<u>(33.360)</u>	<u>(14.162)</u>	<u>(6.949)</u>	<u>(16.586)</u>	<u>(1.098)</u>	-
Lucro líquido do exercício	<u>306.943</u>	<u>207.215</u>	<u>29.106</u>	<u>41.508</u>	<u>92.749</u>	<u>17.923</u>	<u>(1.188)</u>

01/01/2009	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	285.238	32.309	16.307	153	19.224	21.787
Não circulante	341.890	116.513	64.651	13.917	73.441	157.630
Total do ativo	<u>627.128</u>	<u>148.822</u>	<u>80.958</u>	<u>14.070</u>	<u>92.665</u>	<u>179.417</u>
Passivo						
Circulante	10.677	19.224	7.987	43	8.143	16.232
Não circulante	28.221	48.806	39.016	-	41.839	93.509
Patrimônio líquido	588.230	80.792	33.955	14.027	42.683	69.676
Total do passivo	<u>627.128</u>	<u>148.822</u>	<u>80.958</u>	<u>14.070</u>	<u>92.665</u>	<u>179.417</u>

01/01/2009	Rio Minas	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	1.350.283	367.501	74.207	71.595	156.440	28.310	2.046
Não circulante	3.853.127	915.909	145.064	153.559	389.801	67.201	3.837
Total do ativo	<u>5.203.410</u>	<u>1.283.410</u>	<u>219.271</u>	<u>225.154</u>	<u>546.241</u>	<u>95.511</u>	<u>5.883</u>
Passivo							
Circulante	889.324	110.384	26.472	21.115	48.588	8.713	352
Não circulante	2.948.718	607.493	74.479	80.907	244.846	38.417	-
Patrimônio Líquido	1.365.368	565.533	118.320	123.132	252.807	48.381	5.531
Total do passivo	<u>5.203.410</u>	<u>1.283.410</u>	<u>219.271</u>	<u>225.154</u>	<u>546.241</u>	<u>95.511</u>	<u>5.883</u>

b) Participação na Light

Foi apurado na aquisição da Light, um valor de menos valia da concessão correspondente à diferença entre o valor pago pela Rio Minas Energia S.A. ("RME") e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961, sendo que a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizada de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão R\$71.523 em 31 de dezembro de 2010 (R\$76.162 em 31 de dezembro de 2009).

c) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

A mais valia de ativos nas aquisições das participações das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia das concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

d) Fechamento da operação de compra de ações da LIGHT

Foi realizado, em 25 de março de 2010, o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 25.494.500 ações ordinárias de emissão da Light, de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões ("AGC"), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela CEMIG referente à compra das ações foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação. Valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pelo, divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e da dedução dos

dividendos de R\$2,12, por ação, declarados pela Light na Assembleia Geral Ordinária, concluída em 24 de março de 2010.

Foi realizado em 17 de novembro de 2010 o pagamento e a transferência de 1.081.649 ações ordinárias de emissão da Light S.A., de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões S.A., representando 0,53% do capital total e votante da Light S.A., para a CEMIG. O valor referente à venda das ações foi de R\$30.471.

Houve celebração de Termo de compensação, quitação e outras avenças entre Cemig e AGC, o qual estabeleceu que o saldo devedor do prêmio de Opção de Geração de responsabilidade da AGC fosse pago integralmente à Cemig, mediante compensação com os valores devidos pela Cemig à AGC. Para o pagamento à vista, mediante a referida compensação, a Cemig concedeu à AGC um desconto no valor de R\$ 1.558. O valor líquido recebido pela AGC foi de R\$ 15.783.

A Companhia apurou um ágio, nestas operações, no valor de R\$359.184, decorrente da mais valia da concessão.

Opção de compra adicional de ações da LIGHT

A Enlighted Partners Venture Capital LLC (“Enlighted”) firmou com a CEMIG, em 24 de março de 2010, um contrato de opção de venda no qual a CEMIG entregou à Enlighted a opção de vender a participação da Luce Investment Fund, que detém 75% das cotas da Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações (este fundo possui 13,03% do capital total da Light S.A.). A CEMIG pode, a seu critério, indicar terceiros para adquirir participação no Luce Investment Fund. Desta forma, a CEMIG poderá adquirir 19.932.112 ações ordinárias de emissão da Light, representando 9,75% do seu capital total e votante, pelo preço de US\$340.455 mil, dos quais serão deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio, eventualmente, pagos ou declarados pela Light a partir de 01 de dezembro de 2009 até o exercício da opção.

A opção foi exercida em 6 de outubro de 2010 pela Enlighted, que informou sua decisão pelo exercício da opção de venda de quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações, mencionada no referido Fato Relevante, datado de 7 de outubro de 2010.

Entretanto, o fechamento dessa operação está condicionado ao atendimento de determinados requisitos contratualmente estabelecidos, bem como à aprovação dos órgãos competentes, entre eles Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, assim como, nos casos em que for necessário, dos agentes financiadores e debenturistas da Light e de suas controladas.

e) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica -TAESA

A Cemig GT realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de ações e units, em poder dos acionistas não controladores, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica. A operação culminou na aquisição de 24,42% das ações, até então em posse dos acionistas não controladores, pelo montante de R\$1.001.851, o que

representa R\$15,57 por ação, passando a deter o equivalente a 56,69% do capital total da TAESA.

Foi apurado um ágio de R\$523.367, correspondente à mais valia do ativo financeiro a ser recebido no prazo previsto da concessão pelo regulador. A recuperação do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Cemig GT, juntamente com o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da TAESA. Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 as empresas Transmissora Alterosa de Energia Elétrica e Transmissora Alvorada Energia Elétrica foram incorporadas pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA, com conseqüente extinção das incorporadas, sendo essas sucedidas em todos os seus direitos e obrigações. O percentual de participação da Cemig Geração e Transmissão na TAESA não foi alterado em virtude da participação na Transmissora Alterosa de Energia Elétrica.

f) Aquisição de participação acionária – Ativas

Em 8 de julho de 2010, a Cemig Telecom assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Ativas Participações S.A. (“Ativas Participações”), visando a compra de 9.804.900 ações ordinárias, representativas de 49% do capital votante da empresa Ativas, cujo objetivo social é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e site-backup, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet, estando construindo para tanto um Data Center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações. O investimento inicial foi de R\$6.753 mil, equivalente a 6.753.615 ações ordinárias, sendo aumentado em R\$1,00 para cada ação pendente de integralização pela Ativas Participações S.A. até 31 de março de 2011, não sendo apurado ágio na aquisição.

g) Aquisição de participação acionária – Lightger

A Cemig GT adquiriu da Light, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 representando 25.939.013 ações ordinárias do Capital Social da Lightger, adquirida pelo seu valor contábil. Portanto, não foi apurado ágio na operação.

14 . IMOBILIZADO

Consolidado	2010			2009	01/01/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Reclassificado Valor Líquido	Reclassificado Valor Líquido
Em Serviço	18.041.134	(11.043.754)	6.997.380	7.010.067	7.398.466
- Geração	16.418.893	(10.651.709)	5.767.184	5.845.200	6.270.794
Terrenos	359.423	-	359.423	335.774	337.232
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.335.721	(4.599.615)	2.736.106	2.784.034	2.921.121
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.912.735	(1.357.385)	555.350	525.946	538.122
Máquinas e Equipamentos	6.795.074	(4.686.709)	2.108.365	2.198.620	2.471.193
Veículos	4.364	(2.775)	1.589	524	2.730
Móveis e Utensílios	11.576	(5.225)	6.351	302	396
- Transmissão	42.337	-	42.337	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	42.274	-	42.274	-	-
Móveis e Utensílios	63	-	63	-	-
- Administração	83.957	(52.472)	31.485	35.361	53.890
Terrenos	63	-	63	664	4.680
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	22.282	(13.831)	8.451	13.439	18.468
Máquinas e Equipamentos	43.329	(29.801)	13.528	16.638	17.421
Veículos	13.166	(3.933)	9.233	1.013	1.567
Móveis e Utensílios	5.117	(4.907)	210	3.607	11.754
- Atividade não Vinculada	1.074.043	(169.636)	904.407	930.993	890.233
Terrenos	51.432	-	51.432	51.432	50.141
Reservatórios, Barragem e Aduadoras	307.255	(43.556)	263.699	270.569	220.521
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	201.665	(32.082)	169.583	172.573	190.783
Máquinas e Equipamentos	512.478	(93.465)	419.013	435.819	428.105
Veículos	60	(45)	15	21	15
Móveis e Utensílios	1.153	(488)	665	579	668
- Telecomunicações	421.904	(169.937)	251.967	198.513	183.549
Terrenos	82	-	82	70	70
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	107.871	(38.436)	69.435	46	47
Máquinas e Equipamentos	313.000	(130.810)	182.190	198.317	183.314
Móveis e Utensílios	951	(691)	260	80	118
Em Curso	1.231.133	-	1.231.133	1.292.856	640.623
- Geração	1.016.972	-	1.016.972	1.114.404	380.550
- Transmissão	122	-	122	59.107	62.164
- Administração	14.555	-	14.555	91.736	10.066
- Atividade não Vinculada	187.058	-	187.058	2.244	160.096
- Telecomunicações	12.426	-	12.426	25.365	27.747
Imobilizado Líquido - Consolidado	19.272.267	(11.043.754)	8.228.513	8.302.923	8.039.089

A movimentação do ativo imobilizado e como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2009	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Ajuste Light	Saldo em 31/12/2010
	7.010.067	333.436	(60.107)	(446.142)	160.126	6.997.380
Terrenos	387.940	10.395	(1)	-	12.666	411.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.054.603	53.661	(11.436)	(156.653)	59.630	2.999.805
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	712.004	176.521	(5.857)	(50.401)	12.826	845.093
Máquinas e Equipamentos	2.849.394	79.611	(42.500)	(234.777)	71.368	2.723.096
Veículos	1.558	10.979	(190)	(2.071)	561	10.837
Móveis e Utensílios	4.568	2.269	(123)	(2.240)	3.075	7.549
Em Curso	1.292.856	(61.723)	-	-	-	1.231.133
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.302.923	271.713	(60.107)	(446.142)	160.126	8.228.513

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
Administração e outras	12,69%
Telecomunicações	6,72%

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2010	2009	01/01/2009
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	182.360	181.402
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.729	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.537	549.538	543.684
Consórcio Capim Branco Energia S.A.	21,05%	2,50	56.240	51.022	51.022
Depreciação acumulada			(171.321)	(142.237)	(114.506)
Total em operação			917.726	941.586	949.380
Em curso					
Usina de Baguari	34,00%		181.416	178.960	140.363
Usina de Queimado	82,50%		1.579	-	13.125
Usina de Funil	49,00%		648	739	755
Usina de Aimorés	49,00%		1.187	759	5.853
Usina Igarapava	14,50%		1.171	-	-
Usina Porto Estrela	33,33%		156	-	-
Consórcio Capim Branco Energia S.A.	21,05%		1.264	946	3.821
Total em construção			187.421	181.404	163.917
Total de Consórcios - Consolidado			1.105.147	1.122.990	1.113.297

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A. e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Custo Atribuído dos Ativos de Geração

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item 2.7.b, a Companhia, em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 01 – Ativo Imobilizado, contratou empresa especializada para avaliação dos seus ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que são estimadas e definidas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada para os ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

Segue abaixo tabela como o resumo dos impactos decorrentes do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial:

Controladora	Valores Contábeis na Adoção Inicial em 01/01/2009			Valor Atribuído na Adoção Inicial em 01/01/2009		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Intangível	19.205	(16.683)	2.522	31.057	(28.271)	2.786
Terrenos	202.182	-	202.182	359.479	-	359.479
Reservatórios, Barragens e Edificações, Obras Cívicas e Máquinas e Equipamentos	3.859.044	(1.447.272)	2.411.772	7.478.875	(4.497.853)	2.981.022
Veículos	917.505	(373.445)	544.060	1.994.630	(1.324.357)	670.273
Móveis e Utensílios	2.268.914	(1.251.672)	1.017.242	6.961.853	(4.581.705)	2.380.148
	6.477	(4.630)	1.847	10.165	(8.121)	2.044
	5.299	(4.839)	460	11.072	(10.484)	588
Imobilizado Líquido	7.278.626	(3.098.541)	4.180.085	16.847.131	(10.450.791)	6.396.340

Conforme observado na tabela acima, a diferença entre o valor líquido decorrente da nova avaliação dos ativos na adoção inicial em relação ao valor contábil na mesma data foi de R\$2.214.254, sendo os efeitos registrados em contrapartida a conta

específica do Patrimônio Líquido denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Em função desse aumento no valor dos ativos, ocorreu um aumento na despesa com depreciação no resultado dos exercícios de 2009 e 2010, nos valores de R\$230.970 e R\$203.289, respectivamente.

15 . INTANGÍVEL

Controladora	2010			2009	1/1/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	13.323	(12.490)	833	873	2.056
Com Vida Útil Definida	13.323	(12.490)	833	873	2.056
- Direito de uso de softwares	3.808	(2.978)	830	30	93
- Marcas e Patentes	5	(2)	3	4	5
- Direito Exploração de Concessão					
- Cemig Telecom SA	9.510	(9.510)	-	839	1.958
Em Curso	5	-	5	671	487
- Ativos em formação	5	-	5	671	487
Intangível Líquido - Controladora	13.328	(12.490)	838	1.544	2.543

Consolidado	2010			2009	1/1/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	63.704	(2.245)	61.459	20.006	11.401
Concessão onerosa	32.034	(7.698)	24.336	25.329	25.023
Ativos da concessão	4.229.752	-	4.229.752	3.479.110	3.825.891
Ativos em formação	3.239	-	3.239	14.081	13.896
Outros	641.503	(156.602)	484.901	166.741	74.177
	4.970.232	(166.545)	4.803.687	3.705.267	3.950.388

A movimentação do Ativo Intangível em 2009 é como segue:

	01/01/2009	Adição	Baixa	Amortização	Outros	2009
Servidão	11.401	8.605	-	-	-	20.006
Concessão onerosa	25.023	306	-	-	-	25.329
Ativos da concessão	3.825.891	526.655	(883)	(439.882)	(432.671)	3.479.110
Ativos em formação	13.896	185	-	-	-	14.081
Outros	74.177	131.688	-	(39.124)	-	166.741
	3.950.388	667.439	(883)	(479.006)	(432.671)	3.705.267

A movimentação do Ativo Intangível em 2010 é como segue:

	2009	Adições	Baixa	Amortização	Outros	2010
Servidão	20.006	41.453	-	-	-	61.459
Concessão onerosa	25.329	-	(993)	-	-	24.336
Ativos da concessão	3.479.110	1.263.767	(33.881)	(479.244)	-	4.229.752
Ativos em formação	14.081	-	-	-	(10.842)	3.239
Outros	166.741	322.380	-	(4.220)	-	484.901
	3.705.267	1.627.600	(34.874)	(483.464)	(10.842)	4.803.687

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A taxa de amortização média anual foi de 20,00%.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL nº367/09.

16 . FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -			
Eletrobrás - Energia de Itaipu	150.953	148.645	197.130
Furnas	30.555	55.540	68.366
CCEE	127.089	36.276	108.038
Outros	403.716	277.899	212.364
	<u>712.313</u>	<u>518.360</u>	<u>585.898</u>
Materiais e Serviços	408.696	333.835	305.923
	<u>1.121.009</u>	<u>852.195</u>	<u>891.821</u>

17 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a)	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Circulante						
ICMS	277.202	293.189	284.939	18.095	18.091	18.092
COFINS	65.803	60.083	78.050	9.947	9.931	9.377
PASEP	10.738	16.717	14.079	2.159	2.156	2.036
INSS	23.267	19.397	18.014	1.887	1.522	1.434
Outros	26.523	30.105	24.483	748	1.138	1.051
	<u>403.533</u>	<u>419.491</u>	<u>419.565</u>	<u>32.836</u>	<u>32.838</u>	<u>31.990</u>
Não Circulante						
COFINS	530.638	267.561	84.277	-	-	-
PASEP	115.189	58.089	31.592	-	-	-
Outros	46.976	977	7.240	-	-	-
	<u>692.803</u>	<u>326.627</u>	<u>123.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b)	Consolidado IFRS		
	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda		111.713	91.548
Contribuição Social		25.322	35.560
		<u>137.035</u>	<u>127.108</u>
Não Circulante			
Obrigações Diferidas			
Imposto de Renda		712.254	737.398
Contribuição Social		353.145	251.233
		<u>1.065.399</u>	<u>988.631</u>
			<u>1.046.455</u>

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10, conforme nota explicativa 2.7 (b).

18 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				2010			2009	01/01/2009
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6	US\$	20.942	41.655	62.597	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	-	-	-	-	17.391
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	8.797	42.238	51.035	66.775	93.868
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,9	JPY	-	-	-	-	100.160
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809	7.146	12.919
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	-	-	-	10.169	41.235
KFW	2016	4,5	EURO	1.470	7.347	8.817	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (6)	2009	6,5	US\$	-	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A (7)	2009	5,5	US\$	-	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (8)	2009	5	US\$	-	-	-	-	20.141
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	3.451	15.963	19.414	13.010	39.909
Santander do Brasil S.A. (13)	2009	7	US\$	-	-	-	9.583	6.118
Banco do Brasil S.A. (13)	2009	8,66	US\$	-	-	-	2.429	3.217
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	4,2	US\$	1.154	32.719	33.873	31.583	43.018
Outros	2025	Diversas	Diversas	8.273	3.449	11.722	11.789	18.946
Dívida em Moeda Estrangeira				46.655	144.612	191.267	251.266	546.874
MOEDA NACIONAL								
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	305.523	582.000	887.523	884.836	121.038
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	30.425	54.638	85.063	112.767	114.321
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	9.276	126.000	135.276	133.978	137.596
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	23.789	1.200.000	1.223.789	1.219.007	1.229.705
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494	-	-
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	84.620	150.432	235.052	311.459	316.213
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	54.427	54.456
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.362	50.658	77.020	102.460	103.000
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336	124.159	-
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	1	1.365	1.366	1.821	2.079
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	107.660	188.626	296.286	392.289	398.942
Bradesco S.A. (23)	2010	113,00 do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383	-
Bradesco S.A.	2011	105,50 do CDI	R\$	350.890	-	350.890	-	-
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-	-	357.472
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038	242.181	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)								
Debêntures (12)	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083	37.053	32.936
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638	318.699	324.641
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333	445.946	427.784
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$	160.042	1.565.932	1.725.974	-	-
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	87.431	1.197.429	1.284.860	-	-
ELETROBRÁS								
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.591	24.133	36.724	48.265	60.799
ELETROBRÁS								
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365	353.341	369.632
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	20.805	39.836	60.641	80.656	81.119
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	86.236	154.643	240.879	318.878	322.636
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851	104.950
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	22.709	36.794	59.503	78.547	80.328
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	172.138	718.379	890.517	951.006	990.280
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10	R\$	689	8.401	9.090	9.731	10.372
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	22.768	25.500	28.232	28.794
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	712	5.748	6.460	7.152	4.062
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	5	17	22	1.063	6.047
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	20.740	189.547	210.287	124.539	245.722
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	78.642	-	78.642	38.890	-
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	2.956	117.286	120.242	59.738	116.004
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	690	20.851	21.541	10.765	20.980
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	485	4.789	5.274	6.769	3.454
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	34.386	155.300	189.686	71.554	108.266
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	532	4.742	5.274	6.709	3.253
UNIBANCO S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	163	1.599	1.762	2.261	1.323
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	388	3049	3437	4.364	2.239
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	262.420	262.420	134.660	-
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188	161.824	-
BNDES – Repasse (17)	2033	TJLP	R\$	-	316.159	316.159	108.562	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (16)								
BNDES (18)	2024	Diversas	R\$	43.112	322.465	365.577	273.913	155.484
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	2.758	39.361	42.119	25.248	-
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.496	60.632	67.128	64.170	-
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.327	48.830	54.157	56.122	-
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.992	88.609	96.601	88.957	-
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	2.047	12.100	14.147	303.833	-
Sindicato de Bancos (22)	2010	CDI + 1,50	R\$	9.328	18.368	27.696	180.472	-

CEF S.A (22)	2016	117,5 do CDI	R\$	2.384	10.520	12.904	-	-
DEBENTURES(22)	2017	CDI+1,6	R\$	16.865	802.200	819.065	-	-
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	27.657	130.716	158.373	123.052	-
BNDES (25) CEMIG TELECOM	2017	Diversas	R\$	786	47.753	48.539	-	-
Outros	2025	Diversas	R\$	14.310	51.098	65.408	78.056	31.697
Dívida em Moeda Nacional				<u>2.155.911</u>	<u>10.879.312</u>	<u>13.035.223</u>	<u>11.041.681</u>	<u>6.797.864</u>
Total Geral Consolidado				<u>2.202.566</u>	<u>11.023.924</u>	<u>13.226.490</u>	<u>11.292.947</u>	<u>7.344.738</u>

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados do grupo TBE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.;
- (22) Empréstimo realizado pela controlada TAESA;
- (23) 3ª Emissão de Nota Promissória da Cemig GT;
- (24) Empréstimo e financiamento da GASMIG;
- (25) Empréstimo realizado pela CEMIG TELECOM- ATIVAS;

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	42.298	31.390	28.499	5.040	2.460	2.460	2.362	61.457	175.966
Euro	4.037	2.710	1.470	1.469	1.470	1.470	-	-	12.626
UMBNDDES (**)	320	310	310	310	310	310	310	495	2.675
	<u>46.655</u>	<u>34.410</u>	<u>30.279</u>	<u>6.819</u>	<u>4.240</u>	<u>4.240</u>	<u>2.672</u>	<u>61.952</u>	<u>191.267</u>
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	93.890	118.467	507.224	444.273	613.657	156.871	156.871	-	2.091.253
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	62.139	58.507	52.857	51.478	45.175	35.982	27.747	40.157	374.042
Certificado Depósito Interbancário – CDI	1.762.735	3.146.861	1.203.365	889.584	391.427	131.101	130.063	-	7.655.136
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.591	12.591	11.542	-	-	-	-	-	36.724
URTJ (*)	144.195	152.011	149.733	162.427	151.192	119.039	87.158	714.604	1.680.359
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	23.177	3.926	3.923	338.302	2.525	1.852	1.780	46.995	422.480
UMBNDDES (**)	16.087	21.616	21.898	21.720	21.483	17.015	7.955	5.718	133.492
Outros (IGP-DI, INPC-TR) (***)	4.240	473	439	817	4.437	200	200	200	11.006
Sem Indexador	36.857	-3.543	596.806	-	611	-	-	-	630.731
	<u>2.155.911</u>	<u>3.510.909</u>	<u>2.547.787</u>	<u>1.908.601</u>	<u>1.230.507</u>	<u>462.060</u>	<u>411.774</u>	<u>807.674</u>	<u>13.035.223</u>
	<u>2.202.566</u>	<u>3.545.319</u>	<u>2.578.066</u>	<u>1.915.420</u>	<u>1.234.747</u>	<u>466.300</u>	<u>414.446</u>	<u>869.626</u>	<u>13.226.490</u>

- (*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.
- (**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.
- (***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2009	7.344.738	80.327
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	912.686	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.310.504	-
Variação monetária e cambial	(6.088)	-
Custos na obtenção de recursos	798	-
Custos a apropriar	(1.322)	-
Encargos financeiros provisionados	712.979	8.760
Encargos financeiros pagos	(688.040)	(10.539)
Capitalização	10.492	-
Ajuste a Valor Presente	6.765	-
Amortização de financiamentos	(1.015.502)	-
Eliminação dos Acionistas não controladores da Light em 2008	(295.063)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	11.292.947	78.548
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	763.288	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.464.054	350.000
Variação monetária e cambial	212.863	-
Custos na obtenção de recursos	(22.569)	-
Amortização de custos na obtenção de recursos	4.666	-
Encargos financeiros provisionados	1.104.613	7.986
Encargos financeiros pagos	(803.131)	(7.744)
Capitalização	2.168	-
Ajuste a Valor Presente	(16.920)	-
Amortização de financiamentos	(4.775.489)	(18.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.226.490	410.393

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2010 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Bradesco S.A.	2015	7,67%	1.162.222
Banco Bradesco S.A.	2012	CDI + 0,90	1.586.059
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	1.764
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2018	URTJ + 8,00	5.271
Hidrelétrica Pipoca	2011	IPCA	1.495
Banco Santander S.A.	2012	16,765%	345
Debêntures	2015	CDI + 1,30%	195.592
Debêntures	2015	IPCA+7,91%	144.568
Brasnorte (CEF)	2016	117,5% DO CDI	14.250
Debêntures	2017	106,0% DO CDI	462.051
Banco Itaú	2010	130% CDI	34.545
BNDES	2024	TJLP 6% + 2,56%	69.409
Pine	2010	100% CDI + 0,40	2.450
Banco ABC	2010	CDI + 3,6 %	490
BNDES	2019	4,5%	11.514
BNDES	2014	2,4% + TJLP	31.885
Banco Amazônia FNO	2015	10%	15.000
BNDES	2014	3,8%	78.618
BNDES	2015	2,4% + TJLP	81.850
Banco Amazônia FNO	2016	10%	15.000
BNDES	2015	3,8%	81.850
Banco Itaú BBA	2010	101,2% do CDI	195.476
BNDES	2017	TJLP + 2,58%	25.701
BNDES	2017	TJLP + 3,58%	23.054
BNDES	2019	TJLP + 4,50%	18.254
ABN Amro Banking	2014	0,95% do CDI	20.851
BNDES	2015	TJLP + 2,18%	65
BNDES	2015	TJLP + 4,50%	74
BNDES	2016	TJLP + 2,05%	1.658
Banco Real	2012	16,765%	111
BNDES	2015	4,5%	3.600
BNDES	2015	TJLP + 1,88%	4.090
BID	2026	4,2%	10.625
BNDES	2016	TJLP + 3,12	39.252
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (1)	2017	2,62% + TJLP	23.321
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (2)	2017	3,32% + TJLP	8.642

BNDES Participações S.A – BNDESPAR (3)	2017	1,72% + TJLP	3.318
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (4)	2017	2,62% + TJLP	7.244
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (5)	2017	3,32% + TJLP	2.982
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (6)	2017	1,72% + TJLP	2.246
BNDES	2025	TJLP*2,15	8.908
BNDES	2025	TJLP*2,15	5.280
Banco Itaú	2010	130% cdi	13.853
BNDES	2024	TJLP 6% + 2,56%	27.835
Pine	2010	100% CDI + 0,40	983
Banco ABC	2010	CDI + 3,6 %	197
BNDES	2019	4,5%	4.617
Eletrobrás	2016	7%	216
Eletrobrás	2015	7%	15.543
Banco do Brasil S.A.	2013	10,826922%	230.000
Banco do Brasil S.A.	2013	10,826922%	370.000
Eletrobrás	2020	6%	49.830
Banco Bradesco S.A.	2011	105,5 do CDI	350.000
			5.464.054

a) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A CEMIG e suas controladas Cemig D e Cemig GT, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2010, algumas cláusulas não foram atendidas. Para tanto, a Companhia obteve dos seus credores, de forma antecipada a data mencionada, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificadas para o não circulante em 2010.

As cláusulas restritivas de contratos de empréstimos e financiamentos das demais controladas e controladas em conjunto foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, três delas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/12/2010
CEMIG		
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	53,54%
Dívida / EBITDA	Menor ou igual a 2,5	2,91
Cemig Distribuição		
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	56,18%

b) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

19 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	46.086	36.716	34.385
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	51.438	12.341	47.884
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	35.264	36.306	33.927
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.210	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.764	3.703	3.495
Eficiência Energética	157.488	185.857	171.760
Pesquisa e Desenvolvimento	196.191	175.209	145.898
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.847	2.731	20.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.704	6.838	41.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	17.755	15.629	8.922
Encargo de Capacidade Emergencial	3.022	-	-
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	3.127	-	-
	526.896	476.537	509.356
Passivo Circulante	384.415	324.234	488.835
Passivo Não Circulante	142.481	152.303	20.521

20 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31.12.2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$868.178 em 31 de dezembro de 2010 (R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à BRASLIGHT e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a SPC aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.016.185 em 31 de dezembro de 2010 (R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009). O efeito no consolidado da Controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2010 é da parcela correspondente a 26,06% deste valor conforme consolidação proporcional (13,03% em 2009).

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes. A avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2010.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig GT e Cemig D são conforme abaixo, sendo que nas Demonstrações Contábeis encontra-se registrado o valor adicional referente à Light, conforme mencionado acima:

2009	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	5.849.822	531.646	24.456	394.767
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.410.704)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	439.118	531.646	24.456	394.767
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	319.884	13.989	3.743	12.266
Passivo Líquido	759.002	545.635	28.199	407.033
Complemento referente dívida com a Forluz	144.514	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	903.516	545.635	28.199	407.033

2010	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	6.656.772	574.778	17.018	466.303
Valor Justo dos Ativos do Plano	(6.540.232)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	116.540	574.778	17.018	466.303
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	519.426	(21.109)	13.114	(22.304)
Passivo Líquido	635.966	553.669	30.132	443.999
Complemento referente dívida com a Forluz	232.212	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	868.178	553.669	30.132	443.999

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem reconhecido no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos) desde 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de benefício definido em 31.12.2008	5.572.277	523.040	26.041	373.343
Custo do Serviço Corrente	5.026	5.606	257	5.298
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	549.028	52.210	2.630	37.678
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	122.012	(13.989)	(3.743)	(12.266)
Benefícios pagos	(398.521)	(35.221)	(729)	(9.286)
Obrigação de benefício definido em 31.12.2009	5.849.822	531.646	24.456	394.767
Custo do Serviço Corrente	5.243	4.978	203	5.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	604.599	55.603	2.592	41.897
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	645.657	36.519	(9.514)	34.333

Benefícios pagos	(448.549)	(53.968)	(719)	(10.253)
Obrigação de benefício definido em 31.12.2010	6.656.772	574.778	17.018	466.303

As mudan as no valor justo dos ativos do plano s o as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementa�o de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2008	4.654.518
Retorno Esperado	557.871
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	441.896
Contribui�es do Empregador	154.940
Benefícios pagos	(398.521)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2009	5.410.704
Retorno Esperado	1.441.729
Contribui�es do Empregador	136.348
Benefícios pagos	(448.549)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2010	6.540.232

Os valores reconhecidos na demonstra o de resultado de 2009 s o como segue:

	Forluz	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.026	5.606	257	5.298
Juros Sobre a Obriga�o Atuarial	549.028	52.210	2.630	37.679
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	557.871	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	-	-
Despesa em 2010 conforme laudo atuarial	(3.817)	57.816	2.887	42.977
Ajuste referente dívida com a Forluz	104.369	-	-	-
Despesa em 2009	100.552	57.816	2.887	42.977

Os valores reconhecidos na demonstra o de resultado de 2010 s o como segue:

	Forluz	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.243	4.978	203	5.559
Juros Sobre a Obriga�o Atuarial	604.599	55.603	2.592	41.897
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(596.530)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	1.421	(143)	(238)
Despesa em 2010 conforme laudo atuarial	13.312	62.002	2.652	47.218
Ajuste referente dívida com a Forluz	87.698	-	-	-
Despesa em 2010	101.010	62.002	2.652	47.218

As movimenta es ocorridas no passivo l quido s o as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementa�o de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	46.725	23.709	1.224	19.557
Despesa Reconhecida no Resultado	5.787	2.525	132	2.170
Contribui�es Pagas	(7.883)	(1.881)	(38)	(482)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	44.629	24.353	1.318	21.245
Despesa Reconhecida no Resultado	4.983	6.436	277	2.940
Contribui�es Pagas	(6.807)	(2.760)	(40)	(522)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	42.805	28.029	1.555	23.663

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	957.904	523.040	26.041	373.343
Despesa Reconhecida no Resultado	100.552	57.816	2.887	42.977
Contribuições Pagas	(154.940)	(35.221)	(729)	(9.286)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	903.516	545.635	28.199	407.034
Despesa Reconhecida no Resultado	101.010	62.002	2.652	47.218
Contribuições Pagas	(136.348)	(53.968)	(719)	(10.253)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	868.178	553.669	30.132	443.999

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2011 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Custo do Serviço Corrente	7.437	10.577	319	4.692
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	673.159	57.998	1.715	48.241
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(732.227)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	339	(645)	314
Despesa em 2011	(51.631)	68.914	1.389	53.247

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2011 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	491.491	44.845	1.369	13.736

A Cemig D tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2011 no montante de R\$145.333.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	CEMIG, Cemig GT e Cemig D		
	2010	2009	2009
Ações de empresas brasileiras	15,00%	10,00%	9,00%
Títulos de Renda Fixa	85,00%	84,00%	91,00%
Imóveis	-	3,00%	-
Outros	-	3,00%	-
	100,00%	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG e da Light:

	2010	2009
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	450.107	249.776
Ações emitidas pela Patrocinadora	9.684	10.415
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	184.914	159.337
	644.705	419.528

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2010	2009	2008
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	10,76%	10,24%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,50%	11,34%	12,32%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	6,08%	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57

21 . PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas e Controladas em Conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2009	Saldo em 2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhistas					
Diversos	122.856	102.358	(25.406)	37.193	114.145
Cíveis					
Danos Pessoais	35.436	26.585	(6.510)	-	20.075
Majoração Tarifária	104.480	70.023	138.770	(194.182)	14.611
Ambiental	-	9.076	(4.272)	(1.619)	3.185
Outras	167.713	129.914	(4.745)	(22.031)	103.138
Fiscais					
FINSOCIAL	21.238	21.533	274	-	21.807
PIS/COFINS	57.987	2.020	(798)	480	1.702
ICMS	19.153	15.165	-	(15.165)	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	85.493	(2.163)	(83.330)	-
Contribuição Social	6.769	-	-	-	-
INSS	33.672	9.071	78	(7.923)	1.226
Outras	19.801	16.978	(9.427)	56.187	63.738
Regulatórios					
Processos Administrativos da ANEEL	55.843	73.811	(46.531)	-	27.280
Total	721.729	562.027	39.270	(230.390)	370.907

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2009	Saldo em 2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhistas					
Diversos	75.450	72.890	(14.994)	-	57.896
Cíveis					
Danos Pessoais	27.635	19.724	(3.963)	-	15.761
Majoração Tarifária	76.609	55.036	(41.592)	-	13.444
Outras	93.686	88.567	(42.416)	(1.888)	44.263
Fiscais					
FINSOCIAL	21.238	21.533	274	-	21.807
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	85.308	(2.163)	(83.145)	-
INSS	1.064	1.148	78	-	1.226
Outras	12.770	15.702	(9.664)	-	6.038
Regulatórios					
Processos Administrativos da ANEEL	12.129	24.003	3.115	-	27.118
Total	397.362	383.911	(111.325)	(85.033)	187.553

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de horas extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis - Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa, durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal, denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele Plano. A CEMIG estima os valores, a serem provisionados, com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$24.204 sendo que a perda considerada como mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, foi,

integralmente, provisionada no valor de R\$14.611 (R\$70.023 em 31 de dezembro de 2009 e R\$104.408 em 01 de janeiro de 2009).

Em maio de 2010, a Companhia firmou um acordo referente à ação ajuizada por um consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio desse acordo, a Companhia concordou em pagar ao consumidor um montante de R\$177.592, sendo R\$92.592 compensados com faturas em aberto e R\$85.000 a serem pagos por dedução das próximas faturas relativas ao fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios. O valor de R\$177.592 foi integralmente reconhecido no resultado do exercício de 2010.

Em função do acordo mencionado, os valores provisionados e ainda não compensados com faturas de energia, no montante de R\$22.616, passaram a ser efetivamente um Contas a Pagar da Companhia e foram transferidos para a rubrica de Outros Passivos Circulantes.

(c) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente à data do balanço, provisionada no montante de R\$24.604 (R\$11.474 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.153 em 01 de janeiro de 2009).

(d) Impostos e Contribuições - Exigibilidade Suspensa

A CEMIG possuía provisão constituída de R\$86.437 (R\$85.333 em 31 de dezembro de 2009 e R\$76.781 em 01 de janeiro de 2009) referente à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG teve a liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, que foi cassada em abril de 2010. A CEMIG efetuou o recolhimento no montante de R\$91.487 em 21 de maio de 2010. Apesar do pagamento do valor em discussão, a Companhia impetrou medida cautelar para recorrer dessa decisão, no intuito de ainda se discutir o mérito da questão.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light, em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da Contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de Contribuição Previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que, também, alterou a base de cálculo das Contribuições Previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de Contribuição Previdenciária por parte da Empresa.

A expectativa de perdas, nas ações mencionadas, é considerada provável e os valores provisionados, referentes às ações movidas pelo INSS, representam o montante de R\$16.562 em 31 de dezembro de 2010 (R\$7.923 em 31 de dezembro de 2009 e R\$33.608 em 01 de janeiro de 2009).

(f) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig GT foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.185 em 31 de dezembro de 2010 (R\$7.457 em 31 de dezembro de 2009), que está devidamente provisionada.

(g) Outros

No que se refere às ações cíveis, são, basicamente, reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente, por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão, em 31 de dezembro de 2010, representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(h) Passivos Contingentes

(I) Atos da ANEEL

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG, afirmando que a Companhia deve R\$962.572 (R\$1.157.078 em 31 de dezembro de 2009) ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, que foram, previamente, utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(II) Obrigações Previdenciárias e Fiscais - Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, decidiu-se impetrar mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$179.420, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios em 31 de dezembro de 2010 (R\$167.125 em 31 de dezembro de 2009 e R\$155.060 em 1º de janeiro de 2009).

Em setembro de 2006, a CEMIG foi notificada pelo INSS, em função do não recolhimento da Contribuição Previdência sobre os valores pagos a título de Participação nos Resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$195.895 (R\$121.639 em 31 de dezembro de 2009 e R\$112.222 em 1º de janeiro de 2009). A Companhia recorreu da decisão na esfera administrativa. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito à defesa, sendo a expectativa de perda, nesta ação, considerada possível.

(III) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, pois considerou que a subvenção recebida deveria ter sido incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação seria de R\$143.286 em 31 de dezembro de 2009, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes à autuação. A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Decreto nº 45.358,

de 04 de maio de 2010, e efetuou o pagamento no montante de R\$25.732 em agosto de 2010, encerrando o processo.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$51.159 (R\$49.349 em 31 de dezembro de 2009 e R\$18.382 em 1º de janeiro de 2009). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(IV) Contingência regulatória - CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado atacadista de energia, durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no Mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$112.838 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009 e R\$76.076 em 1º de janeiro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(V) Reclamações Cíveis - Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG, contestando Reajustes Tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda; a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário, utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica, em abril de 2003, e solicitando o reembolso, em dobro, dos montantes considerados cobrados, erroneamente, pela Companhia. O processo foi julgado improcedente em agosto de 2010 e a causa foi baixada, conforme expectativa dos advogados da Companhia.

A Companhia é ré em processos, questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados, referentes à contribuição de Iluminação Pública, no valor total de R\$636.723 (R\$908.691 em 31 de dezembro de 2009 e R\$525.579 em 1º de janeiro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa

judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(VI) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais, discutindo a incidência do PIS e da COFINS nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foram questionadas as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF, foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica Despesa Financeira.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança, expedida pela Receita Federal, em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal, por parte do Fisco Federal, dentro do prazo legal. Foi obtida liminar, suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de Primeira Instância, com prognóstico de perda possível, segundo os assessores da área Jurídica da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

Ação em que a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado, no Resultado do Exercício, será de R\$185.906 (R\$178.149 em 31 de dezembro de 2009), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

22 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do Capital Social, com valor nominal de R\$5,00, integralizado estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2010					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros -						
No País	35.084.145	12	88.391.812	23	123.475.957	18
No Exterior	12.830.442	4	288.695.630	75	301.526.072	45
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2009					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	51	-	-	138.175.720	22
Outras Entidades do Estado	36.544	-	6.415.884	2	6.452.428	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	89.383.266	33	-	-	89.383.266	14
Outros -						
No País	30.674.164	11	84.113.055	24	114.787.219	19
No Exterior	12.884.549	5	258.693.710	74	271.578.259	44
Total	271.154.243	100	349.222.649	100	620.376.892	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 01 de janeiro de 2009					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	51	-	-	110.540.576	22
Outras Entidades do Estado	29.236	-	4.974.466	2	5.003.702	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	71.506.613	33	-	-	71.506.613	14
Outros -						
No País	21.512.579	10	83.135.407	30	104.647.986	22
No Exterior	13.334.390	6	191.268.246	68	204.602.636	41
Total	216.923.394	100	279.378.119	100	496.301.513	100

Aumento do Capital Social em 2009

A Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 29 de abril de 2009, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.481.508 para R\$ 3.101.884 com emissão de novas ações no montante de R\$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

Aumento do Capital Social em 2010

A Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 29 de abril de 2010, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$ 3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.940 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se, aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

Lucro por ação

Os lucros por ação em 2010 e 2009 foram de R\$3,41 e R\$3,69 respectivamente, sendo calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos anos mencionados.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Em 16 de junho de 2010, conforme correspondência enviada à Companhia pela Southern Electric Brasil Participações Ltda foi efetivada a alienação da participação detida pela Southern na CEMIG para a AGC Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado (“AGC Energia”), controlada da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“AGC”).

A alienação em questão, ocorrida em 16 de junho de 2010, se deu nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre a Southern e a AGC Energia, com a interveniência da AGC, em 12 de novembro de 2009, conforme aditado, e compreende a totalidade da participação detida pela SEB na CEMIG, ou seja, 98.321.592 ações ordinárias de emissão da CEMIG, representativas de 32,96% do capital votante e 14,41% do capital social total da CEMIG.

Ressaltamos que a referida operação não altera a composição do controle acionário nem a estrutura administrativa da CEMIG.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Reservas de Capital			
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.587.775	2.601.697
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)	(1.132)
	3.953.850	3.969.099	3.983.021

	2010	2009	01/01/2009
Reservas de Lucros			
Reserva Estatutária	1.433.549	1.555.503	1.649.241
Reserva de Retenção de Lucros	799.413	1.161.439	843.443
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	67.086	-	-
Reserva Legal	573.205	460.306	367.236
	2.873.253	3.177.248	2.859.920

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, no valor de R\$67.086.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, no montante de R\$1.196.074, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2010 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora
	2010
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.920.724
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	192.072
Valor do Patrimônio Líquido	11.476.133
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	6.457.620
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	193.729
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	193.729
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	2.257.976
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.128.988
Dividendos Propostos	1.196.074
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	673.294
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	522.780
Dividendos por valor unitário – R\$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendo Obrigatório	1,75
Dividendos Propostos	1,75

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2010 para constituição de Reserva Legal no valor de R\$112.899.

Dividendos extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2010, deliberou declarar dividendos extraordinários, no montante de R\$900 milhões, utilizando a reserva de lucros estatutária para esse fim, representando R\$1,32 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em 29/12/2010.

(d) Ajuste acumulado de conversão e avaliação patrimonial

	2010	2009	01/01/2009
Ajuste acumulado de conversão e avaliação patrimonial			
Custo atribuído dos ativos de geração (nota 2.7.b)	1.209.212	1.343.383	1.495.823
Ajustes de conversão	(772)	150	61
Instrumentos financeiros de hedge de caixa	1.393	-	-
	1.209.833	1.343.533	1.495.884

Os ajustes de conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

(e) Plano de Opção de Compra de Ações da Light

LIGHT

A Light mantém um Plano de Incentivo em Opções de Ações cujos os beneficiários elegíveis da Modalidade de Opção de Compra de Ações são os atuais diretores executivos da Light, desde que não sejam indicados pelo Conselho de Administração para participarem do Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de “Opções Fantasmas”. O total de opções outorgadas previsto no plano é de 6.917.733, equivalentes a 3,4% do total de ações de emissão da Companhia, sendo o preço de exercício a ser pago pelos titulares de R\$21,49 por opção, deduzido de eventuais valores pagos por ação aos acionistas a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital. Essas opções poderão ser exercidas integralmente, em uma única oportunidade, a partir de 10 de agosto de 2010 e até no máximo 10 de agosto de 2011.

Em 6 de novembro de 2009, os executivos que tinham direito ao referido plano foram convidados para atuar em novas funções na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A., sendo destituídos de seus cargos. O plano previa no item 10, que em

caso de término do contrato de trabalho, antes do término de carência, os beneficiários poderiam exercer um percentual de até 95% das opções que lhes foram outorgadas, dependendo do prazo de término do contrato em relação ao período de vesting.

Do total de opções outorgadas (6.917.733 ações) os executivos tiveram direito a 95%, correspondente a 6.571.846 ações.

Em 31 de dezembro de 2009 já haviam sido exercidas 4.846.500 e o restante 1.725.346 foram exercidas até 26 de janeiro de 2010.

Para exercício dessa obrigação decorrente do exercício de opção, pelos executivos, a Light comprou ações no mercado, mantendo-as em tesouraria até a liquidação das obrigações.

23 . RECEITA

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	14.953.787	15.008.182
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.658.286	1.332.060
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	1.554.964	903.286
Outras Receitas operacionais (c)	791.020	652.192
Deduções à receita operacional (d)	(6.094.727)	(5.737.408)
Receita Operacional líquida	12.863.330	12.158.312

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Residencial	9.944.272	9.744.437	4.832.622	4.625.489
Industrial	24.826.143	22.637.786	3.935.703	3.856.055
Comércio, Serviços e Outros	6.227.336	6.197.419	2.717.686	2.740.123
Rural	2.466.451	2.220.658	631.984	572.225
Poder Público	1.082.741	1.070.831	467.376	467.486
Iluminação Pública	1.220.491	1.226.347	309.816	309.458
Serviço Público	1.360.002	1.338.223	394.995	395.024
Subtotal	47.127.436	44.435.701	13.290.182	12.965.860
Consumo Próprio	53.417	51.555	-	-
Subvenção de Baixa Renda (1)	-	-	132.772	264.734
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(71.204)	2.243
	47.180.853	44.487.256	13.351.750	13.232.837
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	14.204.530	13.859.700	1.444.828	1.633.647
Transações com energia na CCEE	4.785.039	2.541.878	133.432	137.402
Vendas no PROINFA	84.771	20.245	23.777	4.296
Total	66.255.193	60.909.079	14.953.787	15.008.182

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(1) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

(b) Receita de uso da rede de Transmissão

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Receita de Uso da Rede Básica	1.448.173	764.074
Receita de Sistema de Conexão	106.791	139.212
	1.554.964	903.286

(c) Outras receitas operacionais

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Fornecimento de Gás	397.659	307.220
Serviço Taxado	16.495	16.917
Serviço de Telecomunicações	130.735	114.699
Prestações de Serviços	179.188	129.473
Outras	66.943	83.883
	791.020	652.192

(d) Deduções à receita operacional

	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.142.237	3.004.400
COFINS	1.309.715	1.252.087
PIS-PASEP	304.268	252.714
Outros	11.738	4.211
	4.767.958	4.513.412
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	181.787	190.268
Programa de Eficiência Energética – PEE	43.276	40.627
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	423.120	407.506
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	532.309	492.576
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	39.011	31.209
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	34.132	30.067
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	17.020	16.094
Encargos de Capacidade Emergencial	20.199	15.649
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	35.915	-
	1.326.769	1.223.996
	6.094.727	5.737.408

24 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal (a)	1.211.340	1.317.856	39.149	30.227
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	325.085	238.554	12.304	12.822
Obrigações Pós-Emprego	107.038	150.142	14.637	10.621
Materiais	133.660	113.634	372	282
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	4.070	-	-
Serviços de Terceiros (b)	923.315	819.227	14.967	17.692
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.721.585	3.199.373	-	-
Depreciação e Amortização	895.581	895.150	222	1.738
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	140.404	153.771	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	138.065	124.064	(112.269)	(27.374)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	728.839	853.035	-	-
Gás Comprado para Revenda	225.398	166.535	-	-
Custos de Construção	200.002	119.176	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	466.223	311.933	9.339	17.972
	9.216.535	8.466.520	(21.279)	63.980

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Remunerações e Encargos	1.071.921	1.090.580	21.450	14.015
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	66.347	43.894	4.205	2.127
Benefícios Assistenciais	132.862	127.983	3.647	2.982
	1.271.130	1.262.457	29.302	19.124
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	40.252	206.092	9.847	11.103
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(100.042)	(150.693)	-	-
	(59.790)	55.399	9.847	11.103
	1.211.340	1.317.856	39.149	30.227

Programa de incentivo ao desligamento de empregados

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do PDV, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 1.279 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$40.252 no resultado de 2010 (R\$206.092 em 2009).

Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas Cemig D e Cemig GT utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2010 e 2009 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC, a serem pagas até o mês de maio de 2010. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2010 e 2009 foi acordado com os sindicatos o pagamento adicional de participações extraordinárias a cada empregado.

(b) SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	135.916	118.509	-	-
Comunicação	79.399	69.406	2.342	1.669
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	197.707	140.733	101	23
Conservação e Limpeza de Prédios	51.093	44.043	34	87
Mão de Obra Contratada	53.635	46.897	51	108
Fretes e Passagens	12.565	11.922	1.672	2.128
Hospedagem e Alimentação	23.938	19.772	300	286
Vigilância	19.527	16.490	-	2
Consultoria	3.139	34.943	5.087	8.190
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	44.021	37.037	935	719
Manutenção e Conservação de Veículos	28.791	22.860	26	208
Corte e Religação	61.997	27.295	-	-
Outros	211.587	229.320	4.419	4.272
	923.315	819.227	14.967	17.692

(c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado IFRS	
	2010	2009
Energia de Itaipu Binacional	909.525	1.086.948
Energia de curto prazo	381.789	91.186
PROINFA	191.909	144.739
Contratos Bilaterais	314.887	432.928
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.873.697	1.482.910
Energia adquirida no Ambiente Livre	347.976	162.196
Créditos de PASEP-COFINS	(298.198)	(207.534)
	3.721.585	3.193.373

(d) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Prêmio de Aposentadoria	(22.197)	41.169	(944)	(21)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	104.983	94.066	-	(5.080)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(9.398)	(795)	(14.994)	(2.561)
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	(46.530)	17.382	3.115	11.874
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(54.026)	5.505	(53.660)	6.776
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	138.771	(33.292)	(41.591)	(34.094)
Outras Provisões (Reversões)	26.462	29	(4.195)	(4.268)
	138.065	124.064	(112.269)	(27.374)

(e) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamentos e Aluguéis	57.632	43.400	882	780
Propaganda e Publicidade	29.971	25.721	132	341
Consumo Próprio de Energia Elétrica	9.912	15.213	-	-
Subvenções e Doações	39.598	42.557	5.228	2.743
Taxa de Fiscalização da ANEEL	43.338	42.153	-	-
Concessão Onerosa	23.231	11.193	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	20.513	17.531	246	134
Seguros	11.287	6.799	1.151	159
Anuidade CCEE	4.840	4.751	3	4
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	27.184	27.322	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	26.006	30.558	135	9
FORLUZ – Custeio Administrativo	13.604	14.576	821	739
Outras Despesas	159.107	30.159	741	13.063
	466.223	311.933	9.339	17.972

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

25 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	392.473	272.492	46.591	17.723
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	137.129	169.541	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	129.408	149.272	40.596	-
Variações Cambiais	50.531	115.521	10	21
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(39.342)	(39.705)	(38.543)	(38.141)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	7.682	1.220	-	-
Ajuste a Valor Presente	16.975	2.100	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	44.900
Outras	154.242	162.725	14.840	16.964
	849.098	833.166	63.494	41.467
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.075.290)	(799.285)	(7.986)	(8.761)
Variações Cambiais	(37.172)	(17.961)	(104)	(33)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(144.297)	(9.354)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(42.168)	-	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(13.754)	(90.799)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(142.243)	(92.707)	(4.983)	(4.591)
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	(71.746)	(34.007)	-	-
Outras	(146.937)	(143.544)	(53.140)	(31.563)
	(1.673.607)	(1.187.657)	(66.213)	(44.948)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(824.509)	(354.491)	(2.719)	(3.481)

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

26 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2010	2009 Reclassificado	2010	2009 Reclassificado	2010	2009 Reclassificado	2010	2009 Reclassificado
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	50.842	202.306	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	4.622	21.889	3.328	10.146	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	46.819	917.054	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.366	5.715	2.682	668	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	35.487	56.345	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	8.619	1.700	-	-	83.800	81.026	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	202.523	207.792	-	292.464	(2.649.897)	(2.484.252)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.837.088	1.823.644	-	-	-	-	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	69.653	65.095	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	39.893	60.619	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	256.972	207.382	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	37.083	37.053	-	-	(29)	(4.117)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	946.571	951.006	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	13.219	14.479	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	74.315	81.654	-	-	(111.873)	(126.758)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (8)	-	-	1.821.659	1.066.686	-	-	-	-
Outros	-	-	62.640	33.789	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(66.347)	(43.894)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(13.604)	(14.576)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	97.258	186.745	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	2.877	6.841	677	24	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 11;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 22;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 24;
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2010 e 2009 é conforme segue:

	2010	2009
Remuneração	2.329	1.904
Participação nos Resultados	611	283
Benefícios Pós Emprego	189	44
Benefícios Assistenciais	614	14
Total	3.743	2.245

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 8, 11, 20, 21, 23, 24 e 27.

27 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Instrumentos financeiros	2010		2009		2008	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de Caixa	2.979.693	2.979.693	4.424.959	4.424.959	2.283.937	2.283.937
Títulos e Valores Mobiliários	321.858	321.858	-	-	-	-
Créditos com consumidores	2.262.585	2.262.585	2.777.907	2.777.907	2.018.296	2.018.296
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.837.088	1.837.088	1.823.644	1.823.644	1.800.873	1.800.373
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	13.226.490	13.226.490	11.292.947	11.292.947	7.344.738	7.344.738
Instrumentos Derivativos	69.271	69.271	78.305	78.305	98.628	98.628

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivas, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora		
	2010	2009	01/01/2009
Dólar Norte-americano			
Empréstimos e Financiamentos	175.963	229.393	411.479
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(45.426)	8.169	(63.198)
	<u>130.537</u>	<u>237.562</u>	<u>348.281</u>
Yen			
Empréstimos e financiamentos	-	-	100.160
(-) Operações Contratadas de Hegde	-	-	(100.037)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123</u>
Outras Moedas Estrangeiras			
Empréstimos e Financiamentos - Euro	12.626	18.722	30.006
Outros	2.675	3.151	5.229
Passivo Líquido Exposto	<u>15.301</u>	<u>21.873</u>	<u>35.235</u>
	<u>145.838</u>	<u>259.435</u>	<u>383.639</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2011, será de 8,03% para o Dólar (R\$1,80) e 7,05% para o Euro (R\$2,39). A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	175.963	190.093	237.617	285.140
(-) Operações Contratadas de	(45.426)	(49.073)	(61.342)	(73.610)
	130.537	141.020	176.275	211.530
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos	2.675	2.890	3.612	4.335
Euro	12.626	13.516	16.509	19.126
Passivo Líquido Exposto	145.838	157.426	196.396	234.991
Efeito Líquido da Depreciação Cambial	-	(11.586)	(50.558)	(89.153)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente Libor, no montante de R\$58.905, (R\$49.677, em 31 de dezembro de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativos						
Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.885.088	4.416.089	1.942.879	292.577	634.887	239.545
Passivos						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	(7.655.139)	(8.162.927)	(5.122.700)	(410.393)	(78.548)	(80.328)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(45.426)	8.169	(162.235)	-	-	-
	<u>(7.700.565)</u>	<u>(8.154.758)</u>	<u>(5.284.935)</u>	<u>(410.393)</u>	<u>(78.548)</u>	<u>(80.328)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(4.815.477)</u>	<u>(3.738.669)</u>	<u>(3.442.056)</u>	<u>(117.816)</u>	<u>556.339</u>	<u>159.217</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2011, será de 12,75%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2010	2011		
	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.885.088	3.252.937	3.344.899	3.436.861
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 18)	(7.655.139)	(8.631.169)	(8.875.177)	(9.119.184)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(45.426)	(51.217)	(52.665)	(54.113)
	<u>(7.700.565)</u>	<u>(8.682.386)</u>	<u>(8.927.842)</u>	<u>(9.173.297)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(4.815.477)</u>	<u>(5.429.449)</u>	<u>(5.582.943)</u>	<u>(5.736.436)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	<u>-</u>	<u>(613.972)</u>	<u>(767.467)</u>	<u>(920.959)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2010, algumas cláusulas não foram atendidas. Para tanto, a Companhia obteve dos seus credores, de forma antecipada a data mencionada, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2011. Vide nota explicativa nº 19.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada, negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A CEMIG apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no exercício de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Empresa.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da CEMIG é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a CEMIG adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A CEMIG administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Os prazos das aplicações em 31 de dezembro de 2010 estavam assim alocados:

Prazos	
Liquidez imediata	74,50%
60 dias	12,80%
90 dias	6,00%
120 dias	0,80%
180 dias	5,50%
360 dias	0,40%
	100,00%

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	298.460	143.556	1.722.586	8.478.582	1.952.812	12.595.996
Concessões a pagar	215	633	1.613	38.398	77.317	118.176
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	37.964	592.530	-	630.494
	298.675	144.189	1.762.163	9.109.510	2.030.129	13.344.666

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	545.737	755.173	-	1.310.910

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela CEMIG e controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam uma perda, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$6.072 (R\$89.579 em 31 de dezembro de 2009), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 31 de dezembro de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						2010	2009	2010	2009	2010	2009
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	27.263	38.382	(67.804)	(79.305)	(64.366)	(78.305)	-	(24.337)
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	2.235	(3.149)	2.235	(3.149)	252	(186)
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	-	(44)	-	(44)	-	-	(125)
						(65.613)	(82.454)	(62.175)	(81.454)	252	(24.648)

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a companhia está exposta à variação do CDI. A companhia estima que a taxa do CDI, em 31 de dezembro de 2011, será de 12,75%. A companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2010, dos cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nestes cenários, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011 seria de 15,9375% e 19,125%, respectivamente.

	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,125%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	45.426	51.217	52.665	54.113
Efeito Líquido da Variação da CDI	-	(5.792)	(7.240)	(8.688)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	45.426	49.073	61.342	73.610
Efeito Líquido da Variação do US\$	-	(3.648)	(15.916)	(28.184)
Efeito Líquido		(2.144)	8.676	19.497

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2010	2009	1/1/2009
Total do Passivo	22.079.701	19.128.149	19.128.149
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.979.693	4.424.959	2.283.937
Dívida Líquida	19.100.008	14.703.190	16.844.212
Total do Patrimônio Líquido	11.476.133	11.165.501	10.106.645
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	1.393	-	-
Capital Ajustado	11.474.740	11.165.501	10.106.645
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado em 31 de dezembro	1,66	1,32	1,67

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro 2010	Valor justo em 31 de dezembro de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.838.200	-	2.838.200	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	121.586	121.586	-	-
Depósitos Overnight	247.160	247.160	-	-
Passivos				
Contratos de Swaps	69.271	-	69.271	-

Metodologia de cálculo do valor justo

a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

29 . SEGUROS

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	25/05/2009 a 29/04/2010	US\$9.732	
	Responsabilidade Civil	25/05/2009 a 29/04/2010	US\$24.000	US\$127
Aeronáutico – Aeronaves				
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2009 a 08/11/2010	730.834	182
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2009 a 05/05/2010	*1.954.333	3.264
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2009 a 10/08/2010	US\$20.000	US\$81
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2009 a 25/09/2010	20.000	452
Risco Operacional	Total	31/10/2009 a 31/10/2010	** 3.572.187	1.632
TAESA				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais	Total	19/04/2009 a 19/09/2010	**1.007.207	1.360
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	Responsabilidade Civil	19/04/2009 a 19/09/2010	16.000	198
	105% a 110% da Tabela Fipe	19/08/2009 a 18/02/2011	-	235
Madeira Energia				
	Responsabilidade Civil	7/03/2008 a 11/10/2016	****650.000	20.227
Garantia de obrigações públicas				
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 3/11/2016	-	104.330
	Responsabilidade Civil	6/04/2009 a 06/04/2012	-	2.088
Responsabilidade Civil Geral				
Conselheiros, Diretores e Administradores	Responsabilidade Civil	15/08/20019 a 15/08/2010	-	315

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615.

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$300.000.

(***) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$16.000.

(****) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$650.000.

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.202.566	3.124.278	1.983.755	2.443.257	1.519.822	475.741	1.477.071	13.226.490
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	835.539	884.920	894.590	709.063	732.336	755.565	32.559.116	37.371.129
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	69.304	73.878	77.159	61.469	64.043	66.655	2.090.479	2.502.987
Compra de Energia - Leilão	2.332.878	2.400.933	2.387.598	1.965.492	2.269.239	2.396.916	65.152.442	78.905.498
Outros contratos de compra de energia	878.524	827.495	655.997	743.048	751.870	733.675	8.430.062	13.020.671
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	74.315	69.805	45.518	48.249	51.144	54.213	524.932	868.176
Luz para todos 2	431.637	-	-	-	-	-	-	431.637
Total	6.824.763	7.381.309	6.044.617	5.970.578	5.388.454	4.482.765	110.234.102	146.326.588

31 . RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010

Revisão Tarifária - IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

Revisão Tarifária - valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos preliminares ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda Revisão Tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62%, em comparação à redução média aplicada de forma provisória, em abril de 2008, no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da Revisão Tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, considerados por ela, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no Reajuste Tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

32 . REVISÕES TARIFÁRIAS DE TRANSMISSÃO

Primeira revisão tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %.

Segunda revisão tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009.

33 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

34 . EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor (“FIP Redentor”), que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações, em que a CEMIG terá que a obrigação de comprá-las ou de indicar um terceiro para que o faça. O valor do exercício será o valor pago quando da subscrição das ações, adicionado a outros gastos para constituição e administração do fundo, atualizados pelo CDI + 0,9%a.a.

A Parati terá por objeto adquirir as ações que representem até 26,06% do capital votante da Light, detidas indiretamente pelo FIP PCP e pela Enlighted. A CEMIG participará em até 25% da Parati, e os demais cotistas (Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BTG Pactual S.A.) a partir de 75%.

Sendo exercida a opção de venda, o pagamento do valor do exercício e a transferência das ações da Parati estarão condicionados à aprovação prévia da ANEEL.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle Financeiro de
Participações

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios e Controle Empresarial das
Controladas e Coligadas

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fuad Jorge Noman Filho
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

José Carlos de Matos
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no

que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 23 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria então vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, como as demonstrações contábeis das controladas em conjunto Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A., Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., Companhia Transleste de Transmissão, Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transirapé de Transmissão, Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Praia de Morgado S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A., Transchile Charrua Transmisión S.A., Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, Hidrelétrica Cachoeirão S.A., Empresa Brasileira Transmissão de Energia S.A. e Madeira Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas controladas em conjunto, está baseada nos pareceres sem ressalvas desses auditores.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011

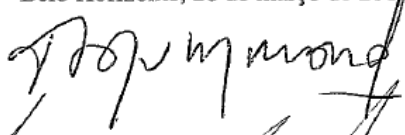
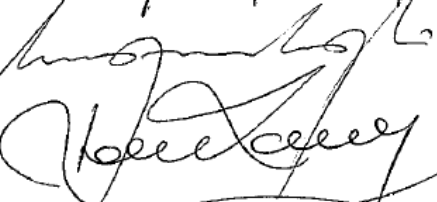


KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2010, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2011.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

) 



)

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2562ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 15-03-2011, aprovamos a conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas

Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás

José Carlos de Mattos - Diretor de Distribuição e Comercialização

José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações

Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2562ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 15-03-2011, aprovamos a conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas

Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás

José Carlos de Mattos - Diretor de Distribuição e Comercialização

José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações

Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica